

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE ARTES, DESIGN E MODA – CEART
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODA – PPGMODA

ANA CLARA WAITUCH REITER

Curricularização da extensão em cursos superiores de Moda: Um modelo conceitual voltado para disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário

FLORIANÓPOLIS

2024

ANA CLARA WAITUCH REITER

Curricularização da extensão em cursos superiores de Moda: Um modelo conceitual voltado para disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Design de Vestuário e Moda pelo Programa de Pós-Graduação em Moda – Ceart, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana D. Lopes

FLORIANÓPOLIS

2024

Waintuch Reiter, Ana Clara

Curricularização da extensão em cursos superiores de Moda : Um modelo conceitual voltado para disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário / Ana Clara Waintuch Reiter. -- 2024.

197 p.

Orientadora: Luciana Dornbusch Lopes

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Design e Moda, Programa de Pós-Graduação Profissional em Design de Vestuário e Moda, Florianópolis, 2024.

1. Extensão Universitária. 2. Ensino de Moda. 3. Modelagem de vestuário. I. Dornbusch Lopes, Luciana . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Design e Moda, Programa de Pós-Graduação Profissional em Design de Vestuário e Moda. III. Título.

ANA CLARA WAITUCH REITER

Curricularização da extensão em cursos superiores de Moda: Um modelo conceitual voltado para disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Design de Vestuário e Moda pelo Programa de Pós-Graduação em Moda – Ceart, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.
Orientadora: Prof. Dra. Luciana D. Lopes

BANCA EXAMINADORA

Doutora Luciana D. Lopes
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

Membros:

Doutor Lucas da Roda
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

Doutora Marília Matos Gonçalves
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 29 de julho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram do meu lado durante essa jornada, a todos que me apoiaram, me incentivaram, ouviram meus choros e reclamações, a todos que tiraram um tempo de suas vidas para ler meu trabalho e dar suas contribuições.

Agradeço à minha orientadora Luciana por me guiar e sempre acreditar no meu trabalho, assim como aos professores Lucas e Icléia, por estarem sempre abertos a ajudar na construção desta pesquisa. Obrigada aos meus colegas de mestrado, por compartilharem esse caminho e seus dramas comigo, vocês tornaram este mestrado uma experiência muito acolhedora.

Agradeço principalmente a minha família, aos meus pais que incentivaram desde que a ideia deste mestrado era só uma sementinha, e ao meu irmão que sempre consegue fazer as dificuldades parecerem bobas e insignificantes. Aos meus amigos, com quem dividi momentos leves e divertidos ao longo dessa jornada, seja jogando jogos de tabuleiro ou indo ao bar, vocês trouxeram leveza para esse momento tão desafiador. Ao meu namorado por acreditar em mim, comprar minhas brigas e ser meu maior fã.

Obrigado a todos que acreditaram que eu seria capaz de completar esse desafio, vocês estavam certos.

RESUMO

A curricularização da extensão universitária é uma exigência legal no Brasil desde 2018, o que faz com que as instituições de ensino superior ainda estejam em processo de implementação. Ela abrange todos os cursos de graduação, o que torna necessário criar estratégias de adequação de ações de extensão para as especificidades de cada região, instituição e curso em que serão implementados. Este trabalho tem como objetivo propor um modelo conceitual para a curricularização da extensão universitária relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário. Esta é uma pesquisa de finalidade aplicada, abordagem qualitativa e caráter descritivo, e que utiliza como procedimentos técnicos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando de ferramenta de coleta a entrevista semi estruturada e a aplicação de questionário. Como base teórica foram citados os autores Gimenez (2017) e Sousa (2010) para o tópico de curricularização da extensão no ensino superior e para o tópico de ensino de Modelagem de vestuário, Rosa (2011) e Silveira, Rosa e Lopes (2017). Ao final desta dissertação, foi construído um modelo que contribui para as discussões sobre a curricularização da extensão em cursos superiores de Moda, auxiliando gestores e docentes a implementar ações extensionistas voltadas para disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Ensino de Moda; Modelagem de vestuário;

ABSTRACT

The curricularization of university extension has been a legal requirement in Brazil since 2018, which means that universities are still in the implementation process. It covers all undergraduate courses, which makes it necessary to create strategies to adapt these actions to the specificities of each region, institution and program. This work aims to propose a conceptual model for the curricularization of university extension related to the theoretical-practical disciplines of apparel patternmaking. This is an applied research, of a qualitative approach and descriptive nature, which uses bibliographical, documentary and field research, as a theoretical basis the authors Gimenez (2017) and Sousa (2010) were cited for the topic of curricularization of extension in higher education, Rosa (2011) and Silveira, Rosa and Lopes (2017) on the topic of teaching apparel patternmaking. At the end of this dissertation, a model was built that contributes to discussions on the curricularization of extension in higher education Fashion courses, assisting program coordinators and teachers to implement extension activities aimed at theoretical-practical subjects in apparel patternmaking.

Keywords: University Extension; Fashion Education; Patternmaking;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da fundamentação teórica.	23
Figura 2 - Estrutura do ensino superior no Brasil.	29
Figura 3 - Hierarquia de documentos estruturantes de cursos de graduação.	34
Figura 4 - Formatos da extensão universitária segundo a FORPROEX.	41
Figura 5 - Linha do tempo de marcos legais da extensão no Brasil.	44
Figura 6 - Fluxograma de Tecnologia de vestuário.	47
Figura 7 - Diagrama dos tipos de Modelagem de vestuário.	51
Figura 8 - Planos de equilíbrio do corpo: Plano sagital, plano frontal e plano transversal.	52
Figura 9 - Relação entre os planos de equilíbrio do corpo e as bases de modelagem.	53
Figura 10 - Exemplo de diferentes diagramas básicos femininos de Modelagem de vestuário.	54
Figura 11 - Exemplo de modelagem computadorizada tridimensional e plana realizada pelo designer Rickard Lindqvist.	57
Figura 12 - Modelagem de calça com as informações básicas de molde.	58
Figura 13 - Modelagem de saia reta com graduação de tamanho.	59
Figura 14 - Diagrama dos procedimentos metodológicos utilizados na dissertação.	75
Figura 15 - Classificação da pesquisa segundo sua natureza, abordagem do problema e do objetivo.	77
Figura 16 - Estrutura da pesquisa documental desta dissertação.	81
Figura 17 - Estrutura da Análise de Conteúdo.	84
Figura 18 - Categorias e subcategorias de análise iniciais.	85
Figura 19 - Relação das normativas e regulamentos da Udesc.	95
Figura 20 - Modalidades de Extensão segundo a Udesc: Programa, Projeto, Eventos e Prestação de Serviços.	97
Figura 21 - Modalidade de Extensão segundo a Udesc: Cursos de extensão.	98
Figura 22 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Moda da Udesc.	105
Figura 23 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Design Moda da Uel.	109
Figura 24 - Ementa da Disciplina de Design e Prática Extensionista I, do bacharelado em Moda da Uel.	110
Figura 25 - Ementa da Disciplina de Design e Prática Extensionista II, do bacharelado em Moda da Uel.	111
Figura 26 - Ementa da Disciplina de Design e Prática Extensionista III, do bacharelado em Moda da Uel.	112
Figura 27 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Moda da Uem.	115
Figura 28 - Distribuição de créditos extensionistas na matriz curricular do curso de Moda da Uem.	116
Figura 29 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Têxtil e Moda da USP.	118

Figura 30 - Formatos de extensão aceitas no Curso de Moda da Uemg.	121
Figura 31 - Diagrama dos dados coletados pelo questionário.	128
Figura 32 - Modelo Conceitual relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.	156
Figura 33 - Primeiro elemento do Modelo Conceitual: Legislações, normativas e regulamentos pertinentes.	157
Figura 34 - Primeiro elemento expandido do Modelo Conceitual: Legislações, normativas e regulamentos pertinentes.	158
Figura 35 - Segundo elemento do Modelo Conceitual: Estrutura do Curso.	159
Figura 36 - Segundo elemento do Modelo Conceitual: Estrutura do Curso e sua conexão com "Legislações, normativas e regulamentos pertinentes" e "Comunidade Externa".	160
Figura 37 - Terceiro elemento do Modelo Conceitual: Comunidade Externa.	161
Figura 38 - Quarto elemento do Modelo Conceitual: Modalidades de Curricularização da Extensão.	163
Figura 39 - Quinto elemento do Modelo Conceitual: Disciplina Mista de Modelagem de vestuário.	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação da pesquisa.	20
Quadro 2 - Itens essenciais para o Projeto Pedagógico de Curso.	30
Quadro 3 - Compilação de pesquisas de ensino de Modelagem de vestuário.	71
Quadro 4 - Categorias e subcategorias finais de análise.	86
Quadro 5 - Legislações nacionais vigentes sobre a curricularização da extensão.	94
Quadro 6 - Compilado de documentações internas da Udesc.	102
Quadro 7 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Udesc	106
Quadro 8 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Uel.	113
Quadro 9 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Uem	117
Quadro 10 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Uemg	122
Quadro 11 - Comparativo da inserção da extensão nos PPCs em cursos de Moda de universidades públicas estaduais brasileiras.	123
Quadro 12 - Comparativo da inserção de disciplinas de Modelagem de vestuários nos PPCs em cursos de Moda de universidades públicas estaduais brasileiras.	125
Quadro 13 - Categorias e subcategorias finais de análise.	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Atividades Acadêmicas Complementares
AEX	Atividades Acadêmicas de Extensão
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CA	Centro Acadêmico
CEART	Centro de Artes, Design e Moda
CNE	Conselho Nacional da Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos de Graduação
e-MEC	Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
EaD	Ensino a Distância
EUA	Estados Unidos da América
FASM	Faculdade Santa Marcelina
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IA	Inteligência Artificial
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PBL	<i>Problem Based Learning</i>
PCD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGModa	Programa de Pós-Graduação em Design de Vestuário e Moda
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade
SNPG	Sistema Nacional da Pós-Graduação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
UCE	Unidade Curricular de Extensão
UCE-NV	Unidade Curricular de Extensão Não Vinculada
UCE-V	Unidade Curricular de Extensão Vinculada
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	15
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	18
<i>1.3.2.1 Objetivos Específicos para a Fundamentação Teórica</i>	<i>18</i>
<i>1.3.2.2 Objetivos Específicos para os Procedimentos Metodológicos</i>	<i>18</i>
1.4 JUSTIFICATIVA	18
1.5 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	20
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR	23
2.1.1 Ensino superior	24
2.1.2 Extensão em cursos superiores	35
2.1.3 Legislação da curricularização da extensão	41
2.2 ENSINO DE MODELAGEM DE VESTUÁRIO	45
2.2.1 Tecnologia de Vestuário	46
<i>2.2.1.1 Modelagem de vestuário</i>	<i>49</i>
2.2.2 Ensino formal de Modelagem de vestuário	60
2.3 ASPECTOS DA TEORIA A SEREM APLICADOS NA PROPOSTA DE PESQUISA	72
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	75
3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	77
3.2.1 Amostra da pesquisa e seus critérios de seleção	78
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	79
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	83
3.5 DETALHAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA	87
3.5.1 Primeira Etapa - Pesquisa documental das normativas da Udesc	87
3.5.2 Segunda etapa - Pesquisa documental nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de cursos de Moda	87
3.5.3 Terceira etapa - Entrevista com presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Udesc	88
3.5.4 Quarta etapa - Entrevista com docente de História da Arte, Disciplina Mista da Udesc	89
3.5.5 Quinta etapa - Entrevista com representante do grupo de artesãs Mulheres do Jardim	89
3.5.6 Sexta etapa - Questionário com bolsistas de extensão do Departamento de Moda da Udesc	90

3.4.7 Sétima etapa - Análise de dados	90
3.4.8 Oitava etapa - Construção do modelo conceitual	91
4 RESULTADOS DA PESQUISA	93
4.1 PRÉ-ANÁLISE	93
4.1.1 Preparação da Pesquisa Documental	94
4.1.1.1 <i>Levantamento de Normativas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)</i>	94
4.1.1.2 <i>Mapeamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Bacharelados em Moda em universidades públicas estaduais</i>	104
4.1.1.2.1 Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	104
4.1.1.2.2 Universidade Estadual de Londrina (Uel)	108
4.1.1.2.3 Universidade Estadual de Maringá (Uem)	114
4.1.1.2.4 Universidade de São Paulo (USP)	118
4.1.1.2.5 Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg)	119
4.1.1.2.6 Síntese dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs)	123
4.1.2 Preparação da Pesquisa de Campo	126
4.1.2.1 <i>Questionário para bolsistas de extensão</i>	126
4.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	128
4.3 TRATAMENTO DOS RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO	129
4.3.1 Grade Curricular	130
4.3.2 Processo de Curricularização da Extensão	140
4.3.3 Comunidade Externa	145
4.3.4 Disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário	149
5 MODELO CONCEITUAL	155
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com Presidente do núcleo docente estruturante da Udesc	179
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com docente de Disciplina Mista de História da Arte da Udesc	180
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com representante da comunidade Mulheres do Jardim, parceira do projeto de extensão Ecomoda da Udesc.	181
APÊNDICE D - Questionário para bolsistas de extensão do Departamento de Moda da Udesc	182
APÊNDICE E - Respostas do Questionário para bolsistas de extensão do Departamento de Moda da Udesc	185
APÊNDICE F - Matriz dos dados categorizados após a exploração do material	189
ANEXO A - Plano de ensino da disciplina de Modelagem de vestuário infantil e masculina da Udesc	190
ANEXO B e C - Plano de Desenvolvimento Institucional da Udesc e Resolução n 015/2019-CONSUNI - Política de Extensão universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	196
ANEXO D - Resolução n° 007/2022 - CEG	197

1 INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão visa a integração de atividades extensionistas nos currículos de cursos superiores, de forma a valorizá-la e expandir sua atuação. Existem diretrizes nacionais para regulamentar este processo, que se estendem para todos os cursos em nível superior de graduação, respeitando suas particularidades e articulações próprias. Assim, este trabalho foca em entender o recorte da curricularização da extensão dentro do contexto de cursos superiores de Moda, em associação a disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

Portanto este capítulo introdutório apresenta o tema da dissertação, contextualiza seu problema de pesquisa, apresenta seu objetivo geral e objetivos específicos, a justificativa indicando a sua relevância, a metodologia utilizada e a estrutura do restante do trabalho. O tema está vinculado à linha de pesquisa “Design e Tecnologia do Vestuário”, do Programa de Pós-Graduação em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGModa/Udesc).

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Este trabalho está diretamente relacionado à curricularização da extensão, para tanto é apresentada sua concepção, diretrizes, princípios e legislação vigente, bem como disposições gerais e as possibilidades de articulação entre o ensino, a pesquisa e a comunidade externa. Contribui para o debate sobre o papel de atividades extensionistas dentro do currículo de cursos superiores em Moda, voltado para disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

A extensão é um dos pilares do ensino superior brasileiro e trata da interação entre instituição de ensino e sociedade na busca por soluções e construções de conhecimento coletivas baseadas na realidade social. A extensão trabalha de maneira interdisciplinar e indissociável com o ensino e a pesquisa, dando protagonismo ao estudante na sua formação ao mesmo tempo que gera transformação social.

Em 2001, com o Plano Nacional de Educação (PNE), instaurou como meta nacional a curricularização da extensão em cursos de graduação, que é a

inserção desta prática dentro dos projetos pedagógicos de curso (PPC). Com a troca do PNE para o decênio de 2014/2024, essa meta foi mantida, e em seguida, com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do CNE¹/MEC², se tornou obrigatório, para todas as Instituições de Ensino Superior (IES), ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação ser composta de atividades extensionistas.

As ações de extensão são incluídas no currículo, podendo estar associadas às disciplinas, ou como componentes curriculares próprios, vinculados a projetos extensionistas já existentes ou não. Para tanto, nesta dissertação busca-se entender maneiras como podem ser organizadas e implementadas dentro de bacharelados de Moda, de forma integrada às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

A Modelagem é a etapa, dentro do desenvolvimento de produtos de vestuário, que se ocupa da interpretação da peça no formato de moldes. Os moldes são guias bidimensionais para o corte do tecido, possibilitando sua montagem e prova sobre o corpo humano de maneira tridimensional. Ela está inserida dentro da Tecnologia de vestuário, que segundo Rosa (2011) trata de um conjunto de conhecimentos e etapas necessárias para a construção industrial de roupas, desde sua concepção até a sua produção em escala.

A Modelagem, por ser uma etapa do processo produtivo, assim como um conjunto de conhecimento dentro da Tecnologia de vestuário, tem caráter prático, e devido a isso, ela é comumente estruturada no contexto educacional como um conjunto de disciplinas teórico-práticas. Esta característica é tanto uma oportunidade de ir ao encontro do conceito e características da extensão, quanto um desafio para se tornar algo aplicável dentro da realidade material do currículo de cursos superiores de Moda.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

As IES possuem atividades de extensão estruturadas dentro de seus cursos, porém sua inserção como componente curricular dentro do PPC ainda é

¹ Conselho Nacional da Educação

² Ministério da Educação

um processo em construção. A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do CNE/MEC “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências” (CNE, 2018). Essa Resolução não estabelece métodos específicos para que ocorra esta inserção, abrindo assim espaço para cada IES construir, da melhor maneira de acordo com o seu contexto, a forma de implementar a curricularização da extensão.

É necessário, assim, pensar nas melhores estratégias para que essa integração ocorra levando em consideração as características da instituição, do curso, da sua estrutura curricular, corpo docente e discente. Dentro do contexto de cursos superiores de Moda é possível observar o potencial de articulação que as disciplinas teórico-práticas, como as de Modelagem de vestuário, têm com a extensão. Ao mesmo tempo, levanta-se a discussão sobre a melhor forma de realizar essa conexão sem prejudicar o ensino dos conteúdos, uma vez que eles são pré-requisitos para as demais disciplinas do curso. Também se mostra importante construir estratégias para assegurar que todos os discentes da disciplina tenham um papel protagonista, tanto no âmbito do aprendizado como na ação social.

Diante do exposto temos o seguinte problema de pesquisa: Como curricularizar a extensão em cursos superiores de Moda, em associação às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Propor um modelo conceitual para a curricularização da extensão universitária em IES de Moda relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

1.3.2 Objetivos Específicos

1.3.2.1 Objetivos Específicos para a Fundamentação Teórica

- a) Identificar conceitualmente a curricularização da extensão universitária com base na legislação vigente;
- b) Caracterizar as disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário;

1.3.2.2 Objetivos Específicos para os Procedimentos Metodológicos

- a) Identificar normas e regulamentos na Udesc que direcionam a ação de curricularização da extensão no seu curso de Moda;
- b) Mapear a curricularização da extensão nos projetos político-pedagógicos de cursos superiores de Moda em IES públicas e estaduais brasileiras;
- c) Descrever a proposição de curricularização no projeto pedagógico do curso de Moda da Udesc;
- d) Verificar o diálogo entre universidade e comunidade externa a partir da sua formalização;
- e) Explorar a perspectiva discente em relação ao processo de curricularização da extensão em cursos de Moda
- f) Definir elementos de estruturação e integradores da curricularização da extensão.

1.4 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica devido às suas contribuições para a academia, tanto no âmbito administrativo como educacional e de pesquisa, assim como para a sociedade e para o mercado de vestuário.

Estudar a curricularização da extensão é essencial para auxiliar as IES a construir suas atividades extensionistas curriculares, não somente se

adequando às demandas legais, mas também possibilitando a criação de laços e novas parcerias com atores externos à universidade, fortalecendo ambos neste processo.

A creditação da extensão também gera repercussões no ensino, ao ampliar o ambiente de aprendizagem para além da sala de aula. O eixo professor-aluno é expandido para professor-aluno-sociedade, permitindo assim que novos fatores sejam inseridos no processo de ensino e aprendizagem. Ter a realidade social em associação facilita na formação e fixação de conhecimentos pelos discentes, pois permite a conexão dos conteúdos com a realidade de cada aluno.

Além disso, a extensão é regida pelo protagonismo do discente, que deve tomar uma postura ativa na sua aprendizagem e buscar solucionar os problemas dispostos. Isso gera uma formação mais autônoma, prática e voltada para o coletivo, desenvolvendo habilidades essenciais para futuros profissionais, como trabalho em equipe e resolução de problemas.

Ao mesmo tempo, atividades de extensão ainda podem fortalecer as pesquisas realizadas na IES, uma vez que a parceria com instituições sociais e comunidades permite maior abertura para pesquisas de cunho social. Desta forma o tripé da universidade brasileira é fortalecido, fazendo com que as instituições consigam realizar suas funções com maior efetividade.

Um dos atores diretamente envolvidos na extensão é a comunidade externa, que atua juntamente à IES para solucionar suas demandas de maneira coletiva e colaborativa, tendo suas vozes e saberes ouvidos e valorizados. Desta forma, fortalecer e expandir projetos de extensão é atuar com mais potência nestas comunidades, permitindo que ocorra uma transformação social. Ao mesmo tempo que é essencial garantir que este processo se mantenha respeitoso e bilateral, onde todos os atores envolvidos possam ser igualmente beneficiados.

Assim, explorar a extensão voltada para cursos de Moda, em associação às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário, se mostra proveitoso por alinhar a natureza prática das atividades extensionistas com as destas disciplinas, de forma a possibilitar o discente adquirir experiência de campo nesta área. Isso gera uma formação mais prática, levando a egressos melhor preparados para atuar no mercado de vestuário, que se beneficia por ter a disposição profissionais mais qualificados.

1.5 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é de natureza aplicada, pois visa a criação de um artefato para uso em uma realidade circunstancial, conforme a definição de Gil (2008). Adota-se uma abordagem qualitativa para analisar o problema e é descritiva quanto ao seu objetivo, buscando descrever determinada situação cujos aspectos não podem ser quantificados, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009) e Gil (2008).

Os procedimentos técnicos escolhidos para sua realização são a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, que tem como principais procedimentos de coleta de dados a entrevista semi estruturada e aplicação de questionário. Escolheu-se esses procedimentos técnicos de maneira a buscar informações em fontes primárias e secundárias, abordando mais de uma perspectiva sobre o tema e dando uma visão ampla e mais completa sobre o assunto. A classificação desta pesquisa é sintetizada pelo Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação da pesquisa.

Natureza da pesquisa	Aplicada
Abordagem do problema	Qualitativa
Abordagem do objetivo	Descritiva
Procedimentos Técnicos	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental - Pesquisa de campo
Ferramentas de coleta de dados	- Roteiro de entrevista - Aplicação de questionário.
Local da pesquisa	Udesc

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Os procedimentos técnicos e metodológicos citados no Quadro 1 serão explicados com mais detalhes no capítulo três desta dissertação.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Primeiro Capítulo – Introdução: No qual se apresenta a linha de pesquisa que esta dissertação está vinculada, seu tema contextualizado, a definição do problema, o objetivo geral e os específicos da pesquisa, a justificativa, os procedimentos metodológicos usados e a estrutura da dissertação.

Segundo Capítulo – Fundamentação Teórica: Abordam-se os embasamentos teóricos que deram suporte para atender os objetivos desta dissertação. Discorre-se sobre os conceitos e legislações pertinentes para a curricularização da extensão universitária, assim como as características da Modelagem de vestuário e seu ensino como disciplinas teórico-práticas.

Terceiro Capítulo – Procedimentos metodológicos: Apresentam-se e explicam-se os métodos de coleta e de análise de dados que foram aplicados no decorrer desta dissertação.

Quarto Capítulo – Resultados da Pesquisa: Expõe-se, interpreta-se e analisa-se os dados coletados por cada um dos procedimentos apresentados no capítulo anterior.

Quinto Capítulo – Modelo Conceitual: Apresenta-se e explica-se a proposta de modelo conceitual para a curricularização da extensão construída ao longo desta dissertação.

Sexto Capítulo – Considerações Finais: Tece-se as conclusões, de forma a finalizar o trabalho e responder seus objetivos geral e específicos.

Referências – Indica-se as referências utilizadas no decorrer do trabalho.

Apêndice A – Roteiro de entrevista com Presidente do Núcleo Estruturante da Udesc.

Apêndice B – Roteiro de entrevista com docente da Disciplina Mista de História da Arte da Udesc.

Apêndice C – Roteiro da entrevista com representante da Mulheres do Jardim, comunidade parceira de extensão Ecomoda da Udesc.

Apêndice D – Questionário para bolsistas de extensão do Departamento de Moda da Udesc.

Apêndice E – Respostas do questionário para bolsistas de extensão do Departamento de Moda da Udesc

Apêndice F – Matriz dos dados categorizados após a exploração do material.

Anexo A – Plano de ensino da disciplina de Modelagem de vestuário infantil e masculina da Udesc.

Anexo B – Plano de Desenvolvimento Institucional da Udesc

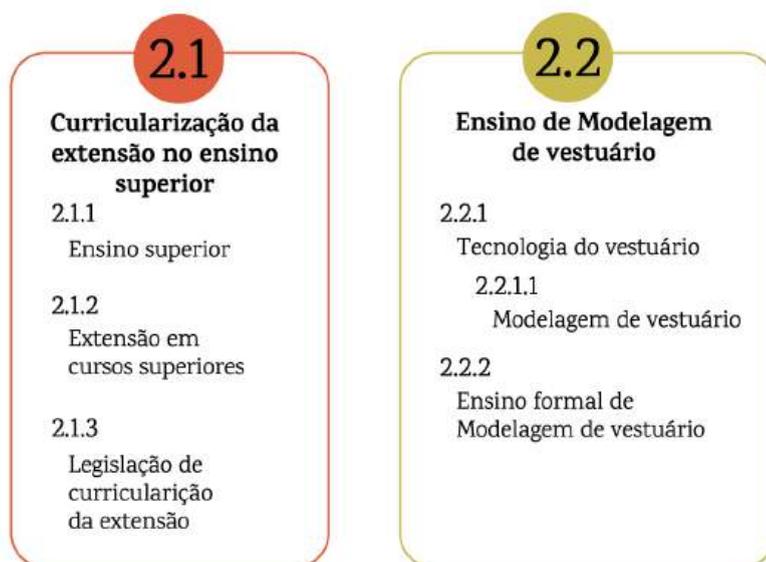
Anexo C – Resolução nº 015/2019-CONSUNI - Política de Extensão universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Anexo D – Resolução nº 007/2022 - CEG

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo desenvolver os fundamentos teóricos para a construção da dissertação, desta forma são apresentados dois pilares de conteúdo: a curricularização da extensão e o ensino de Modelagem de vestuário, como pode-se observar na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura da fundamentação teórica.



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Desta forma é possível investigar as bases teóricas e discussões sobre os principais pontos necessários para o desenvolvimento deste estudo, buscando cumprir todos os objetivos específicos voltados para a fundamentação teórica.

2.1 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Para entender como ocorre o processo de curricularização da extensão no ensino superior, seja ele universitário ou em outros tipos de Instituições de Ensino Superior (IES), é necessário a compreensão do ensino superior, da extensão em si e das normas que regem a integração entre os dois. Assim mostra-se necessário entender conceitualmente o que é a curricularização da extensão, além de ter um contexto histórico e um panorama geral das discussões

bibliográficas relacionadas a ela na atualidade, permitindo investigar as delimitações e definições pertinentes para a construção do modelo conceitual objetivado neste projeto.

2.1.1 Ensino superior

É intrínseco do ser humano preservar, aperfeiçoar e transmitir para as próximas gerações os conhecimentos, habilidades e técnicas adquiridas e construídas socialmente. Este processo de compartilhamento de conhecimentos é, ao mesmo tempo que uma forma de sobrevivência da espécie, fundamental para a perpetuação da cultura e relações sociais de determinada comunidade, e "só é possível mediante a educação, fator importantíssimo para a humanização e a socialização" (Aranha, 1998, p. 50).

A educação é um conceito amplo e que engloba mais do que a mera transmissão de conhecimento, tratando do processo de desenvolvimento integral do ser humano, suas capacidades físicas, intelectuais e morais (Aranha, 1998). Ao mesmo tempo que é abrangente, também inclui a transmissão de conhecimentos, que é o ensino propriamente dito. Estes conceitos tratam de processos distintos porém interdependentes, que devem ser articulados para que ambos ocorram de maneira eficiente.

A educação, por ser da esfera e do interesse social, também é um direito básico do brasileiro assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988). A Constituição compartilha a responsabilidade da educação nacional entre o Estado e as famílias daquele a ser educado, podendo ela ser formal, vinda do ambiente escolar, ou informal, do ambiente familiar.

O sistema de educação escolar brasileiro é dividido em dois níveis, de acordo com o artigo nº 21 das Leis de Diretrizes Básicas (Brasil, 1996), a educação básica, que inclui a educação infantil, fundamental e média, e a educação superior. A educação básica tem caráter obrigatório e é de incumbência do Estado possibilitar o acesso para toda sua população, além de fixar os conteúdos mínimos a serem ensinados, "de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" (Brasil, 1988, art. 210).

Já a educação superior possui outros objetivos, sendo voltada para a formação e qualificação de profissionais para atuar nas diferentes áreas de conhecimento e contribuir com o desenvolvimento do país (Brasil, 1996). Desta forma ela é estruturada no formato de cursos voltados para estas diversas áreas, visando transmitir os conteúdos necessários para realizar determinada profissão.

Observa-se que o sistema de educação e ensino superior é constituído por diversos tipos de IES, podendo ser classificadas como universitárias e não-universitárias (Neves; Martins, 2016). Esta diferenciação se dá pelo grau de auto-governança que a instituição possui, tendo a "autonomia como um princípio fundamental do fazer universitário, tanto nos seus aspectos didático-científicos, quanto administrativos, de gestão financeira e patrimonial" (Trevisol; Garmus, 2021, p. 315). As instituições universitárias incluem universidades e centros universitários, já os não-universitárias são as faculdades.

As faculdades têm como característica marcante sua limitada autonomia para criação, organização e extinção de seus cursos, precisando da autorização prévia do Ministério da Educação (MEC) para tal. Além disso, disponibilizam cursos voltados para uma só área do conhecimento e não tem a obrigação de realizar pesquisas, sendo normalmente voltadas somente para o ensino.

Os centros universitários são instituições universitárias, desta forma possuem autonomia própria para criar, organizar e extinguir cursos e programas sem a necessidade de autorização prévia do MEC. Além disso, são instituições pluricurriculares, ou seja, que abrangem cursos em mais de uma área de conhecimentos.

Já as universidades, assim como os centros universitários, também possuem cursos em mais de uma área do conhecimento, porém diferente dos centros universitários, são regidas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Desta forma precisam estruturar sua produção intelectual institucionalizada e atividades extensionistas de forma articulada com o ensino.

A maioria das instituições de ensino superior no Brasil em 2021 são faculdades, representando 76,9% do total das IES públicas e privadas, enquanto os centros universitários representam 13,6% e as universidades 7,9% (INEP,

2022)³. Ao mesmo tempo, as universidades são responsáveis pelo maior do número de matrículas do país, totalizando 55,1%, além de que, quando se faz o recorte de instituições públicas, as universidades passam a ser maioria, com 55,4% das instituições (INEP, 2022). Desta forma, Mendonça (2000) entende as universidades como fundamentais para a democratização do ensino superior sendo elemento central do mesmo e tendo as demais instituições não-universitárias se posicionado em relação a ela, o que permite que elas sejam estudadas tomando a universidade como referência.

O ensino superior, em todos os tipos de instituição, é estruturado no formato de cursos, que são “uma sequência coerente de atividades educativas formuladas e organizadas para alcançar objetivos pré-determinados de aprendizagem ou para concluir uma sequência específica de tarefas educativas durante um período de tempo contínuo” (INEP, 2017, p. 12-13) voltados para diferentes áreas de atuação.

Estes cursos podem ocorrer sob duas modalidades, de forma presencial ou à distância. O ensino presencial ocorre quando o processo de ensino é em um mesmo ambiente físico, já o ensino a distância (EaD) "acontece, quando educador e educando estão separados por uma distância física, e é usada tecnologia para fazer a 'ponte' entre os dois" (Vidal, 2002, p.19).

Desta forma existem quatro formatos distintos de cursos que podem ser ofertados nas IES brasileiras, seja na modalidade presencial ou a distância, que são a graduação, pós-graduação, cursos sequenciais e de extensão (Brasil, 1996).

Os cursos de graduação são o primeiro nível de formação universitária, e tem como objetivo permitir uma formação plena para o exercício de determinada profissão, apresentando os conteúdos e vivências básicas. Muitas vezes o diploma de graduação é também uma exigência para atuar em determinadas profissões, como medicina, odontologia ou direito, de acordo com seus órgãos reguladores próprios. Os cursos de graduação são classificados de acordo com seu grau acadêmico, podendo ser bacharelado, licenciatura ou tecnólogo.

³ No censo do ensino superior (INEP, 2022), levantou-se também a quantidade de Institutos Federais de Ensino e Centro Federal de Educação Tecnológica, instituições que não são abrangidas nesta classificação e que representam 1,6% das IES no país.

Os cursos de bacharelado possuem uma abordagem mais abrangente, e que visa preparar o discente para atuar em diversas profissões de uma determinada área, além de incluir uma formação científica (Menezes; Teixeira, 2017). Eles possuem carga horária mínima de 2.400 horas, o que normalmente dá uma duração de 3 a 6 anos.

As licenciaturas são cursos voltados para o magistério, vem do termo *licentia docenti* e significa "direito de lecionar" (Castro, 1974), eles possuem uma abordagem pedagógica voltada para qualificar profissionais para atuação no ensino básico nacional. Os cursos de licenciatura possuem menos áreas de atuação, limitados aos conteúdos abordados no currículo básico, como história, geografia, matemática, línguas, artes, ou educação física. Sua carga horária mínima é de 3.200 horas divididas entre tempo em sala de aula e estágios de docência, podendo durar de 3 a 4 anos.

Os cursos de bacharelado e licenciatura possuem certa correlação, tendo partes do currículo similares quando na mesma área de atuação, possibilitando assim a existência da dupla titulação. Além disso, eles são regidos pelas mesmas Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos de Graduação (DCN), já os cursos tecnológicos, terceira opção de cursos de graduação, possuem normativas próprias.

Os cursos tecnológicos são aqueles que têm como centro o trabalho e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo o currículo construído de forma articulada com o setor produtivo. Sua carga horária mínima é de 1.600h, podendo ter de 2 a 3 anos de duração e regidos por normativas próprias, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (CNE, 2021), que regulam tanto as graduações tecnológicas, quanto os cursos técnicos e as pós-graduações de cunho tecnológico, que são os mestrados e doutorados profissionais.

Os cursos de pós-graduação são cursos subsequentes aos de graduação, que se voltam para o aprofundamento dos conteúdos, além da pesquisa e formação de docentes a nível superior. Eles são divididos entre *lato-sensu* e *stricto-sensu*, sendo o primeiro voltado para a atuação no mercado e o segundo para a atuação acadêmica. *Lato-sensu* são cursos de especialização e aperfeiçoamento que tem como objetivo aprofundar ou ampliar a gama de

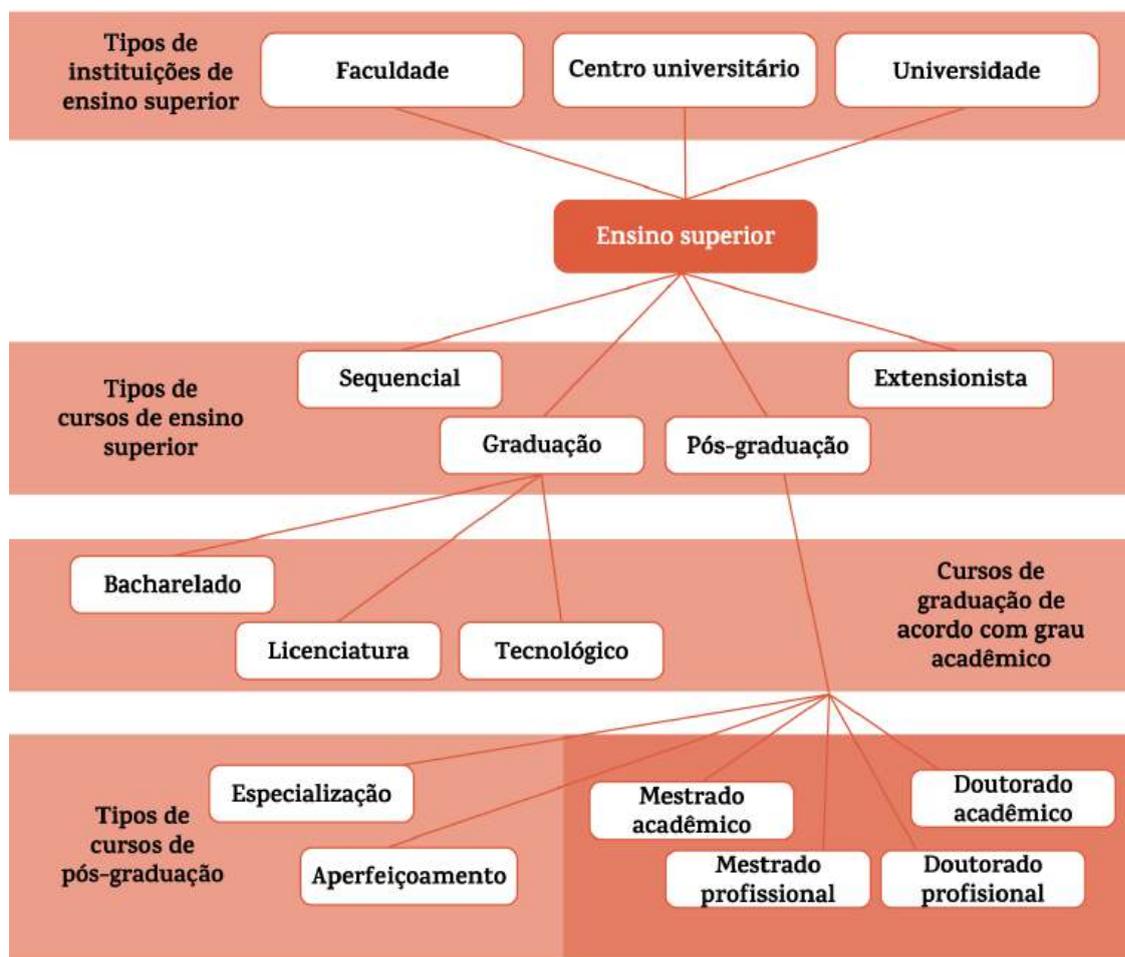
conhecimentos de determinada área do conhecimento (Oliveira, 1995) para serem aplicados no mercado de trabalho.

Já os cursos *stricto-sensu* são aqueles voltados para a atuação acadêmica, regido, de acordo com o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG), por duas metas centrais que são a formação de professores competentes e qualificados para atender as necessidades do ensino superior e de pesquisadores de excelência no campo das ciências básicas e aplicadas. Os programas de pós-graduação *stricto-sensu* são os cursos de mestrado e doutorado, acadêmicos ou profissionais, sendo estes últimos regidos pelas mesmas normativas que as graduações tecnológicas.

Cursos sequenciais são programas de estudos mais curtos, oferecidos a estudantes de graduação, ou graduados, que incluem no mínimo três disciplinas ou componentes curriculares, podendo estes serem módulos de um projeto pedagógico de curso já existente. Para se caracterizar como curso sequencial ele deve ter objetivos claros de formação e ao final gerar certificação específica, mas não um diploma (CNE, 2017). Já os cursos extensionistas são aqueles voltados para a inclusão da comunidade externa no ambiente acadêmico (Mascarenhas; Silva; Torres, 2021), no formato de cursos livres que articulem as pesquisas e o ensino realizados na instituição e os membros da sociedade externa

Pode-se entender melhor como o sistema de ensino superior é estruturado no Brasil e quais componentes o constitui, por meio da Figura 2 que explicita os tipos de instituições, as possibilidades de cursos assim como suas especificidades.

Figura 2 - Estrutura do ensino superior no Brasil.



Fonte: Adaptado de Neves e Martins (2016), Trevisol e Garmus (2021), Brasil (1988), INEP (2017), Brasil, (1996), Menezes e Teixeira (2017), Castro (1974), Oliveira (1995), CNE (2017) e Mascarenhas, Silva e Torres (2021) pela autora (2023).

Visto esse panorama estrutural apresentado na Figura 2, que rege as instituições e cursos de ensino superior no Brasil, é possível compreender o contexto em que a curricularização da extensão se encontra. A legislação específica institui um recorte para que ocorra este processo exclusivamente em cursos de graduação, desta forma, delimitando este como o escopo do trabalho.

A estruturação dos cursos de graduação no país se dá a partir de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC), documento que reúne a identidade do curso, sua concepção e proposta pedagógica. Seu objetivo é organizar e elucidar as informações importantes para a implementação do curso, de acordo com as diretrizes e normativas pertinentes e em consonância com os propósitos institucionais.

Para tal, no PPC deve constar os seguintes itens: contextualização do curso, sua caracterização, objetivos, legislação no nível federal, estadual, municipal e específica para cada curso e profissão, estrutura curricular, perfil do egresso, formas de avaliação, corpo docente, infraestrutura disponível e orçamento (Leineker; Cezari, 2020), como pode-se observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Itens essenciais para o Projeto Pedagógico de Curso.

	Item	Descrição
Concepção do curso	Contextualização do curso	Histórico, contexto regional e justificativa para criação do curso;
	Caracterização do curso	Formas de acesso, modalidade, turno, número de vagas ofertadas, local e carga horária;
	Objetivos	Objetivos geral e específicos do curso;
	Base legal	Legislação federal, estadual e municipal que se aplica ao curso, além de normativas institucionais e as DCN utilizadas;
Proposta pedagógica	Estrutura curricular	Matriz curricular, ementas das disciplinas, atividades complementares, estágio, atividades extensionistas e inter-relação entre disciplinas e unidades curriculares;
	Perfil do egresso	Perfil profissional, competências, habilidades e áreas de atuação do egresso;
	Avaliação	Procedimentos de avaliação do ensino-aprendizagem, do curso e da instituição;
	Corpo docente e técnico (TAEs)	Identificação dos docentes e técnicos do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação;
	Infraestrutura	Recursos físicos e tecnológicos, laboratórios, equipamentos e bibliotecas disponíveis;

	Orçamento	Orçamento necessário para a implementação e manutenção do curso.
--	-----------	------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado de Leineker e Cezari (2020) pela autora (2023).

Os itens de contextualização do curso, sua caracterização, objetivos e base legal são entendidos como a concepção do curso, como se observa pela primeira coluna do Quadro 2, em tom laranja claro, já os itens laranja escuro, a estrutura curricular, perfil do egresso, avaliação, corpo docente, infraestrutura e orçamento, compõem a proposta pedagógica do mesmo.

A concepção do curso inclui sua contextualização básica, explicando o histórico, contexto regional e a justificativa de sua existência. Também há a identificação e caracterização do curso, que são as informações básicas para seu funcionamento, como forma de ingresso, número de vagas, carga horária, modalidade, turno e local de oferta do curso. Ainda se estabelece os objetivos que guiam a concepção e implementação do curso, sendo divididos em objetivo geral e específicos, assim como a base legal que permite e estrutura o mesmo, incluindo leis federais, estaduais e municipais pertinentes.

A proposta pedagógica do PPC se inicia com a estruturação curricular, que é parte integrante e de destaque na proposta, mas importante frisar que não é sinônimo de currículo. Sacristán (2000) aponta sobre a origem do termo currículo, do latim *curriculum*, se refere a carreira, sendo um percurso profissional a ser atingido, desta forma, a palavra possui mais de um significado podendo se referir ao currículo escolar assim como o profissional. O currículo é a "relação organizada de conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade" (Sacristán, 2013). É no currículo que se define os conteúdos que o discente deve aprender, e por meio da estrutura curricular que estes conteúdos são organizados e unificados na forma de componentes curriculares, normalmente no formato de disciplinas.

A estrutura curricular dos cursos de graduação são construídas a partir de normativas nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos de Graduação (DCNs), documentos que unificam e direcionam os cursos, instituindo conteúdos básicos para formar profissionais capacitados para atuação em todo o território nacional. Algumas áreas ainda não são contempladas por DCNs

próprias, como no caso da Moda ou da Animação, desta forma estes cursos adotam diretrizes de áreas semelhantes.

Em cursos de Moda comumente se utiliza as diretrizes de cursos de Design, como no caso dos cursos da Universidade do Estado de Maringá (UEM) ou da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Outras instituições optam por usar mais de uma diretriz para a construção do seu PPC, a do Design e de alguma outra áreas adjacentes de forma complementar, como é o exemplo da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) utilizando também as DCNs das Artes Visuais, ou da Universidade de São Paulo (USP), que utiliza também as de Engenharia.

Com base nestas diretrizes é possível construir a estrutura curricular dos cursos, que é a definição e organização dos conteúdos a serem abordados. Essa estrutura usa o formato de matriz, que contém todas atividades curriculares e suas respectivas cargas horárias, sejam elas no formato de disciplinas, estágio, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, e agora também atividades extensionistas.

Também na proposta pedagógica são definidas as competências e habilidades com que se deseja que o egresso do curso adquira, construindo assim seu perfil, que deve estar alinhado com os conteúdos estabelecidos na estrutura curricular. Além disso, são definidas de maneira clara os métodos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem que serão adotados dentro do curso, de forma a mensurar a efetividade deste processo.

Em seguida, são dispostos os recursos disponíveis pelo curso, sejam eles humanos, financeiros ou de infraestrutura. É apresentado o quadro de docentes e de técnicos do programa, com suas identificações, situação funcional, regime de trabalho e titulação, mostrando a viabilidade da construção deste curso, ou ainda apontando a necessidade de complementação deste quadro. Também é exposto a estrutura necessária para a existência do curso, espaços físicos, laboratórios, bibliotecas e demais recursos necessários. O último item apresentado no PCC, segundo Leineker e Cezari (2020), é o orçamento necessário para a implementação e manutenção do curso, quais os recursos financeiros necessários para manter seu funcionamento.

O PPC é concebido, consolidado, acompanhado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgão do colegiado do curso composto por um grupo de professores que exercem papel de liderança em seus cursos (Vieira; Filipak, 2015). Suas atribuições incluem, segundo a Resolução n. 1, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (CONAES, 2010).

Desta maneira o NDE elabora o PPC, documento que estrutura os cursos de graduação, esclarecendo desde sua concepção até sua implementação e manutenção. Outro documento que também estrutura os cursos, porém voltado para o aspecto de ensino e atuação em sala de aula, é o plano de ensino.

O plano de ensino é construído pelo próprio docente, de forma a poder “decidir a cerca dos objetivos a ser alcançados pelos alunos, conteúdo programático adequado para o alcance dos objetivos, estratégias e recursos que vai adotar para facilitar a aprendizagem, critérios de avaliação, etc.” (Gil, 2012, p. 34), sempre alinhado com PPC.

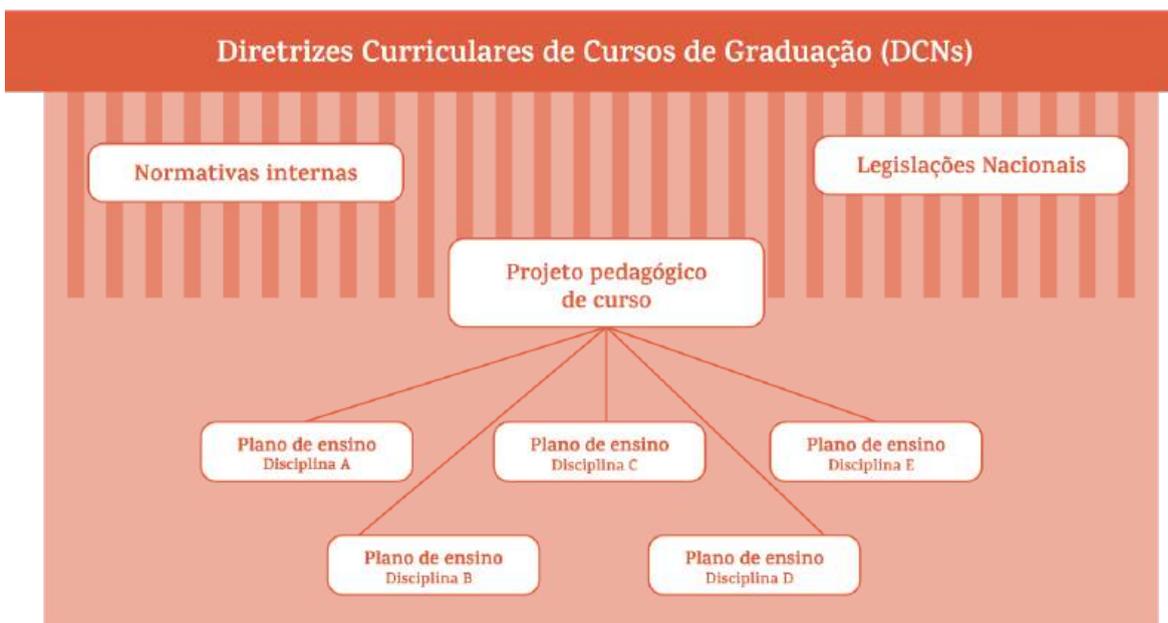
Este documento, assim como o PPC, possui alguns itens obrigatórios, que são os "dados de identificação da disciplina, ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia básica e complementar da disciplina" (Spudeit, 2014, p.1). A partir destes itens básicos são explicadas as práticas pedagógicas aplicadas na disciplina, que são as estratégias adotadas pelo docente para possibilitar e facilitar o processo de aprendizagem e construção de conhecimentos (Espinet, 1997). Para ilustrar como se estrutura um plano de ensino, pode-se observar no Anexo A um exemplo do Plano de ensino da disciplina de Modelagem de vestuário infantil e masculina da Udesc.

Desta forma os cursos de graduação usam com base as DCNs, que guiam a construção do currículo e perpassam os demais documentos do curso, tendo o PPC como ponto central que estrutura o curso como um todo. A partir do PPC,

existem os planos de ensino específicos de cada disciplina como aprofundamentos do processo de ensino e aprendizagem.

Esta relação entre DCNs, PPCs e planos de ensino ainda é perpassada por outros documentos, legislações e normativas que a regulam. Desta forma, a Figura 3 representa, de maneira simplificada, essa hierarquia de documentos.

Figura 3 - Hierarquia de documentos estruturantes de cursos de graduação.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A Figura 3 permite visualizar os documentos internos que estruturam os cursos de graduação, as diretrizes curriculares que os orientam e as legislações que os delimitam, além de proporcionar um esquema visual da relação entre eles.

Com base nas informações fornecidas sobre o ensino superior, cursos de graduação e seus documentos estruturantes, é possível obter uma compreensão básica do ensino superior brasileiro. Este é um elemento essencial do tripé universitário, composto por ensino, pesquisa e extensão, que orienta as atividades acadêmicas e universitárias no país, conforme mencionado anteriormente.

É ao ensino que a extensão se une no seu processo de curricularização, fazendo assim parte integral do currículo de cada curso. Desta forma o próximo passo é compreender o conceito, características e objetivos da extensão em

cursos de nível superior, para possibilitar a articulação entre ensino e extensão necessária para a curricularização.

2.1.2 Extensão em cursos superiores

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012, p. 28, grifo nosso), maior grupo para discutir e fomentar ações de extensão no território nacional, apresenta conceitualmente a extensão universitária⁴, qual seja:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a **interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.**

Assim, a extensão universitária é a prática acadêmica, associada ao ensino e a pesquisa, que se ocupa do intercâmbio entre universidade e sociedade. Ela busca a troca e construção coletiva de saberes, de forma interdisciplinar e beneficiando todas as partes envolvidas, sendo uma dinâmica de mão-dupla.

Além desta definição, ao longo de sua história a extensão já teve outros sentidos, moldados a partir do contexto político, histórico e geográfico em que se encontrava. Pode ser considerado um termo em constante construção, como aponta Sousa (2010), cuja plasticidade gera momentos de polissemia e confusão na sua utilização.

Sua criação, no contexto da educação, foi na Inglaterra na segunda metade do século XIX, na Universidade de Cambridge ou na Universidade de Oxford, havendo divergências entre autores sobre seu local exato de origem. Labrandero e Santander (1983) indicam a Universidade de Cambridge como precursora de programas de extensão no país, criando-os em 1867, já Mackinder e Sadler (1891) apontam a Universidade de Oxford como local de origem do termo, em 1850. O início das ações extensionistas foi fruto de discussões internas nas universidades sobre a necessidade de levar os conhecimentos gerados

⁴ É comumente utilizado o termo "extensão universitária" nos documentos legais, normativas, regulamentos assim como na bibliografia que trata do tema. Por mais que a extensão transcenda o ensino universitário e esteja presente em todos os tipos de IES, este termo, por ser amplamente utilizado em bancos de dados e bibliografia específica, ainda se fará presente neste trabalho.

nestes espaços para um número maior de pessoas, o que levou a criação de cursos e palestras itinerantes, visando atingir todo o país. Esses cursos tinham como objetivo proporcionar uma educação continuada para a população geral, além de uma formação técnica para aqueles vivendo em cidades industrializadas, como afirma Sousa (2010).

Interessante apontar que, ao mesmo tempo que ocorreu essa movimentação em direção a um maior acesso aos conhecimentos criados no ambiente acadêmico, isso não causou tensão suficiente para trazer uma mudança significativa na lógica por trás das instituições de ensino superior do país. As universidades inglesas continuaram espaços elitistas e voltados para o interesse e ao alcance somente de uma minoria (Gimenez, 2017). As ações extensionistas implementadas nesta época se propuseram a estender os conhecimentos acadêmicos, de maneira unilateral, a uma população que não possuía acesso a eles, mas não pretendia aumentar o acesso desta população aos espaços acadêmicos.

Com estas primeiras experiências, outras instituições ao redor do mundo começaram a estudar formas de implementar a mesma ideia de extensão em seus contextos. Um exemplo disso foi os Estados Unidos da América (EUA), que em 1890 criou a Sociedade americana para a extensão do ensino universitário, e por meio desta desenvolveu ações de educação continuada, cursos e palestras voltadas para a comunidade, além da criação do conceito de extensão rural (Gimenez, 2017). Esta nasceu de medidas governamentais de distribuição de terras para universidades americanas, com o intuito de incentivar e fortalecer o desenvolvimento rural nacional. Nestes locais foram introduzidas estações de experimentação agrícola, além de escritórios universitários de prestação de serviços, que visavam auxiliar os agricultores locais (Kerr, 2005). Gimenez (2017) explica de maneira simples a ideia de prestação de serviços na extensão:

O serviço deveria aplicar na prática os resultados do conhecimento produzido nas universidades, para melhorar os usos e as técnicas já existentes, ou criação de novas; para tratar de questões ligadas à economia doméstica, fontes de energia renováveis, entre outros assuntos ligados à agricultura.

Desta maneira originou-se a prestação de serviços à comunidade como uma outra forma de extensão, contrapondo com a abordagem inglesa de educação continuada e cursos itinerantes.

Foi concebida, posteriormente, uma terceira vertente para a extensão universitária, vinda da América Latina e que não trata do formato em que a extensão universitária pode tomar, mas sim do pensamento base por trás dela. Esta abordagem parte da premissa de que atividades extensionistas devem ser construídas a partir do compromisso e demandas sociais da população, o que difere das demais abordagens que focam primeiramente nos formatos possíveis para a extensão universitária.

Essa vertente originou-se na reforma universitária de Córdoba (Argentina), de 1918, quando o movimento estudantil se mobilizou para questionar as estruturas administrativas e curriculares tradicionais, e propor reformas à universidade. Historicamente as universidades latino-americanas possuem fortes raízes coloniais, de maneira que foram construídas replicando as estruturas monásticas e monárquicas das universidades europeias (Gomes; Corte; Rosso, 2018).

Isso fez com que houvesse uma assincronia com o contexto em que estavam inseridas, gerando inquietação por parte dos estudantes, o que culminou na greve de maio de 1918 em Córdoba e na criação do manifesto "A juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América do Sul" (Universidad Nacional de Córdoba, 1918, tradução nossa).

Este documento aponta um "diagnóstico da crise vivida pela Universidade de Córdoba; a afirmação do poder de renovação da juventude e suas propostas políticas; e as reivindicações reformistas propriamente ditas." (Neto, 2011 p. 68). Como demanda requerida pelos estudantes estava a "Extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária;" assim como uma "Universidade aberta ao povo" (Neto, 2011 p. 69). Desta maneira, o manifesto priorizou a expansão e abertura das universidades para toda a população, além de propor o compromisso social como uma função primordial da universidade.

A reforma de Córdoba reverberou em toda América Latina, por exaltar o desejo e a necessidade de construir uma universidade baseada nas identidades nacionais e locais, construídas pela e para a população e descolando das ideias eurocentristas que dominavam os territórios na época. Além disso, Sousa (2010) ressalta a importância de ter sido um movimento iniciado e protagonizado pelos estudantes, fator que não só diferencia esta abordagem das demais, que foram iniciativas docentes ou governamentais, mas também acentua o papel do discente no processo de construção da extensão universitária.

Desta forma, o movimento extensionista pode ser dividido entre as três abordagens, a Inglesa, voltada para a educação continuada, a Americana, com foco em prestação de serviços, e a Latino Americana, voltada para construção da extensão universitária junto à população.

Visto estas diferentes perspectivas sobre a extensão, se fez necessário estabelecer de maneira clara seu conceito, além de diretrizes para guiar suas ações, de maneira a evitar confusões. Para isso, na década de 80, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) para debater os conceitos e políticas extensionistas no país (Gomes; Corte; Rosso, 2018). Dos encontros deste fórum foi desenvolvido, em 1999 o Plano Nacional de Extensão, que em 2012 foi atualizado e republicado com o nome de Política Nacional de Extensão, e que trata de conceitos, contexto e diretrizes, além de levantar pontos sobre fortalecimento, financiamento e avaliação da extensão universitária (Gomes; Corte; Rosso, 2018).

Este documento dispõe a definição de extensão universitária utilizada na abertura deste subcapítulo, e que serve de base para demais documentos e legislações que tratam do assunto. Para garantir que essa definição seja seguida de maneira adequada, a Política Nacional de Extensão traz diretrizes para guiar e alinhar a construção de ações extensionistas pelo país. Segundo FORPROEX (2012), elas são: a) Interação dialógica; b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; d) Impacto na formação do estudante e e) Impacto e transformação social.

A primeira diretriz, de interação dialógica, orienta a dinâmica entre a universidade e a sociedade, priorizando o diálogo e a troca nesta relação e

criando uma via de mão-dupla em que todos os atores envolvidos possam construir conhecimento de maneira coletiva, visando uma maior democratização deste processo (FORPROEX, 2012).

A diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade fala de entender a complexidade da realidade social, e sobre a necessidade de aliar diversas disciplinas, atores, setores, organizações e profissionais diferentes para trabalhar sobre ela de maneira plena, sem suprimir essa complexidade, mas respeitando-a (FORPROEX, 2012).

A diretriz da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão exalta a importância de manter a conexão entre os pilares da universidade brasileira, como uma forma de dar maior efetividade para a extensão. Para tanto, a extensão se conecta com o ensino ao exigir protagonismo do discente nas suas atividades, além de propor a expansão da sala de aula como ambiente de aprendizagem, ampliando o eixo pedagógico clássico de “discente-docente” para “discente-docente-comunidade”.

Ao mesmo tempo, a extensão se liga à pesquisa ao abrir espaço para metodologias participativas de investigação, no formato de pesquisa-ação, que priorizam o envolvimento dos atores sociais e o diálogo entre partes. Esta mesma diretriz incentiva a associação a programas de pós-graduação, de forma a qualificar tanto a extensão quanto a pós-graduação, além de fortalecer a produção acadêmica a partir de ações extensionistas.

A diretriz de impacto na formação do estudante fala especificamente da interação da extensão com o ensino e na forma como ela reverbera no aprendizado. (FORPROEX, 2012). A atividade extensionista é apontada como fator decisivo do aprendizado, "seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam" (FORPROEX, 2012, p. 34).

A diretriz de impacto e transformação social se refere ao potencial que a extensão tem de modificar a sociedade, tanto daquela que é diretamente envolvida nas ações extensionistas como a própria comunidade universitária. Ele aponta a importância de buscar atender as necessidades da população, visando desenvolvimento social e regional, além de possibilitar o aprimoramento de

políticas públicas. Essa diretriz é quem "imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político" (FORPROEX, 2012, p.36).

O conjunto destas cinco diretrizes aponta uma direção da extensão universitária associada ao compromisso social, de forma alinhada à educação e a pesquisa, compreendendo a complexidade da realidade social, e priorizando o diálogo entre todas as partes envolvidas.

Há ainda as áreas temáticas que as atividades de extensão devem seguir para cumprir seus objetivos, que são assuntos considerados de interesse coletivo, e assim devem ser priorizados na hora de construção de ações extensionistas. A FORPROEX (2007) define como áreas temáticas prioritárias a comunicação, a cultura, os direitos humanos e justiça, a educação, o meio ambiente, a saúde, a tecnologia e produção e o trabalho.

Outro aspecto importante para a extensão são as possibilidades de formatos para se construir tais ações, que devem estar em sinergia com todas as diretrizes e áreas temáticas citadas até o momento, e que são a) Programas; b) Projetos; c) Cursos e oficinas; d) Eventos ou e) Prestação de serviços (FORPROEX, 2007)

Programas de extensão é o formato mais abrangente, sendo o "conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços)" em prol de um único objetivo, tendo clareza sobre suas diretrizes e orientação e sendo executados a médio e longo prazo (FORPROEX, 2007, p. 35).

Os projetos são ações contínuas de extensão, podendo ou não estar associados a algum programa, eles têm caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos claros e prazos estipulados previamente.

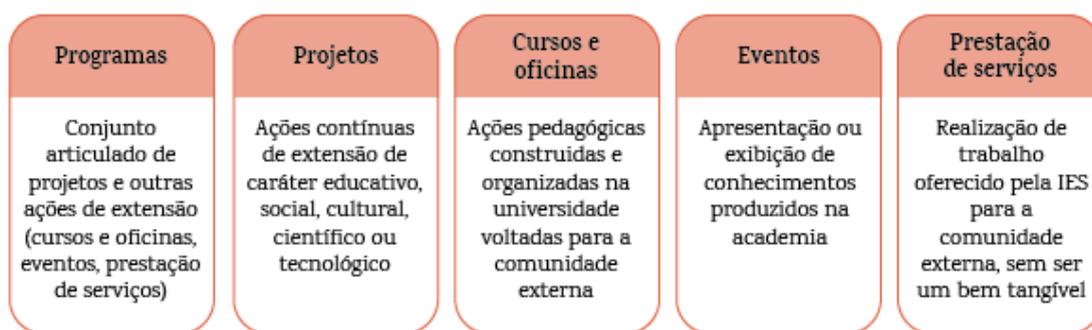
Cursos e oficinas são todas as ações pedagógicas construídas e organizadas na universidade voltadas para a comunidade externa, "de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos" (FORPROEX, 2007, p. 36).

Evento é toda ação de apresentação ou exibição de conhecimentos ou produtos culturais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos produzidos na academia, voltado para público aberto ou específico (FORPROEX, 2007, p. 38).

Além disso, qualquer curso, oficina ou atividade pedagógica cuja carga horária seja inferior a 8h deve ser classificada como um evento.

Prestação de serviço é a “realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior [...] a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem” (FORPROEX, 2007, p.39). Exemplificando as ações de prestação de serviços no meio acadêmico existem as empresas juniores, que são associações civis sem fins econômicas, formadas por estudantes da graduação e que prestam serviços à comunidade, tendo o auxílio e direcionamento de professores responsáveis. Desta forma os possíveis formatos que a extensão universitária pode tomar estão apresentados na Figura 4.

Figura 4 - Formatos da extensão universitária segundo a FORPROEX.



Fonte: Adaptado de FORPROEX (2007) pela autora (2023).

Entendendo estas cinco modalidades, em sintonia com as áreas temáticas e diretrizes extensionistas é possível navegar com maior segurança no processo união destas ações ao currículo dos cursos, sabendo as delimitações conceituais que regem este processo.

Outras delimitações importantes a serem observadas durante a curricularização da extensão são suas legislações próprias e normas administrativas e institucionais, de forma a alinhar as ações realizadas com os objetivos, possibilidades e realidade da instituição.

2.1.3 Legislação da curricularização da extensão

A curricularização da extensão, ou seja, sua integração nos currículos de cursos do ensino superior, só se tornou obrigatória para todas as Instituições de

Ensino Superior (IES) no Brasil a partir de 2022, de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de Dezembro de 2018 e reforçado em seguida pelo Parecer nº 498/2020 de 6 de Agosto de 2020 (CNE, 2020), que estendeu o prazo inicialmente estipulado. Estas normativas são reflexo de uma história repleta de marcos legais que conceituaram, regulamentaram e direcionaram os rumos que a extensão universitária tomou e toma no país. Desta forma é importante entender quais foram esses marcos, e como eles influenciaram e moldaram a legislação vigente sobre o assunto.

A primeira legislação que cita a extensão universitária no Brasil foi em 1931, onde estabelecia esta como uma possibilidade de formato de cursos que as instituições de ensino superior do país poderiam oferecer (Brasil, 1931). Este documento sofreu uma reforma em 1968 por meio da Lei Básica da Reforma Universitária, que visava revisar e adequar as normas de organização para o ensino superior nacional de acordo com a realidade da época, incluindo a extensão em seus artigos nº 20 e 40 (Brasil, 1968).

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.

[...]

Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;

É possível observar, por meio desta lei, como o entendimento conceitual e dos objetivos da extensão eram diferentes dos atuais, tendo foco em divulgação científica e uma busca por melhorias na comunidade em torno da universidade, mas sem necessariamente ouvi-la ou incluí-la, o que torna este processo unilateral.

Em 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil, que a extensão criou laços com a pesquisa e o ensino, se tornando indissociáveis no contexto universitário, por meio do artigo nº 207:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao

princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil,1988).

Após sua instauração como tripé universitário, a extensão virou também uma das finalidades do ensino superior brasileiro, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, por meio do seu artigo nº 43:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (Brasil,1996).

Esta lei se mostrou um marco na história da extensão por explicitar a reciprocidade entre a universidade e a comunidade, de forma a buscar uma construção de mão-dupla, coisa que até o momento não era citada e que se torna um dos conceitos definidores da extensão universitária atual.

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi construído em 2000, o Plano Nacional de Educação (PNE), documento que cria objetivos gerais para guiar o ensino brasileiro em todos os níveis, definindo metas e indicadores para unificar a educação no território nacional. Inicialmente criado em 1962, descontinuado no decorrer da ditadura civil-militar de 1964 e retomado em 2000, cujo PNE abrange as medidas e estratégias voltadas para o decênio de 2001-2010. Uma de suas metas nacionais, a nº 23, é voltada para:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (Brasil, 2001).

Assim se iniciou o processo de curricularização das atividades extensionistas a partir do PNE 2001-2010, voltado para instituições federais de ensino, instituindo que 10% da carga horária de seus cursos devem ser alocadas à extensão universitária. Já na PNE seguinte, do decênio de 2014-2024, esta medida foi mantida e expandida para todas as IES do país, por meio da meta 12, mais especificamente a estratégia 12.7.

Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de

extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014).

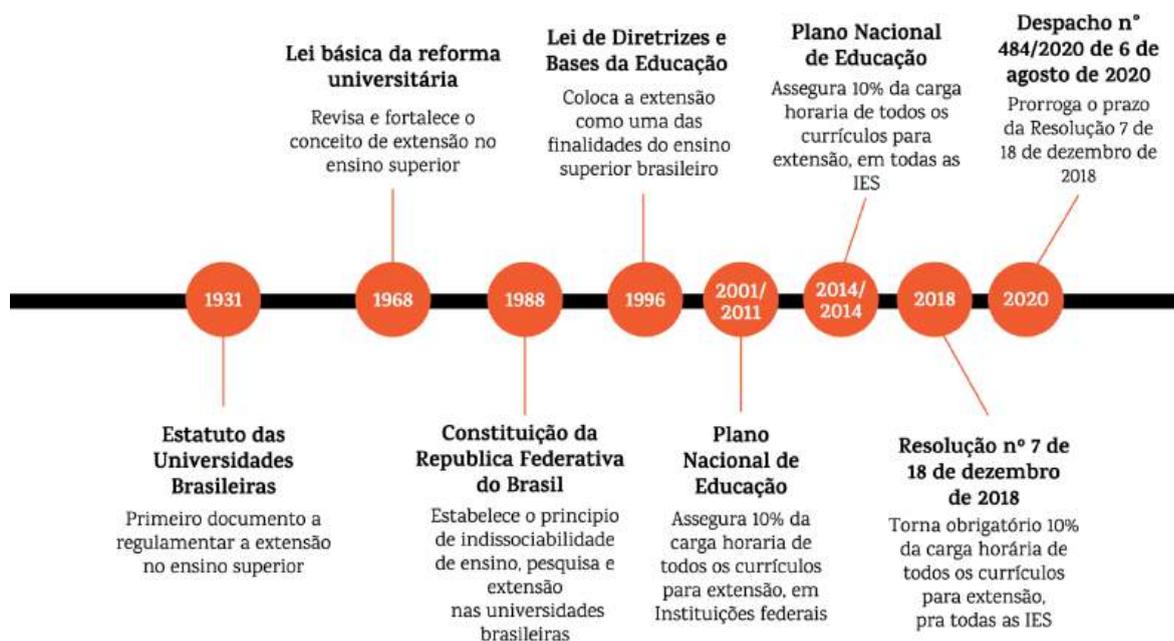
Com esta definição, a curricularização da extensão se tornou um objetivo do ensino superior em todos os tipos de instituições, não somente instituições federais. Com a Resolução nº 7/2018/CNE/MEC esse processo foi acelerado, tendo prazos estabelecidos para a adoção de medidas de curricularização pelas IES. Este documento define concepção, diretrizes e princípios para guiar este processo, em sintonia com aquelas definidas pela FORPROEX e exploradas na parte anterior deste capítulo.

A resolução define extensão como "a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico [...]" (CNE, 2018), e tem como diretrizes para sua curricularização a a) Interação dialógica; b) Formação cidadã dos estudantes; c) Produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade e d) Articulação entre ensino/extensão/pesquisa, uma adaptação das diretrizes da FORPROEX.

O prazo inicial para o ajuste dos currículos era de 3 anos, porém este foi prorrogado por mais 3 anos por meio do Despacho nº 484/2020 de 06 de agosto de 2020, devido a pandemia da COVID-19, tornando assim dezembro de 2022 a data final para adequação curricular de todas as IES (CNE, 2020).

Desta forma, foi desenvolvida uma linha do tempo com os marcos legais que orientaram a curricularização da extensão, como vê-se na Figura 5.

Figura 5 - Linha do tempo de marcos legais da extensão no Brasil.



Fonte: Adaptado de Sousa (2010), Brasil, (1931, 1968, 1988, 1996, 2001, 2014) e CNE (2018, 2020) pela autora (2023).

Tendo o entendimento do panorama nacional da extensão universitária até o seu processo atual de curricularização, como apresentado na Figura 5, pode-se ter uma base que possibilita, nos próximos capítulos, explorar as normativas institucionais que regem estes processos internamente nas instituições. Esses documentos internos unificam a construção da curricularização nos cursos, de forma a manter a identidade e os objetivos institucionais alinhados com os objetivos nacionais.

Com uma compreensão conceitual do ensino superior, da extensão universitária e sua articulação na curricularização da extensão, baseado tanto na bibliografia pertinente quanto na legislação vigente, parte-se para a exploração e caracterização da disciplina de Modelagem de vestuário, para nos capítulos subsequentes construir o modelo conceitual proposto.

2.2 ENSINO DE MODELAGEM DE VESTUÁRIO

Em 2024, no Brasil, estão ativos e credenciados no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-Mec) 201 cursos de Moda,

incluindo as mais diversas nomenclaturas, como "Moda", "Design de Moda", "Moda Design e Estilismo", "Têxtil e Moda" e "Negócios da Moda".⁵ Estes cursos possuem perfis distintos, podendo englobar tanto conteúdos teóricos voltados para o sistema de moda, como práticos voltados para a produção de vestuário, tendo como característica mais presente o enfoque em Design de vestuário.

A Moda pode ser entendida como uma manifestação cultural que "envolve um conjunto de categorias e práticas que a definem como também os sujeitos que da moda fazem uso por meio das escolhas realizadas por estes na composição de sua apresentação pessoal" (Dulci, 2019, p. 4). Trata-se então de um sistema imaterial de significados que vai além das roupas, já o vestuário trata das vestimentas materiais, as roupas e a indumentária que são o objeto que a Moda trabalha.

Estuda-se, em cursos superiores de Moda, a Tecnologia de vestuário, que é o conjunto de etapas, tarefas, habilidades e conhecimentos necessários para o desenvolvimento de produtos de vestuário (Rosa, 2011). Estas etapas podem ser separadas em dois grandes momentos, a concepção de produto e sua produção. Dentro da concepção está a criação, modelagem e prototipagem, já na produção está a graduação, corte, montagem, acabamento e armazenamento das peças.

Neste trabalho o foco é a etapa de Modelagem de vestuário, assim é investigado o seu papel dentro da cadeia produtiva e da Tecnologia de vestuário, sua dinâmica, conceitos e técnicas específicas, para por fim introduzir como ocorre o ensino destes conteúdos, quais as metodologias didático-pedagógicas aplicáveis e aplicadas para este fim.

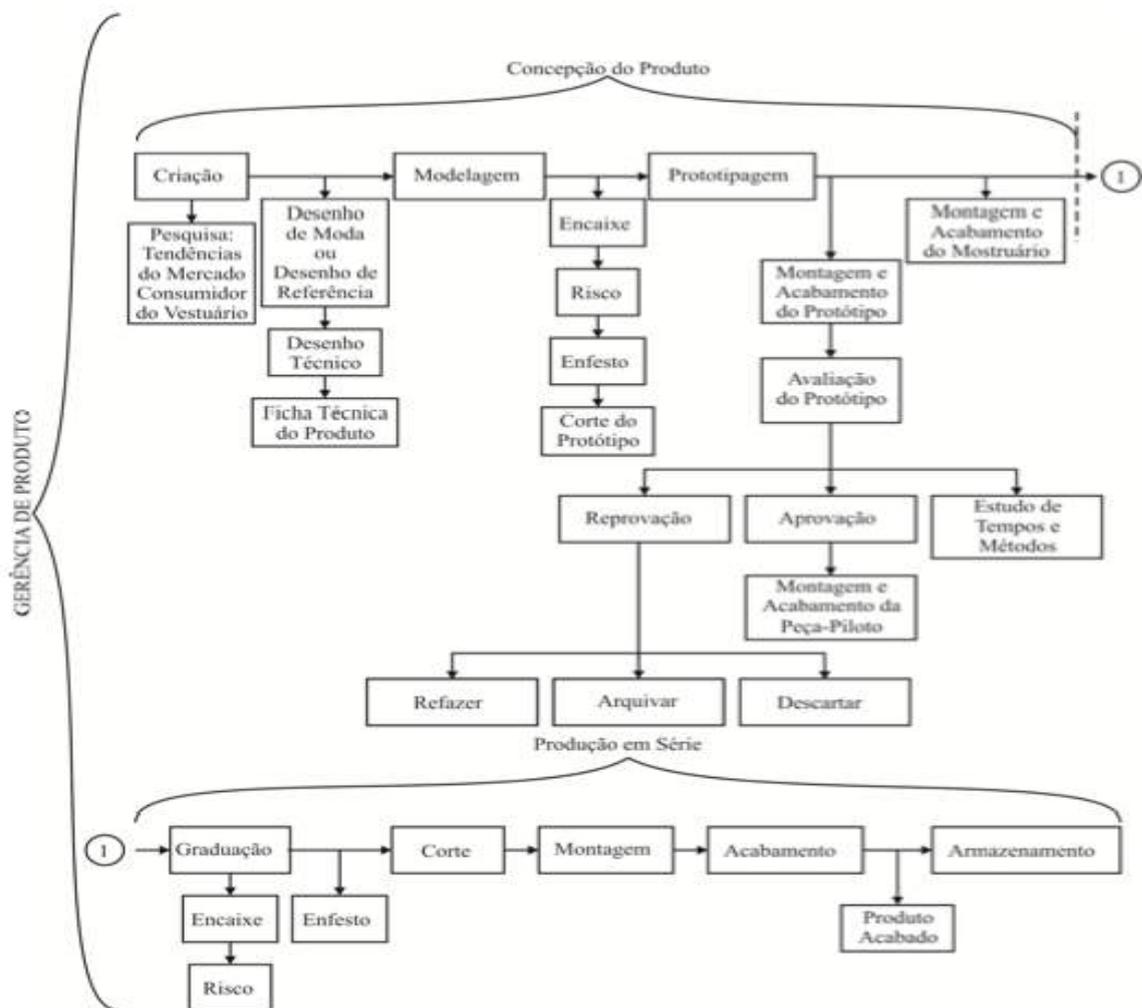
2.2.1 Tecnologia de Vestuário

Tecnologia é a "capacidade humana de saber fazer, de modificar elementos da natureza, de produzir artefatos, objetos e produtos " (Lopes, 2012, p.75), assim a Tecnologia de vestuário é o "saber fazer" voltado para a produção de produtos de vestuário. Segundo Rosa (2011, p.39) a "tecnologia do vestuário, [...] compreende todo o conjunto de etapas da atividade humana industrializada de se

⁵ A busca foi realizada em janeiro de 2024 pela pesquisadora, procurando no sistema de busca do e-Mec, na aba de cursos de graduação pelo termo "Moda", gerando 249 resultados, sendo destes 220 em atividade e após a exclusão de cursos não relacionados que foram indicados pela plataforma, sobraram 201 efetivamente da área de Moda.

fazer roupas: a concepção/desenvolvimento e a produção". A concepção de produto se ocupa da construção conceitual e da materialização do produto, e envolve as etapas de criação, modelagem e prototipagem, incluindo todos os processos até a aprovação final da peça-piloto. Já a etapa de produção são os passos necessários para reproduzir o modelo criado em escala industrial, que inclui a graduação de tamanho, corte, montagem, acabamento e estocagem, até o modelo chegar a sua comercialização, como pode ser observado na Figura 6.

Figura 6 - Fluxograma de Tecnologia de vestuário.



Fonte: Rosa (2011).

Dentro da etapa de concepção, a criação de produtos de vestuário se inicia a partir de um *briefing*, documento que reúne as informações estratégicas necessárias para o desenvolvimento do produto (Phillips, 2008). Este documento

inclui informações comerciais e estéticas, como o *mix* de produtos, o orçamento disponível, o cronograma, o público-alvo e a identidade da empresa. A partir destas informações, o designer, principal responsável pela etapa de criação, pode iniciar as pesquisas específicas para o desenvolvimento dos produtos, como pesquisa de tendências, de público-alvo e de materiais.

Estas pesquisas almejam reunir informações atuais e previsões, sobre o estado do mercado, possibilidades materiais e comportamento dos consumidores, de forma a construir peças que estejam atuais, viáveis e desejáveis pelo consumidor. Estes dados coletados são sintetizados visualmente por meio de instrumentos com representações visuais como *moodboards*, para sua melhor visualização e entendimento, a partir disso são definidos elementos de design e de estilo para compor a coleção de peças, para que ela apresente unidade visual (Treptow, 2009).

Em seguida são desenvolvidas alternativas de peças, esboços e posteriormente desenhos de moda para propor soluções que cumpram o *briefing* existente. Ocorre uma seleção e aqueles que melhor cumprem os objetivos do projeto são escolhidos para seguirem no processo produtivo, sendo então desenvolvido seus desenhos técnicos. O desenho técnico "requer precisão, para transmitir informações complexas, tornando-as mais simples e facilitando a compreensão" (Rosa, 2011, p. 50), eles permitem a interpretação correta do modelo pelas etapas seguintes, juntamente com a ficha técnica do produto. A ficha técnica é o documento que fornece informações complementares ao desenho técnico, como linhas, aviamentos, tecidos e maquinários utilizados, permitindo a materialização da peça criada.

A etapa seguinte é a Modelagem de vestuário, que pode ser entendida como a "interpretação e concretização das ideias do designer de moda e das informações registradas nas fichas técnicas do produto" (Silveira, 2003, p. 70). O produto final desta etapa são os moldes, que são as "peças que representam as partes do modelo da roupa, oriundos da modelagem, que servirão como guia de orientação para o corte do tecido." (Silveira, 2003, p. 70). Estes moldes são construídos a partir de diagramas que representam o corpo e, dentro da produção industrial, seguem uma tabela de medidas pré-definida para sua construção. Na

seção seguinte deste capítulo será explorado em maior profundidade o conceito de modelagem, assim como suas características e tipos de modelagem.

Após a construção dos moldes há a etapa de prototipagem, quando é construído um protótipo físico⁶ do modelo, em que o tecido final é cortado, montado (preparado e costurado) e os devidos acabamentos são realizados (Rosa, 2011). Este protótipo, então, passa pela avaliação técnica, que visa conferir a estética, se o modelo corresponde ao desenho técnico, e a funcionalidade, se a peça é ergonômica e confortável, são adequadas. Ao final da avaliação o protótipo pode ser aprovado, reprovado ou precisar de alterações, voltando assim às etapas de criação ou modelagem, dependendo dos apontamentos específicos.

Sendo aprovado o protótipo, é construído a peça-piloto que será um guia para a etapa seguinte, e que, juntamente com a ficha técnica, é encaminhada para o setor de produção para a construção do mostruário, que é a replicação em larga escala da peça-piloto (Rosa, 2011). A partir disso, ocorre a produção que inclui, como dito anteriormente, a gradação dos moldes, encaixe, risco, corte, montagem, acabamento e armazenamento das peças finais.

Desta forma, é possível ter um panorama geral do que é Tecnologia de vestuário, com foco maior na etapa de concepção de produto, onde se encontra a etapa de Modelagem. Com este contexto exposto pode-se ter uma perspectiva melhor de como a Modelagem se encaixa na cadeia produtiva de vestuário e sua relação com as demais partes.

2.2.1.1 Modelagem de vestuário

Recapitulando a definição de Modelagem de vestuário dada por Silveira (2003), ela se ocupa de interpretar as ideias da criação, utilizando representações do corpo humano para transformá-las em moldes. Rosa (2011, p. 52) aponta que “a modelagem pode ser definida como a transposição de medidas de uma realidade tridimensional (3D do corpo humano) para uma realidade bidimensional (2D para cortar o tecido)”, visando vestir o corpo tridimensional inicialmente

⁶ Com a utilização de *softwares* tridimensionais digitais é possível, segundo McQuillan (2020), substituir o processo de prototipagem físico pelo digital, que traz diversos benefícios e permite realizar alterações na peça com mais rapidez e facilidade.

representado. Assim a Modelagem de vestuário além de traduzir e interpretar as ideias vindas da etapa de criação, também deve traduzir o corpo humano, criando formas capazes de vestir sua tridimensionalidade.

A roupa, atuando como um invólucro do corpo, deve respeitar suas formas, desta maneira, é importante conhecer a estrutura, mecanismos e movimento deste corpo para não somente representá-lo fielmente, mas também vesti-lo de forma ergonômica e confortável (Silveira; Rosa; Lopes, 2017). Para cumprir este objetivo utiliza-se conhecimentos da antropometria e da ergonomia.

Antropometria é conceituada, segundo Petroski (2007), como uma ciência voltada para as dimensões e medidas do corpo humano, seus volumes e formas, tanto estáticos quanto em movimento. Esta ciência é aplicada em todas as áreas que produzem artefatos para usufruto e interação do ser humano. Na Modelagem de vestuário, é por meio do entendimento das medidas humanas que se constrói representações acuradas do corpo, que são os diagramas básicos e manequins.

Já a ergonomia, outro conhecimento essencial para esta etapa de Modelagem, é o estudo sobre a interação entre o humano e a tecnologia, o conjunto de "conhecimentos provenientes das ciências humanas, para adaptar tarefas, sistemas, produtos e ambientes às habilidades e limitações das pessoas" (Rosa, 2011, p. 65). Iida (2005, p. 2) ainda aponta que:

Ergonomia é a disciplina científica, que estuda as interações entre os seres humanos e outros elementos do sistema, e a profissão que aplica teorias, princípios, dados e métodos, a projetos que visem otimizar o bem estar humano e o desempenho global do sistema.

A antropometria e a ergonomia trabalham com a coleta de dados amostrais e a sua análise, buscando médias, modas e demais informações que possibilitem um estudo acurado de determinada população. No contexto da indústria de vestuário, é necessário se apoiar nestes estudos para desenvolver peças que atendam um maior número de pessoas, e, visando padronizar essas medidas, utiliza-se uma tabela.

A tabela de medida serve como base para a construção de representações acuradas do corpo humano e não possui uma padronização obrigatória nacional, sendo construída de acordo com as necessidades da indústria e de seu público-alvo. Por meio dela é possível garantir que todas as roupas de

determinado tamanho, em determinada indústria, possuam as mesmas medidas, independente do modelo.

Estas tabelas são estruturadas de acordo com as necessidades de cada empresa ou instituição, isso é visível inclusive em instituições de ensino. A faculdade SENAI/CETIQT iniciou em 2005 um levantamento antropométrico visando coletar medidas e mapear as formas do corpo brasileiro (Martins, 2016). Sua coleta era de 59 medidas no início, que com o melhoramento da tecnologia passou para 110 (Sabrá; Santos; Dinis, 2008). Já a tabela de medidas utilizada pela Udesc, para fins didáticos, possui 21 medidas, na feminina (Silveira; Rosa; Lopes, 2017) e 11 na masculina (Silveira, 2017a), mostrando assim a gama de variações possíveis, de acordo com os objetivos de cada tabela, uma para fins de pesquisa e coleta de dados e a outra voltada exclusivamente para o ensino.

Ainda existe a Modelagem de vestuário sob-medida, que não utiliza tabelas e trabalha justamente com as diferenças individuais e particulares de tamanhos e formas do indivíduo, construindo cada peça específica para um único corpo. Este tipo de modelagem não permite a reprodução em escala, e por isso é dificilmente aplicável no contexto industrial, sendo usada principalmente no contexto artesanal e em ateliês.

Com a tabela de medidas como apoio e referência, é possível construir a base da modelagem, que é a representação anatômica do corpo humano. Essa construção pode ocorrer de forma bidimensional, por um diagrama básico, ou tridimensional no formato de um manequim.

A Modelagem de vestuário que utiliza a representação bidimensional do corpo humano é chamada de modelagem plana, enquanto aquela que usa um formato tridimensional é chamada de *moulage*. Esses dois tipos de modelagem podem ser feitos usando tanto ferramentas físicas, como réguas e manequins, quanto ferramentas digitais, usando *softwares* específicos. Desta forma existe a modelagem plana, podendo ser manual ou computadorizada, e a *moulage*, podendo ser feita num manequim físico ou digital, como observa-se na Figura 7.

Figura 7 - Diagrama dos tipos de Modelagem de vestuário.

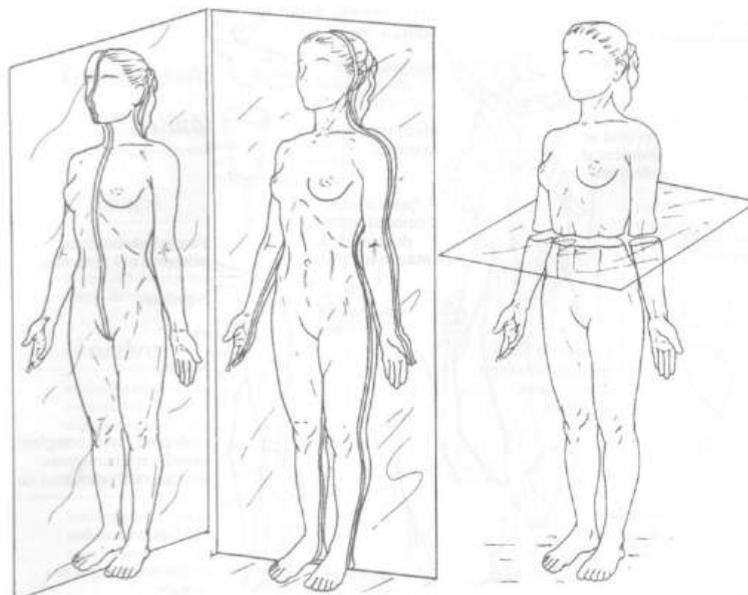


Fonte: Adaptado de Silveira (2017b), Beduschi (2013), Weber (2020) e Särmäkari e Vänskä (2020), pela autora (2023).

A modelagem plana se inicia com a representação planejada do corpo humano, construída no formato de um diagrama básico e geométrico (Silveira, 2017b). Baseia-se na divisão do corpo humano, adotando convencionalmente os planos de equilíbrio que tangenciam a superfície do corpo (Silveira; Rosa; Lopes, 2017, p. 14) como guia para essa segmentação.

Existem três planos utilizados na Modelagem de vestuário: o plano sagital, que corta o corpo verticalmente, passando bem no centro do corpo e determinando a posição esquerda e direita, o plano frontal, que corta o corpo também verticalmente, mas "de orelha a orelha, determinando o lado da frente e lado de trás" (Silveira; Rosa; Lopes, 2017, p. 16). Também há o plano transversal, que corta o corpo horizontalmente, dividindo o corpo em segmento superior e inferior. Observa-se na Figura 8 como ocorrem estes cortes em relação ao corpo.

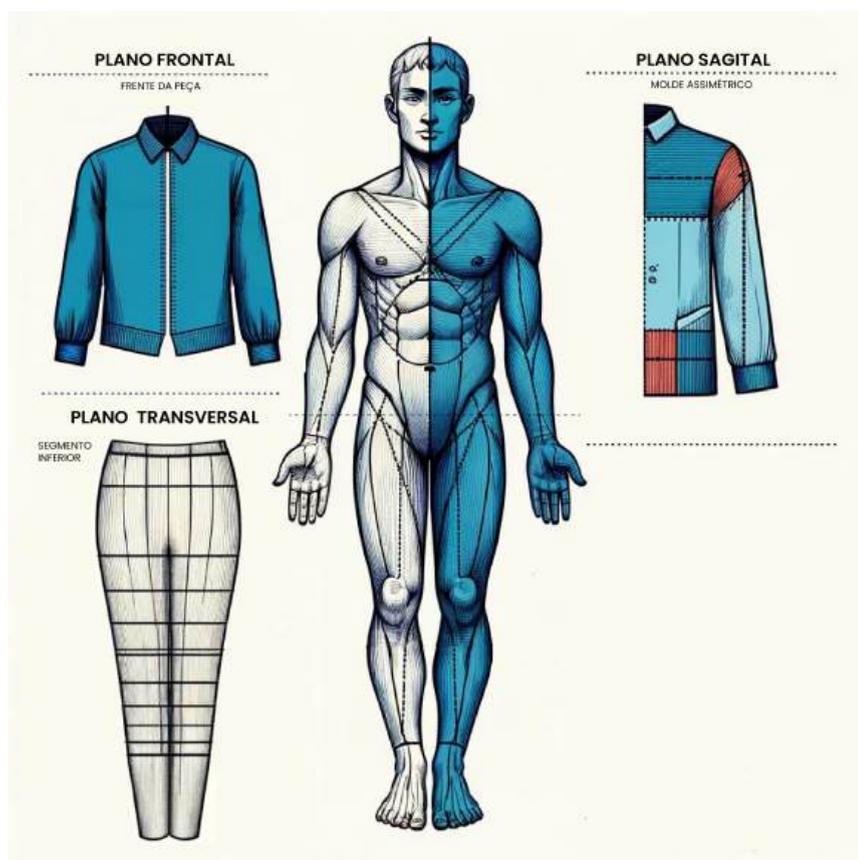
Figura 8 - Planos de equilíbrio do corpo: Plano sagital, plano frontal e plano transversal.



Fonte: Calais-Germain *et al*, (2002).

Estes planos dividem de forma simétrica o corpo, gerando diagramas que podem ser do segmento superior ou inferior, da parte da frente ou das costas da peça e ainda construídos simetricamente (com os lados esquerdo e direito iguais) ou assimétrico, como observa-se na Figura 9.

Figura 9 - Relação entre os planos de equilíbrio do corpo e as bases de modelagem.



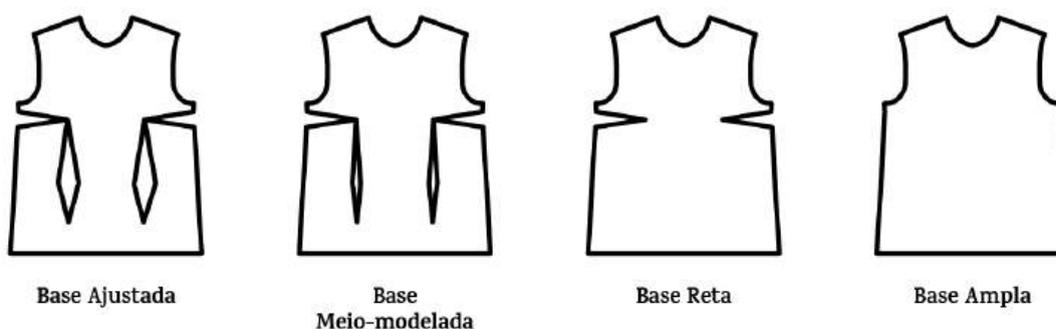
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir desses recortes, juntamente com os dados da tabela de medidas, torna-se viável a elaboração dos diagramas básicos. Conforme Silveira, Rosa e Lopes (2017, p. 32) esses diagramas são "representações gráficas da morfologia do corpo humano, com medidas pré-determinadas". É uma maneira de retratar determinado segmento do corpo, podendo ser representado de diversas maneiras, por meio de tipos distintos de diagramas básicos, como o ajustado, meio-modelado, reto ou amplo. O diagrama básico escolhido varia de acordo com os objetivos específicos do modelo.

As bases ajustadas são aquelas que utilizam pences verticais mais profundas, as bases meio-modeladas ainda possuem pences, mas menos profundas. A base reta elimina as pences verticais e é solta na cintura, tendo pences horizontais na linha do busto para se manter seguindo a anatomia corpórea, enquanto a base ampla não possui nenhuma pence, sendo muito

utilizada no vestuário infantil e masculino (Brandão, 1981). Observa-se com mais clareza os tipos de base por meio da Figura 10.

Figura 10 - Exemplo de diferentes diagramas básicos femininos de Modelagem de vestuário.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir da escolha do tipo de diagrama básico de corpo que se mostra mais adequado para o modelo escolhido, realiza-se a interpretação e traçado do modelo em si, podendo ocorrer tanto no ambiente físico, construído em papel com régua e ferramentas especializadas, quanto no ambiente virtual, utilizando *softwares* digitais vetoriais. A modelagem plana que ocorre no ambiente físico é chamada de modelagem plana manual, e aquela que ocorre em ambiente digital, modelagem plana computadorizada.

A modelagem plana manual é construída em papel, utilizando régua especializada, como a curva francesa ou a curva de alfaiate para criar o diagrama básico em tamanho real, e posteriormente sua interpretação de acordo com o modelo.

Já a modelagem plana computadorizada utiliza *softwares* de vetor, como a Audaces Moldes ou a Molde.me. O uso de vetor permite a construção do molde em escala e somente sua impressão em tamanho real. Além disso, as régua estão embutidas nas funcionalidades dos *softwares*, deixando o processo mais ágil e acarretando em maior rapidez para a construção e alteração dos moldes (Beduschi, 2013). Outro diferencial do ambiente virtual é o espaço que ele demanda tanto para a construção dos moldes quanto para seu armazenamento, sendo menor que a modelagem plana manual (Beduschi, 2013). O lado negativo

da modelagem plana computadorizada é a dependência em *softwares* muitas vezes pagos, como os exemplos citados, sendo necessário um investimento financeiro prévio para sua implementação.

A outra forma de fazer Modelagem de vestuário é se utilizando de uma representação tridimensional do corpo humano, a *moulage*, também conhecida como modelagem tridimensional, que, por ter como ponto de partida a tridimensionalidade, não se utiliza do diagrama básico (Weber, 2020). É utilizado o manequim como base para a interpretação do modelo, o que permite a visualização simultânea de todas as dimensões do projeto, sua altura, largura e profundidade (Beduschi, 2013).

O manequim é a representação do corpo construída de acordo com a tabela de medidas da instituição, e recebe a marcação dos planos estruturais do corpo, que servirão de segmentação e guia para a interpretação do modelo. Essas linhas incluem os "perímetros: cintura, quadril, busto, pescoço e cava. As medidas de comprimento: do ombro, do centro das costas, da frente e da linha lateral" (Weber, 2020, p. 71).

A partir do manequim preparado, podem ser realizadas marcações auxiliares voltadas para representar os detalhes do modelo (Weber, 2020). Com essas marcações feitas são preparadas as telas, que são pedaços de tecidos similares ao tecido final da peça dispostas sobre o manequim para realizar o processo de interpretação. A preparação da tela inclui a demarcação de seu fio de trama e urdume, de maneira com que esta informação não se perca durante o processo de modelagem.

Com o manequim e as telas preparadas é possível iniciar a interpretação das informações da ficha técnica de maneira tridimensional, o que permite observar o caimento do tecido no momento em que a modelagem está sendo construída. Essa visualização instantânea permite averiguar rapidamente a adequação do tecido, da silhueta e dos volumes alcançados.

Após a interpretação do modelo em tela no manequim, este é despido para realizar um processo de passadoria, refinamento e ajustes métricos na modelagem. Somente depois disso é realizado o traçado final do molde, que pode tanto se manter na tela, ou ser passado para um novo suporte, como o papel.

Desta forma ocorre a *moulage* em ambiente físico, porém ainda pode ocorrer por meio de ferramentas digitais, com o uso de *softwares* tridimensionais voltados para a prototipagem digital. Estes disponibilizam manequins digitais, que são representações tridimensionais do corpo humano, para realizar a construção das peças. O uso de ferramentas digitais faz com que a etapa de preparação de telas possa ser pulada, além de facilitar a etapa de refinamento e de ajustes métricos do molde, não precisando passar por uma etapa de passadoria.

Alguns *softwares* voltados para a prototipagem de vestuário, como o Clo3D, permitem a construção simultânea da modelagem plana e de sua representação tridimensional. É realizada uma simulação do tecido, que inclui caimento, texturas, cores e demais características, de forma a ter um protótipo semi funcional, que pode ter seus requisitos estéticos avaliados antes mesmo da necessidade da prototipagem física. Na Figura 11 observa-se o designer Rickard Lindqvist modelando uma camisa xadrez, onde na tela esquerda é mostrado sua prototipagem tridimensional e a direita seu molde planejado, ambos construídos simultaneamente.

Figura 11 - Exemplo de modelagem computadorizada tridimensional e plana realizada pelo designer Rickard Lindqvist.



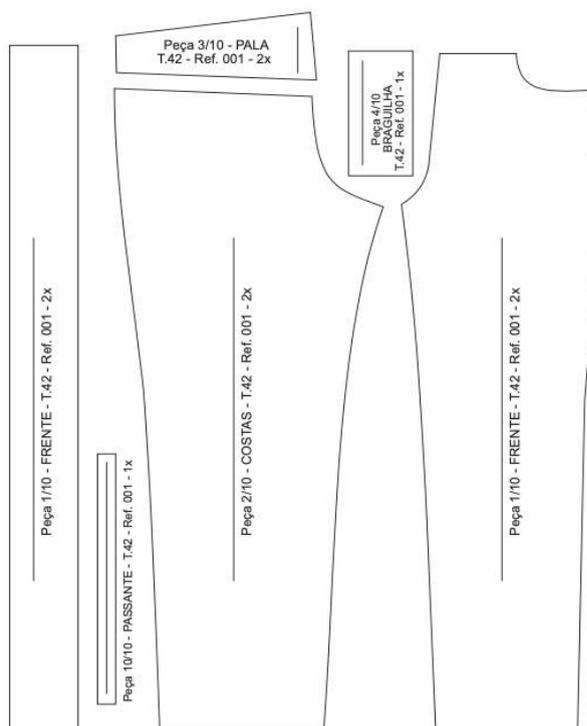
Fonte: Särmäkari e Vänskä (2020)

Independente da forma escolhida para representação do corpo humano e interpretação do modelo, o objetivo da Modelagem de vestuário se mantém, de construir moldes que permitam a produção da peça. Como já citado, os moldes são a interpretação do modelo com suas devidas folgas de movimento, margens que possibilitam a sua montagem, e informações necessárias para sua materialização nas etapas posteriores. São as "peças que representam as partes do modelo da roupa, oriundos da modelagem, que servirão como guia de orientação para o corte do tecido." (Silveira, 2003, p. 70).

Para um molde bem sucedido, algumas informações são essenciais pois permitem o corte no tecido e posterior montagem da peça. Segundo Silveira, Rosa e Lopes (2017, p. 55) essas informações são: (1) a referência ou nome do modelo, (2) o nome dos componentes da peça (exemplo: frente, costas, manga, etc), (3) as indicações do fio do tecido, (4) centro da frente e das costas, (5) o tamanho do manequim, (6) indicações para o corte (número de componentes, número de vezes que será cortada e quando se trata de um par do molde), (7) piques nos locais de dobras de tecidos, (8) encontro dos recortes e identificação de costura, (9) marcação de linhas de construção como as pences, pregas e casa, (10) a data do modelo e (11) o nome do modelista responsável.

Da mesma forma, os autores indicam que, se necessário, é possível usar menos informação desde que ainda seja possível o entendimento e a construção da peça, sendo elas "nome da parte da peça (frente, costa, cós, bolso, etc.); tamanho da peça (T. 38); referência da peça (Ref. 202); quantidade de vezes que a parte aparece na peça [...] e sentido do fio do urdimento (caso de tecido plano) e colunas (no caso de malha)" (Silveira; Rosa; Lopes, 2017, p. 56). Pode-se observar na Figura 12 um exemplo de modelagem de calças com as informações mínimas necessárias para seu entendimento.

Figura 12 - Modelagem de calça com as informações básicas de molde.



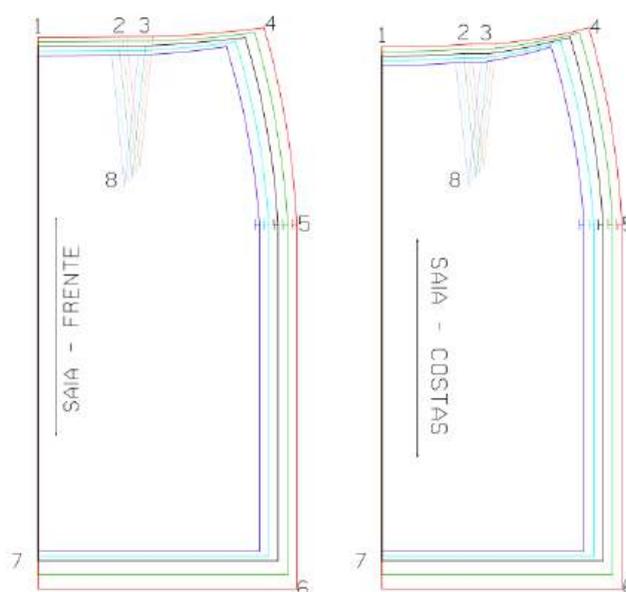
Fonte: Silveira, Rosa e Lopes (2017).

Após a conclusão dos moldes de um modelo específico, o processo avança para a fase de prototipagem, na qual ocorre o corte, a montagem e os acabamentos de uma peça singular. Este protótipo passa então por um processo de avaliação, sendo vestido em um modelo de prova e verificado se os objetivos das etapas de criação e modelagem foram cumpridos. Caso seja verificado que sim, ele é aprovado e os moldes desenvolvidos até o momento se tornam os moldes finais, ele também pode ser completamente rejeitado, sendo descartado, ou precisar de alterações. No caso de alterações o modelo volta para a etapa em que se identificou o problema, seja na criação ou modelagem, onde são realizadas novas versões até que todos os problemas identificados no modelo sejam solucionados.

Após a aprovação final do molde ele segue dentro do processo produtivo, passando para a etapa de gradação, que é a criação da “escala de tamanhos, ou seja, ampliação ou redução dos moldes do protótipo já realizado e aprovado” (Beduschi, 2013, p.60). Este processo é guiado pela tabela de medidas usada na construção do molde (Silveira *et al.*, 2014) e, dependendo da quantidade de

tamanhos produzidos, exige a produção de novas amostras dos tamanhos maiores e menores, assim como a realização de uma nova etapa de prova para garantir a vestibilidade destes tamanhos (Treptow, 2009). Pode-se visualizar de maneira mais clara como os moldes ficam após sua graduação por meio da Figura 13, onde cada linha colorida representa um novo tamanho da peça.

Figura 13 - Modelagem de saia reta com graduação de tamanho.



Fonte: Silveira, Rosa e Lopes (2017).

Resume-se assim os passos da etapa de Modelagem dentro do processo produtivo de vestuário, desde o recebimento da ficha técnica, vindo do setor de criação, o desenvolvimento de representações do corpo humano, a interpretação do modelo, até a construção dos moldes finais e sua graduação. Também mapeou-se as formas como esse processo pode ser realizado, por meio da modelagem plana, quando os moldes são criados a partir de uma planificação do corpo humano, ou por meio de *moulage*, que se inicia com o corpo representado tridimensionalmente por meio de um manequim.

Com base nestes conhecimentos de modelagem pode-se entender como seu ensino é estruturado. No contexto de cursos superiores de Moda, vê-se esse conteúdo estruturado no formato de disciplinas, de acordo com os tipos de modelagem, tendo assim disciplinas de modelagem plana e disciplinas de *moulage* separadas.

2.2.2 Ensino formal de Modelagem de vestuário

Para preservar o conhecimento em Modelagem de vestuário ao longo do tempo e garantir a presença contínua de profissionais qualificados para atuar nessa etapa da concepção de vestuário, é essencial promover sua continuidade por meio de práticas de ensino-aprendizagem.

A dinâmica educacional pode estruturar-se de maneiras diversas, seja de forma informal, com a transmissão de conhecimentos não-institucionalizada por meio da educação familiar por exemplo, ou de modo formal, por meio de instituições de ensino dedicadas a isso. Visto o recorte desta dissertação voltada para extensão no ensino superior, assim como em disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário, este subcapítulo é voltado para o ensino formal destes conteúdos. Para isso dispõe-se um breve panorama histórico deste recorte, descreve-se a estrutura e características destes conhecimentos no ensino superior atual, assim como tendências e estudos para o futuro do ensino de Modelagem de vestuário.

Uma distinção necessária de ser feita reside entre o ensino de Modelagem de vestuário e o ensino de Moda. O ensino de Moda abrange conhecimentos amplos sobre o vestuário, perpassando técnicas de construção, as demais etapas produtivas de criação e confecção, assim como aborda a dinâmica social associada às roupas. O ensino de Modelagem de vestuário concentra-se especificamente nas técnicas de construção de vestuário, localizando-as num contexto produtivo mas sem explorar as demais etapas ou tratar dos aspectos simbólicos associados às vestimentas. Embora a construção do vestuário seja abordada no ensino de Moda, faz-se esta distinção pelo enfoque desta pesquisa, voltada somente para a Modelagem, não abrangendo os demais aspectos da Moda.

A Modelagem de vestuário, da forma como conhecemos atualmente, desenvolveu-se a partir das técnicas básicas de construção de vestuário, que inicialmente consistiam no uso de todo o tecido, cortes e encaixes rudimentares, para vestir o corpo, como nas togas gregas e saris indianos (Kohler, 2009). Com o passar do tempo, essas técnicas foram se aprimorando e tendo sua

complexidade aumentada, dando espaço para roupas mais elaboradas, como batas, blusões e calças (Kohler, 2009).

Desta forma, houve o surgimento de pessoas especializadas na construção destas vestimentas: os alfaiates, que não somente materializam as roupas, mas também estruturaram e documentaram os conhecimentos necessários para tal, permitindo a formalização do ensino. Anteriormente o ensino de Modelagem de vestuário acontecia de forma informal e doméstica, sendo repassada de geração para geração.

Desde o surgimento dos alfaiates como profissão, durante a Idade Média, estruturaram-se por meio de guildas (Pirenne, 1973). Guilda é um tipo de organização social característica desse período, com o propósito de garantir a qualidade do trabalho dos membros e assegurar a proteção econômica da classe, estabelecendo regras e hierarquias internas para tal. As guildas de alfaiates eram organizadas em três níveis hierárquicos: mestres, companheiros e os aprendizes, Pirenne (1973, p.192) descreve estes três da seguinte forma:

Os mestres formam a classe dominante de quem dependem as outras duas. São pequenos chefes de oficinas, proprietários da matéria-prima e das ferramentas. Pertencem-lhes os produtos fabricados e portanto, todos os lucros da venda ficam em suas mãos. Ao seu lado, os aprendizes iniciam-se no ofício sob a sua direção, uma vez que ninguém pode ser admitido no exercício da profissão sem garantia de capacidade. Os companheiros, enfim, são trabalhadores assalariados que terminaram o aprendizado, porém não puderam ainda elevar-se à categoria de mestre.

Desta forma, os mestres eram indivíduos que possuíam domínio completo do conhecimento de construção de vestuário e ampla experiência, os companheiros detinham o saber, embora não alcançassem o mesmo nível de experiência e prestígio dos mestres, enquanto os aprendizes eram pessoas inexperiente em busca de adquirir os conhecimentos mantidos pelos mestres. A partir desta dinâmica hierárquica que ocorria a transmissão dos conhecimentos dentro das guildas, onde os mestres ensinavam seus saberes para os aprendizes.

A alfaiataria foi o primeiro contexto que possibilitou elevar os conhecimentos de construção de vestuário, até o momento tácitos e empíricos, para conhecimentos formais, sendo ensinados por meio da demonstração e da observação (Barbosa; Santos, 2017). A transmissão destes conhecimentos de modelagem pelos alfaiates se dava por meio de uma “escola informal”, como

aponta Theis, Mardula e Merino (2023), onde o ambiente de trabalho dos mestres servia de escola para os aprendizes.

Os aprendizes, durante seu período de aprendizado de 3 a 6 anos (Machlochlainn, 2011), tinham a tarefa de observar as ações dos mestres e realizar as demandas variadas que lhes eram repassadas, que podiam ir desde entregar mensagens e limpar o atelier, até tentar reproduzir as técnicas do mestre, por meio de constantes exercícios.

Esta dinâmica de mestre e aprendiz é característica das guildas, sejam elas de alfaiates ou de demais artesãos, e se volta para uma “pedagogia do aprender fazendo, transmitida, de modo geral, [...] de mestre para aprendiz” (Penteado, 2001, p. 214). Ela se foca na parte prática do ensino, “de modo que a parte verbal – oral ou escrita – era praticamente inexistente” (Penteado, 2001, p. 216). Além disso, o objetivo deste ensino não era apenas capacitar os aprendizes para desempenharem suas funções técnicas, mas também proporcionar-lhes uma formação moral e um sentimento de integração a um corpo social.

Com o término da Idade Média, a estrutura e a hierarquia dos alfaiates foram se ajustando, abandonando a forma de organização por meio de guildas e adotando novas configurações sociais. No contexto brasileiro, os alfaiates que chegaram ao país por meio do fluxo migratório de famílias de artesãos e camponeses europeus durante o século XIX (Riffel, 2003), utilizavam instituições de ensino para preservar a profissão e manter a qualificação dos profissionais.

As primeiras instituições de ensino que abordavam conteúdos de Moda e Modelagem de vestuário no Brasil foram os Liceus de Artes e Ofícios, com o primeiro inaugurado em 1870 em Salvador, oferecendo cursos profissionalizantes para a população (Macedo, 2022). Eram instituições religiosas comandadas por padres salesianos, que visavam proporcionar uma formação para o proletariado, possuindo uma “variedade de cursos de nível médio e técnico em estreita relação com o design e a moda” (Macedo, 2022, p.4). Brandão (1999) aponta que este início de educação formal e profissional no Brasil possuía caráter assistencialista, e somente a partir da primeira república, ela assume um caráter mercadológico ao articular a educação profissional com as demandas industriais da mão de obra.

Com o desenvolvimento do país na década de 1930 e o início da industrialização nacional, foram criadas instituições de ensino semelhantes aos

Liceus de Artes e Ofícios, as Escolas de Aprendizes Artífices. Patrocinadas pelo Estado, essas escolas visavam a formação de mão-de-obra qualificada, com o objetivo de atender as necessidades da sociedade (Mattos, 2015). Segundo Mattos (2015) às Escolas de Aprendizes Artífices almejava moldar os corpos e mentes das crianças e jovens para criar trabalhadores produtivos e úteis para a sociedade industrial. Mesmo com a implementação destas instituições, Belschansky (2011) aponta como os profissionais que atuavam no mercado brasileiro na época ainda eram em sua maioria autodidatas, mostrando que o objetivo deste tipo de instituição ainda não era compreendido de forma efetiva.

A partir do século XX, com a indústria têxtil nacional se fortalecendo e expandindo, a demanda por profissionais qualificados na construção de vestuário se tornou cada vez maior. Macedo (2022, p.14) aponta que:

O aquecimento da economia, a abertura do mercado, o crescimento e a instalação de novas indústrias ligadas à fiação, aos têxteis, ao vestuário e à confecção, assim como o surgimento de cursos de design de moda, principalmente, no hemisfério norte, estimularam o consumo e a produção na área, colaboraram com o fortalecimento do setor no Brasil e o desenvolvimento de cursos de qualificação

A partir deste cenário houve um aumento significativo no número de instituições e na oferta de cursos profissionalizantes, técnicos e de extensão⁷. Esse cenário culminou na criação do primeiro curso de Moda no ensino superior brasileiro em 1987, com o bacharelado em "Desenho de Moda" pela Faculdade Santa Marcelina (FASM) (Macedo, 2022). Em seguida, outras instituições de ensino criaram seus cursos na área, começando por instituições paulistas como a Universidade Paulista (UNIP) em 1990 e Universidade Anhembi Morumbi (UAM) também em 1990. A partir deste panorama inicial, a implementação de cursos de Moda se expandiu para o restante do território brasileiro, até chegar no atual cenário.

Em janeiro de 2024 identificou-se 201 cursos de Moda ativos e credenciados no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-Mec), dos quais 73 são cursos de bacharelado, 144 cursos tecnológicos e nenhuma licenciatura. A predominância de cursos tecnológicos, o

⁷ O primeiro curso de Moda em uma universidade brasileira foi o curso de extensão de "Estilismo e Modelagem de vestuário" na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1986, que posteriormente deu origem ao bacharelado de "Design de Moda" da UFMG em 2009 (Macedo, 2022).

dobro se comparados aos cursos de bacharelado, indica uma forte ênfase na profissionalização e na demanda do mercado, uma tendência que se mostra em sintonia com a história do ensino de Modelagem de vestuário. Desde os tempos dos alfaiates e sua prática de ensino nas oficinas dos mestres, passando pelo estabelecimento das Escolas de Aprendizes Artífices com o propósito de qualificar mão de obra, culminando na criação dos cursos de Moda, estimulada pelo mercado industrial têxtil crescente no território brasileiro, o ensino de Modelagem de vestuário sempre se pautou na atuação técnica voltada para o mercado de trabalho. Souza e Cardoso (2020) reforçam essa perspectiva ao apontar que esta herança se apresenta até hoje dentro da sala de aula dos cursos superiores de Moda.

A presença concisa de cursos de bacharelado, representando 33% dos cursos de Moda no território nacional, apontam para um direcionamento distinto. Cursos bacharelados se voltam para a valorização do ensino como construção de conhecimento crítico, social e cultural, permitindo ao discente não somente aprender as técnicas necessárias para o mercado, mas também criar ferramentas para lidar com o mundo social em que vive (Fry, 2015).

Visto que não há Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos de Graduação (DCN) específicas para a área da Moda, compreender os currículos e o perfil destes cursos superiores no Brasil torna-se uma tarefa complexa. Dulci (2020, p.144) realizou uma análise curricular de cursos de Moda, e apontou três eixos de conteúdos abordados nos currículos dos cursos pesquisados: “1) ciências humanas e sociais aplicadas; 2) gerenciais e de produção; 3) técnicas específicas da área de moda”. A autora analisa a incidência dos conteúdos de acordo com o grau acadêmico do curso e observa que tecnológicos e bacharelados adotam abordagens distintas em relação aos eixos, de “Ciências humanas e sociais aplicadas” e “Gerenciais e de produção”, tendo menos ênfase em cursos tecnológicos. Por outro lado, o terceiro eixo, “Técnicas específicas da área de moda”, demonstra estar em equilíbrio entre os diferentes graus acadêmicos de cursos, com uma carga horária semelhante para cursos de bacharelado e tecnológicos. Este eixo temático inclui disciplinas de:

“Fundamentos do Design de Moda; Modelagem; Moulage; Laboratório Têxtil; Desenho do Corpo Humano; Ergonomia; Desenho Técnico de

Moda; Desenho de Coleção; Produção e Stylist de Moda; Estudo de Tendências; Tecnologia de Materiais; Ilustração de Moda; Oficina de Criatividade; Oficina de Costura; Cores e Formas; Desenho Digital; Pesquisa de Moda” (Dulci, 2020, p.145-146)

Souza e Cardoso (2020, p.13) corroboram com este apontamento ao destacar que “a modelagem costuma ter cadeira cativa nos currículos de cursos superiores da área de moda”, uma vez que é ferramenta fundamental para a construção de vestuário.

O ensino de Modelagem de vestuário dentro de cursos de Moda é organizado com base nos tipos de modelagem discutidos no subcapítulo 2.2.1.1 "Modelagem de vestuário" desta dissertação, sendo estruturadas em disciplinas específicas de modelagem plana e tridimensional (Souza; Cardoso, 2020). As disciplinas comumente são ordenadas de acordo com sua complexidade, iniciando pela modelagem plana infantil e masculina, passando pela modelagem feminina, seguida pela feminina avançada, para somente no final desta sequência chegar na modelagem tridimensional (Souza, Cardoso; 2020).

Ainda nesta sequência está a modelagem pautada nas ferramentas digitais, como a modelagem plana computadorizada e a *moulage* utilizando manequim digital, conteúdos que vêm sendo inseridos no currículo dos cursos de Moda, seja como disciplinas separadas ou de forma integrada a disciplinas já existentes. Esta sequência de disciplinas espalhadas por semestres, muitas vezes acaba segmentando os conhecimentos abordados e criando dificuldades no ensino de Modelagem, onde “costuma-se finalizar as atividades de modelagem para, em outra disciplina no semestre seguinte, realizar os testes das mesmas” (Souza, Cardoso; 2020, p.20).

As disciplinas de Modelagem de vestuário geralmente adotam uma abordagem teórico-prática, dada a própria natureza do conteúdo, que envolve a construção e materialização de peças de vestuário. Da mesma forma que para tal requer conhecimentos teóricos fundamentais, como antropometria e ergonomia, como mencionado anteriormente no subcapítulo 2.2.1.1 "Modelagem de vestuário". Assim, essa característica é considerada comum em todas as disciplinas de Modelagem de vestuário, independentemente da instituição ou curso em que são ministradas.

A atuação dentro da sala de aula destas disciplinas segue as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ensino de cada uma, elaborado pelo docente responsável com base no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme discutido anteriormente. As ementas, bibliografias básicas e complementares são pré-determinadas durante a criação do PPC, enquanto as atividades didático-pedagógicas, métodos de avaliação e cronograma são definidos pelo próprio docente.

O ensino é direcionado pela metodologia didático-pedagógica adotada pelo docente, que compreende um conjunto de técnicas, procedimentos e métodos para a elaboração de atividades pedagógicas, tanto teóricas quanto práticas (Vaillant; Garcia, 2012). No ensino de Modelagem de vestuário, a abordagem didático-pedagógica mais comumente empregada é a behaviorista, a mais amplamente utilizada na educação formal (Emídio, 2018).

Segundo Moreira (1999), o behaviorismo se baseia na ideia de um aprendizado baseado na relação estímulo-resposta, onde, aplicado à educação, o professor oferece um estímulo ao aluno, que então responde a esse estímulo por meio da assimilação do conhecimento transmitido. No contexto do ensino de Modelagem de vestuário, isso se apresenta com o professor oferecendo estímulos de informações e instruções aos discentes, e estes respondendo ao estímulo realizando as atividades propostas, até chegar na melhor assimilação do conhecimento.

Esta abordagem gera tendências tecnicistas ao ensino, como aponta Moreira (1999), que se manifesta numa estruturação de transferência de conhecimentos por meio de um ensino programado, com alto controle e organização das situações de aprendizagem. Souza e Cardoso (2020, p.17) reiteram estas características de caráter técnico no ensino de Modelagem de vestuário quando citam sobre “a persistência de bibliografias de cunho instrucional, em que prevalecem os ‘comos’ em detrimento dos ‘por quês’ [...] a linguagem técnica e sucinta; bem como os métodos de realização da atividade”.

Diversos pesquisadores do ensino de Modelagem de vestuário tecem críticas à abordagem behaviorista, Emídio (2018, p.111) se destaca ao dizer “não pode se resumir em demonstrar ao aluno as possibilidades de configurações previstas com base em regras rígidas e de forma arbitrária”, exaltando a

importância de ensinar além da técnica para desenvolver a autonomia do discente e permitir sua ampla atuação no mercado. Souza e Cardoso (2020, p. 24) apontam que somente o ensino instrucional é insuficiente para que ocorra um entendimento profundo do conteúdo abordado, o que contribui para um “distanciamento de um processo autônomo e reflexivo de aprendizado”, deixando-o automatizado.

Em oposição a esta abordagem behaviorista, outras opções para o ensino de Modelagem de vestuário têm sido exploradas, como o emprego de metodologias ativas de aprendizagem ou o uso de ferramentas digitais. Diversos pesquisadores investigam abordagens inovadoras para reformular as práticas em sala de aula, entre eles destacam-se Emídio (2018), Brito, Spaine e Andrade (2020), Weber (2020) e Ferrari (2021), cujos estudos se concentram no uso de metodologias ativas de aprendizagem. Além disso, pesquisas voltadas para a reestruturação da estrutura das disciplinas de modelagem, como as de Spaine (2016) e Souza e Cardosos (2020), também têm contribuído para essa discussão.

Metodologia ativas de aprendizagem são caracterizadas pela centralidade do discente nos processos, e propõe abordar “[...] métodos inovadores de ensino e de aprendizagem mostram claramente o movimento de migração do ‘ensinar’ para o ‘aprender’, o desvio do foco do docente para o estudante, que assume a corresponsabilidade pelo seu aprendizado” (Souza; Iglesias; Filho, 2014, p. 285). Berbel (2011) aponta que metodologias que colocam o discente como protagonista incentivam a curiosidade do mesmo ao inserir novos elementos para a dinâmica de aprendizado e permite a sua inserção no conteúdo, se alinhando com a ideia de Freire (1996) de educação baseada na autonomia.

Autores como Emídio (2018) propõe o uso de metodologias ativas por meio de um modelo flexível de aprendizagem fundamentado em metodologias projetuais de Design, cunhado de MODThink. Este modelo sugere o ensino a partir de uma situação-problema a ser trabalhada durante a disciplina de Modelagem de vestuário, por meio de investigação e exploração do problema, geração de alternativas de solução e por fim a verificação e aplicação de soluções (Emídio, 2018). A principal vantagem deste tipo de abordagem a partir de uma situação-problema reside na sua capacidade de "estimular as condutas investigativas, exploratórias, verificadoras e executoras em modelagem" (Emídio,

2018, p.147), expandindo, assim, o ensino de Modelagem de vestuário para promover uma abordagem mais autônoma por parte do discente.

O uso de metodologias *Problem Based Learning* (PBL), ou aprendizagem baseada em problemas, semelhante a proposta de Emídio (2018), é explorado em outras pesquisas, como a de Brito, Spaine e Andrade (2020, p.182). As autoras acreditam que esse método "exige postura ativa do aluno, possibilita maior integração de conhecimentos e técnicas e, ainda, favorece um olhar sistêmico sobre a produção de um novo produto" (Brito; Spaine; Andrade, 2020, p.189). O diferencial de seu estudo é a metodologia ativa de aprendizagem vinculada a Modelagem híbrida, termo cunhado por Spaine (2016), que se refere ao ensino simultâneo de modelagem plana e tridimensional.

Weber (2020) também explora metodologias ativas de aprendizagem em sua pesquisa, concentrando-se na integração destas com Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário. Destaca a viabilidade de explorar Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como ferramenta complementar ao ensino, "oferecendo uma plataforma de comunicação com os estudantes e que pode ser utilizada tanto em momentos presenciais, como em momentos extraclasse, para revisão de materiais e estudos individuais" (Weber, 2020, p.103). Em parceria com o uso de TICs e AVA, Weber (2020) propõe adaptar a metodologia utilizada de acordo com os objetivos específicos do ensino, dando como exemplo a aprendizagem por projetos, sala de aula invertida e gamificação.

Aprendizagem por projetos é um método educacional que segue uma estrutura de pelo menos três etapas: a fase de problematização, na qual o problema é apresentado e investigado pelos alunos, e os objetivos da atividade são definidos; a fase de desenvolvimento, na qual são exploradas diferentes alternativas para resolver o problema; e a fase final de síntese, na qual os resultados alcançados pelos alunos são apresentados (Barbosa *et al.*, 2004)

Sala de aula invertida é uma metodologia de aprendizagem voltada para o ensino híbrido, ou seja, que combina o ambiente físico da sala de aula com recursos digitais (Weber, 2020). Esta é somente uma das possibilidades de metodologia passíveis de aplicação no ensino híbrido, e busca reorganizar a sequência tradicional das atividades, propondo trocar a sequência de ensino em

sala e atividade de fixação (dever de casa), para conteúdo no ambiente virtual e posteriormente sua aplicação em sala de aula (Bergmann; Sams, 2012).

Gamificação trata da utilização das "interfaces e forma de pensamento similar àquelas utilizadas em jogos, porém utilizados em contextos fora dos jogos" (Weber, 2020, p. 54) para facilitar na comunicação e transmissão de conhecimentos, sendo utilizada não somente na educação, mas também na publicidade, comunicação, tecnologia e informática. Este método usa mecanismos e estruturas dos jogos como motivador do indivíduo, deixando-o mais engajado na atividade que está performando (Zichermann; Cunningham, 2011). Além disso, a gamificação permite explorar um aspecto relevante da realidade atual, onde o envolvimento do público está relacionado com estruturas de recompensa, *feedback* e reforço (Zichermann; Cunningham, 2011).

Ferrari (2021) também aborda o ensino híbrido de Modelagem de vestuário, desta vez em parceria com disciplinas de costura e de materiais têxteis. Para explorar este tipo de ensino, propõe o uso da Sala de Aula Invertida, assim como Weber (2020), com o objetivo de tornar o ensino mais alinhado aos AVAs. Além disso a autora ainda propõe ajustes estruturais nas disciplinas para alinhá-las às normativas do Ministério da Cultura (MEC)⁸ em relação ao ensino a distância e híbrido no ensino superior.

Além de Ferrari (2021), autores como Spaine (2016), Brito, Spaine e Andrade (2020) e Souza e Cardoso (2020) também abordam o ensino de modelagem híbrida como alternativa ao ensino tradicional de modelagem. Modelagem híbrida, segundo Spaine (2016, p.101), é a junção da modelagem plana com a tridimensional, que:

consiste em um método de elaboração do molde do produto de moda, que, em sua concepção, considera a associação das duas técnicas de modelagem: bidimensional e tridimensional, de forma paralela e simultânea, o que facilita a execução e, como consequência, o aprendizado da modelagem.

Desta forma, Spaine (2016) recomenda este método de ensino simultâneo e integrado de modelagem plana e *moulage*, seja criando uma disciplina única

⁸ Segundo a Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, o Art 2 define a possibilidade de ofertar "disciplinas na modalidade a distância na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso" e seu Art 3 expande estes 20% para 40%.

para ambas, ou integrando as disciplinas separadas de maneira interdisciplinar. Souza e Cardoso (2020) também problematizam a divisão e ordenação das disciplinas de modelagem, propondo iniciar o ensino de Modelagem de vestuário a partir da *moulage*, de forma a introduzir conteúdos mais complexos e incentivar a sensibilidade do discente.

As autoras acreditam que o contato inicial da modelagem deve valorizar a percepção do discente, voltado para a interação direta do sujeito com o objeto de aprendizagem, neste caso os "volumes e reentrâncias do corpo, das linhas de simetria e assimetria, dos mecanismos de articulação dos seus membros" (Souza; Cardoso, 2020, p.23) de forma a abrir um caminho mais frutífero e criativo para a introdução aos estudos da Modelagem de vestuário.

Desta maneira, observa-se que as pesquisas apontam caminhos de valorização da autonomia e protagonismo do discente, de uma atualização tecnológica do espaço de sala de aula, assim como novas propostas de organizações curriculares do ensino de Modelagem de vestuário. O Quadro 3 resume as propostas abordadas, apontando cada proposta.

Quadro 3 - Compilação de pesquisas de ensino de Modelagem de vestuário.

Nome	Data da publicação	Proposta	Prontos-chave
Emídio	2018	MODthink, uso de metodologia projetual de Design com base em uma situação-problema	- Metodologia ativa de aprendizagem - <i>Problem Based Learning</i> (PBL)
Brito, Spaine e Andrade	2020	PBL em parceria com modelagem híbrida	- Metodologia ativa de aprendizagem - PBL - Modelagem híbrida
Weber	2020	Metodologias ativas de aprendizagem para a aplicação de TICs: -Aprendizagem por projeto -Sala de aula invertida -Gamificação	- Metodologias ativas de aprendizagem - Uso de Tics e AVAs - Gamificação - Sala de aula invertida - Aprendizagem por

			projeto
Ferrari	2021	Ensino híbrido de modelagem em parceria com conteúdos de costura e têxtil com o uso de metodologias ativas de aprendizagem	- Metodologia ativa de aprendizagem - Ensino híbrido
Spaine	2016	Ensino de modelagem híbrida, unificando a disciplina	- Reestruturação das disciplinas - Modelagem híbrida
Souza e Cardoso	2020	Ensino de modelagem híbrida iniciando pela <i>moulage</i>	- Reestruturação das disciplinas - Modelagem híbrida - Iniciar pela <i>moulage</i>

Fonte: Adaptado de Emídio (2018), Brito, Spaine e Andrade (2020), Weber (2020), Ferrari (2021), Spaine (2016) e Souza e Cardoso (2020) pela autora (2024).

Assim, é possível obter uma visão abrangente do ensino de Modelagem de vestuário, sua evolução histórica e como isso se reflete no ensino contemporâneo destes conteúdos, além de entender as características e estruturas das disciplinas de Modelagem de vestuário nos currículos dos cursos superiores de Moda. Também é fornecido um panorama da prática em sala de aula e das abordagens didático-pedagógicas atualmente utilizadas, juntamente com aquelas propostas para o futuro do ensino de Modelagem de vestuário, incluindo iniciativas como a hibridização do ensino e a reestruturação curricular.

2.3 ASPECTOS DA TEORIA A SEREM APLICADOS NA PROPOSTA DE PESQUISA

A teoria apresentada permite ter um panorama geral dos conhecimentos necessários para as etapas seguintes da pesquisa, tanto sobre a curricularização da extensão no ensino superior, quanto ao ensino da disciplina teórico-prática de Modelagem de vestuário.

Inicia-se com o entendimento da estrutura de ensino superior, sua organização, características e objetivos, de forma a contextualizar a curricularização da extensão. Essa compreensão prévia permite observar o papel

estratégico que a universidade ocupa neste processo, uma vez que este tipo de instituição é justamente definida pela presença da extensão e sua indissociação com a pesquisa e o ensino. Desta forma a universidade se mostra elemento central e pioneiro da curricularização, fazendo com que as ações realizadas em seu contexto refletem também nas demais instituições, como aponta Mendonça (2000). Isso reforça a importância de estudar a extensão universitária e não somente a extensão no ensino superior, consolidando a escolha de investigar universidades públicas estaduais brasileiras, que será mais explorada no capítulo três desta dissertação.

Os conteúdos relacionados à estrutura dos cursos no ensino superior desempenham um papel fundamental para o entendimento do recorte da curricularização da extensão, voltada para cursos de graduação. Essa compreensão da estrutura e os graus acadêmicos fornece uma base para delinear um outro recorte relevante para a pesquisa, dando foco para cursos de bacharelado. Essa escolha se justifica pela abordagem mais ampla, que visa a preparação para a prática profissional, ao mesmo tempo que promove uma abordagem científica e busca desenvolver conhecimentos críticos, sociais e culturais, se alinhando com os princípios e objetivos da extensão.

Este entendimento estrutural também proporciona ferramentas conceituais para caracterizar e compreender a dinâmica interna de cursos superiores de Moda, permitindo a leitura e análise de Projetos Pedagógicos de Curso, que é realizada no capítulo quatro desta dissertação.

A base teórica relacionada à extensão, que inclui definições, contexto histórico, abordagens, diretrizes, legislação e a curricularização, são unidos e articulados para o desenvolvimento coerente e efetivo do modelo conceitual proposto no capítulo cinco desta dissertação, buscando garantir seu alinhamento conceitual.

Dentro das informações apresentadas sobre extensão, destaca-se a abordagem latino-americana, na qual a comunidade parceira desempenha um papel central na elaboração de iniciativas de extensão. Essa característica orienta a seleção das amostras investigadas nesta dissertação, priorizando a perspectiva das comunidades extensionistas, assim como a perspectiva discente, nesse processo. Outra informação relevante para a pesquisa é legislação pertinente a

curricularização da extensão, que dispõe moldes e limitadores para este processo, seja em nível nacional, fornecendo uma quantidade mínima de créditos extensionistas de 10%, ou ainda em níveis institucionais, fornecendo os formatos possíveis dentro das instituições de ensino.

Já a fundamentação teórica voltada para o ensino de Modelagem de vestuário dá subsídio para compreender sua conceituação, definição e tipos, contextualizando seu papel na esfera industrial, e apontando os conteúdos abordados no ensino dessa disciplina. No contexto educacional, delineou-se a natureza teórico-prático das disciplinas de Modelagem de vestuário, reflexo tanto do conteúdo quanto da história de seu ensino formal, permeada de aprendizagem prática. Esta característica enfatiza a importância de explorar esse componente prático em parceria com uma base teórica sólida. Um desafio que se apresenta para esta proposta é o caráter tecnicista e mercadológica associada ao ensino de Modelagem de vestuário, desde seu início histórico, sendo algo a ser observado atentamente na construção do modelo conceitual.

Outro aspecto que pode se mostrar oportuno para o modelo conceitual são as pesquisas que tratam do futuro do ensino de Modelagem de vestuário, buscando produzir um modelo alinhado com o contemporâneo e atualizado com as projeções existentes. Desta forma contemplar metodologias ativas de aprendizagem, reformulações das disciplinas de Modelagem ou integração de TICs e abordagens digitais no contexto disciplinar podem se mostrar como caminhos para ajudar na curricularização da extensão em cursos de Moda.

Ao longo da fundamentação teórica constantemente se fez presente o papel de destaque do discente, em atividades extensionistas assim como no processo de ensino e aprendizagem. Seja na reforma de Córdoba de 1918, na diretriz de “Impacto na formação do estudante”, no aspecto teórico-prático da disciplina de Modelagem de vestuário ou na proposição do uso de metodologias ativas de aprendizagem, é reiterada a importância da autonomia e protagonismo do discente, mostrando um alinhamento entre as temáticas da dissertação.

A partir desta fundamentação teórica, assim como este resumo é possível prosseguir de maneira embasada para as demais etapas da pesquisa, seus procedimentos metodológicos e técnicos, resultados da pesquisa e construção de

um modelo conceitual para a curricularização da extensão universitária relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos estabelecidos nesta dissertação. Pode-se observar na Figura 14, seu desenvolvimento, desde o levantamento teórico, caracterizado como etapa zero por ser anterior ao capítulo atual, até a construção do modelo conceitual.

Figura 14 - Diagrama dos procedimentos metodológicos utilizados na dissertação.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os procedimentos listados na Figura 14 são dividida em coleta de dados secundários, que é a etapa 0, identificadas pela cor azul, coleta de dados primários, etapas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, pela cor verde, e a análise de dados e construção do modelo conceitual nas etapas 7 e 8 em laranja.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Uma pesquisa pode ser caracterizada de acordo com sua natureza, podendo ser básica ou aplicada, com sua abordagem em relação ao problema, podendo ser quantitativa ou qualitativa, e abordagem quanto ao objetivo, podendo ser uma pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa.

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que propõe o desenvolvimento de um artefato passível de aplicação na realidade, que é o modelo conceitual para a curricularização da extensão universitária. Essa entrega

se alinha com a caracterização de Gil (2008, p.44) para pesquisas aplicadas, “interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial”.

Em relação a abordagem do problema, pesquisas podem ser quantitativas ou qualitativas. A pesquisa quantitativa é aquela voltada para coleta e análise de dados numéricos, já a pesquisa qualitativa “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 34). Uma vez que esta pesquisa é voltada para análise de dados não numéricos, esta pesquisa se classifica como qualitativa.

Em relação a abordagem do objetivo, uma pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva ou explicativa. Pesquisas exploratórias se propõe a explorar determinado tema, buscando “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2008, p. 27). As pesquisas descritivas são aquelas que visam descrever determinada situação ou fenômeno (Gil, 2008), já as pesquisas explicativas são aquelas que buscam “identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2008, p. 28), se preocupando assim em explicar o porquê das coisas. Desta forma, esta é uma pesquisa descritiva uma vez que visa descrever uma proposta de modelo conceitual relativo à curricularização da extensão em cursos superiores de Moda, em associação com disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário. Assim, a Figura 15 resume a classificação desta pesquisa, de acordo com sua natureza, abordagem do problema e do objetivo.

Figura 15 - Classificação da pesquisa segundo sua natureza, abordagem do problema e do objetivo.

Classificação	Nesta dissertação
Natureza da pesquisa	Aplicada
Abordagem do problema	Qualitativa
Abordagem do objetivo	Descritiva

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Tendo esse panorama geral das características estruturantes da pesquisa, foram definidas suas delimitações, de forma a especificar o universo e definir amostras representativas, garantindo que os dados coletados estejam alinhados com a realidade e contribuam para a construção do Modelo conceitual, objetivo desta dissertação.

3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Delimitar uma pesquisa é estabelecer os limites necessários para permitir sua realização, assim como o cumprimento de seus objetivos. A delimitação pode ocorrer de três maneiras: por meio de uma delimitação espacial, definindo o local em que ocorre a pesquisa; uma delimitação temporal, definindo o período a ser pesquisado; e uma delimitação de população, definindo quais são os sujeitos pesquisados.

O presente estudo tem como recorte espacial o território brasileiro, voltando-se para cursos de bacharelados de Moda de universidades públicas estaduais do Brasil. Essa escolha de perfil de curso e instituição se deu devido a proximidade da pesquisadora com a Udesc, uma universidade que se encaixa nesse perfil. A delimitação temporal da pesquisa abrangeu os anos de estudo associados ao programa de mestrado da pesquisadora, com o recorte de agosto

de 2022 até julho de 2024. Já a delimitação de população inclui aqueles envolvidos com a curricularização da extensão, englobando três recortes distintos que se interligam: o departamento do curso, a comunidade externa vinculada a este departamento e o corpo discente deste curso.

Com essa delimitação, define-se o universo pesquisado: cursos de bacharelado em Moda de universidades públicas estaduais brasileiras. A partir desse universo, seleciona-se uma amostra representativa, permitindo a coleta de dados particulares e mais detalhados que, ao serem interpretados junto aos dados do universo, trazem informações relevantes que auxiliam na construção do modelo conceitual proposto.

3.2.1 Amostra da pesquisa e seus critérios de seleção

Com a delimitação do universo da pesquisa, estabelece-se uma amostra representativa que possibilite a investigação aprofundada deste universo. Para tal foi utilizada uma amostra intencional não-probabilística, o que consiste em selecionar um subgrupo do universo que, com base nas informações disponíveis para o pesquisador, possa ser representativo do universo (Prodanov; Freitas, 2013). A amostra definida foi a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), selecionada a partir dos critérios de proximidade geográfica da pesquisadora, e possibilidade de comunicação aberta, uma vez que esta pesquisa está inserida dentro do Programa de Pós-Graduação em Design de Vestuário e Moda (PPGModa) desta instituição.

Tendo esta definição, buscou-se representantes que pudessem trazer as diversas perspectivas relevantes para a compreensão do processo de curricularização. Desta maneira delimitou-se os representantes institucionais do Departamento de Moda da Udesc, sendo um deles o presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o outro o docente da Disciplina Mista de História da Arte.

Investigar o integrante do NDE permite observar o processo de elaboração da reforma curricular do curso, que incorporou a extensão ao currículo. Já o docente da História da Arte foi selecionado para descrever como se deu a implementação da inserção de créditos extensionistas nessa disciplina, que

passou a ter caráter misto após a reforma curricular. Este conjunto permite entender a perspectiva dos gestores e docentes do curso, proporcionando assim duas perspectivas distintas sobre o mesmo assunto.

Somado a estes também buscou-se representantes do corpo discente do curso, sendo selecionado as bolsistas de extensão do Departamento de Moda da Udesc, devido ao seu conhecimento prévio e experiência com a extensão universitária. Esta seleção se deu visto que a implementação da curricularização ainda não foi realizada no curso, desta forma os demais alunos não tiveram contato direto com ela e possivelmente com o conceito de extensão universitária, exigindo assim uma introdução mais detalhada a estas definições e conceitos.

Por último, buscando a perspectiva da comunidade, entrou-se em contato com uma representante da comunidade Mulheres no Jardim, grupo parceiro do programa permanente de extensão Ecomoda, do Departamento de Moda da Udesc. Embora esta comunidade não atue diretamente na extensão curricularizada, ela pode fornecer dados sobre a comunicação e o diálogo entre comunidade e universidade em ações extensionistas, os quais podem ser aplicados também às atividades de extensão associadas ao currículo do curso.

Tendo definido o universo, assim como as amostras pesquisadas, pode-se avançar para as técnicas de coleta de dados que serão empregadas para obter as informações necessárias para a construção do modelo conceitual proposto nesta dissertação.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos técnicos de coleta de dados são as técnicas utilizadas para que ocorra o levantamento das informações necessárias para a pesquisa, podendo ser separados em dois tipos, coleta de dados primários e secundários.

Os dados primários são aqueles obtidos diretamente da fonte pesquisada, sem que ocorra algum tipo de tabulação, tratamento ou análise feito por terceiros. Gil (2008, p. 50) aponta que eles são “a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post-facto*, o levantamento, o estudo de campo e o estudo de caso”. Já a coleta de dados secundários são aquelas vindas de fontes que já foram tratadas de alguma maneira, como a pesquisa bibliográfica (Gil, 2008, p. 50).

Nesta dissertação foram usadas a pesquisa documental e o estudo de campo para coleta de dados primários, enquanto para dados secundários utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Buscou-se dados de tipos variados de fontes, visando obter o maior número possível de perspectivas relevantes sobre o assunto.

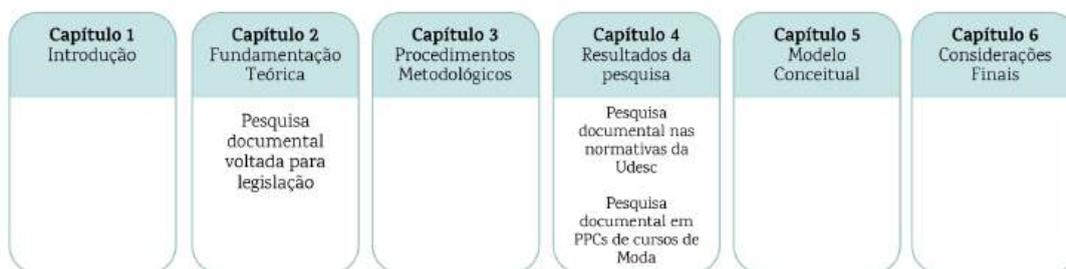
Pesquisas científicas iniciam-se, comumente, com as técnicas de coleta de dados secundários como a pesquisa bibliográfica, pois permitem um entendimento do panorama teórico e conceitual que embasa os demais procedimentos metodológicos. Desta forma a pesquisa bibliográfica foi o primeiro procedimento técnico realizado nesta dissertação, voltando-se para a busca em materiais já elaborados, validados e publicados, em fontes como livros, revistas ou publicações científicas. Esta técnica é considerada basilar para qualquer pesquisa, pois permite uma cobertura mais ampla de dados a serem coletados, expandindo as barreiras geográficas do pesquisador (Gil, 2008).

Esta técnica teve como objetivo identificar as bases conceituais pertinentes para o tema, sendo estruturada em dois pilares distintos, um voltado para a curricularização da extensão no ensino superior e o outro de ensino de Modelagem de vestuário, ambos construídos por meio de uma pesquisa bibliográfica narrativa, ou seja, realizada de maneira assistemática.

O próximo procedimento realizado nesta dissertação foi a pesquisa documental, que se assemelha a bibliográfica, porém utilizando fontes que “ainda não receberam um tratamento analítico” (Gil, 2008, p. 51), desta forma sendo considerada uma técnica de coleta de dados primários. A pesquisa documental pode utilizar diversos tipos de documentos, como jornais, tabelas estatísticas, filmes, cartazes, revistas, relatórios ou documentos oficiais.

A pesquisa documental nesta dissertação foi realizada em três etapas distintas. A primeira voltada para legislação nacional, realizada no capítulo de fundamentação teórica, a segunda voltada para normativas institucionais da Udesc, enquanto a terceira constituiu no mapeamento de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Moda em universidades públicas estaduais brasileiras. As duas últimas etapas estão presentes no capítulo quatro desta dissertação, como pode-se observar na Figura 16, que ilustra a organização da pesquisa documental nesta pesquisa.

Figura 16 - Estrutura da pesquisa documental desta dissertação



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No capítulo dois foi realizada uma busca por legislações a nível federal em relação a extensão no ensino superior, de forma a fortalecer a fundamentação teórica sobre o assunto e identificar os documentos que instituem e regulam o processo de curricularização da extensão no território nacional. A segunda etapa da pesquisa documental, realizada no capítulo quatro, constitui em uma expansão da fase anterior, voltada para normas institucionais da Udesc. Esta etapa visou identificar as normativas e regulamentos internos da instituição que orientam a curricularização da extensão.

A última etapa da pesquisa documental, também presente no capítulo quatro, consistiu no mapeamento da inclusão de atividades de extensão nos PPCs de cursos de bacharelado em Moda em universidades públicas estaduais brasileiras. O objetivo desta etapa foi identificar as abordagens atuais em relação à curricularização da extensão nos cursos de Moda, buscando enriquecer o modelo conceitual com subsídios de diferentes contextos, permitindo assim sua aplicação em diversas instituições e cursos similares.

Outra técnica de coleta de dados primários utilizada foi a pesquisa de campo, visando coletar informações diretamente com a população pesquisada. Gil (2008, p. 57) aponta essa técnica como ideal para estudar "um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes". Uma pesquisa de campo pode ser conduzida de diversas maneiras, incluindo questionários, entrevistas, estudo de caso, grupo focal ou outras ferramentas de coleta de dados. Nesta dissertação, optou-se pelo uso da entrevista semi estruturada e aplicação de questionários como instrumento de coleta de dados na amostra definida anteriormente, a Udesc.

A entrevista é o instrumento mais adequado para: “a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (Selltiz *et al.*, 1967, p.273). As entrevistas realizadas são semi estruturadas, ou seja, construídas a partir de um roteiro de entrevista, documento com questões guias a serem respondidas, porém que permite flexibilidade para o acréscimo ou exclusão de perguntas de acordo com o desenvolvimento da entrevista.

Foram conduzidas três entrevistas com grupos distintos: uma voltada para compreender o processo de curricularização da extensão no curso de Moda da Udesc, outra focada na perspectiva docente de disciplinas de caráter extensionista dentro do curso de Moda da Udesc, e a terceira explorando a dinâmica de comunicação entre instituição e comunidade externa.

A primeira entrevista foi realizada com o Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da última reforma curricular do curso de Moda da Udesc, ocorrida em 2023, durante a qual créditos extensionistas foram incluídos no PPC. O roteiro utilizado para guiar essa entrevista está disponível no Apêndice A desta dissertação.

A segunda entrevista foi realizada com o docente responsável por ministrar a disciplina de História da Arte, da primeira fase do curso de Moda da Udesc, disciplina que ganhou caráter misto e a partir desta reforma possui também créditos extensionistas. O roteiro utilizado para guiar essa entrevista está disponível no Apêndice B desta dissertação.

A última entrevista realizada para esta dissertação foi com uma representante da comunidade Mulheres do Jardim, um grupo de artesãs do bairro Jardim Zanellato que atua em parceria com o projeto de extensão Ecomoda, do Departamento de Moda da Udesc. O roteiro utilizado para guiar essa entrevista está disponível no Apêndice C desta dissertação.

A última técnica de coleta de dados aplicada é o questionário, que é uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações” (Gil, 2008, p. 121). O questionário aplicado está disponível no Apêndice D desta dissertação, e foi enviado por meio de formulário digital, para que seja auto-aplicado, ou seja, os

próprios participantes respondem de maneira autônoma às questões apresentadas.

Desta forma, foi construído um questionário a ser aplicado para os representantes do corpo discente do curso de Moda da Udesc, visando captar dados sobre a perspectiva discente sobre a curricularização da extensão em cursos de Moda. Devido a ausência da curricularização no curso da Udesc e a falta de representação política dos discentes em um Centro Acadêmico durante o período da pesquisa, selecionou-se as bolsistas de extensão como representantes estudantis. Essa escolha se deu porque essas bolsistas possuem conhecimento prévio sobre o tema, o que lhes permite oferecer uma opinião mais bem fundamentada em comparação com alguém que tenha tido contato recente com a extensão universitária.

Assim, os procedimentos técnicos de coleta de dados empregados nesta dissertação podem ser resumidos em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, que inclui entrevistas semi estruturadas e aplicação de questionários. Essa abordagem possibilita a obtenção de dados de fontes e perspectivas diversas, enriquecendo as informações a serem analisadas.

Os dados coletados só adquirem relevância e utilidade para compor o modelo conceitual quando são comparadas, relacionadas e examinadas por meio de uma análise apropriada, permitindo sua contextualizá-los e atribuição de significado.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A fase de análise de dados, que sucede a coleta de dados, é o momento em que as informações reunidas são submetidas a um processo de tratamento, organizando-as e resumindo-as, de forma a permitir uma formulação de respostas ao problema de pesquisa (Gil, 2008). A definição do método de análise mais adequado não é algo completamente objetivo, dependendo tanto do formato dos dados reunidos quanto do próprio pesquisador, como Gil (2008, p.175) aponta, a “análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador”.

Nesta dissertação, adotou-se a Análise de Conteúdo como método de análise dos dados coletados, fundamentado na pesquisa de Bardin (1997). Este método destaca-se pelo foco em dados provenientes de comunicações sociais diversas e visa alcançar uma compreensão que vá além da leitura convencional, revelando os significados ocultos do discurso (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021). Para tal, ele é composto por três etapas: Pré-análise, Exploração do Material e Tratamento dos Resultados e Interpretação. Pode-se observar como este método se estrutura por meio da Figura 17.

Figura 17 - Estrutura da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (1997) e Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021) pela autora (2024).

A fase de Pré-análise consiste na seleção e organização do material coletado, construindo assim o *corpus* da investigação (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021). Este processo inicia-se com a leitura preliminar, também chamada de leitura flutuante por Bardin (1997). Em seguida, é realizada uma seleção dos documentos coletados, mantendo apenas aqueles que contribuem para a construção do modelo conceitual. Após a seleção, o material escolhido é preparado para análise. No caso desta pesquisa, isso envolveu a apresentação estruturada dos dados da pesquisa documental em formato de texto, a transcrição das entrevistas realizadas e a tabulação das respostas obtidas no questionário

A próxima fase, de Exploração do Material, começa com a transformação do material bruto em códigos, tornando-os passíveis de análise. Para que ocorra essa codificação, é necessário definir unidades básicas que sintetizam a ideia de determinado trecho, denominadas unidades de registro. Se estas unidades carecerem de contexto para serem compreendidas, também são criadas unidades

de contexto para reduzir dúvidas ou interpretações ambíguas em relação ao conteúdo. Uma vez definidas essas unidades, realiza-se sua categorização, agrupando-as com base em características em comum e assim gerando as categorias de análise (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021).

A última fase da Análise de conteúdo é o de Tratamento dos Resultados e Interpretação, nesta etapa que os dados codificados e classificados são comparados entre si para a construção de um texto-síntese para cada uma das categorias identificadas na etapa anterior. Este texto expõe o significado implícito do conteúdo, estabelecendo conexões mais robustas entre os objetivos da pesquisa, sua fundamentação teórica e os dados coletados.

Nesta dissertação houveram algumas adaptações ao método de Bardin, de forma a torná-lo mais adequado ao contexto aplicado. A principal mudança foi a construção prévia das categorias de análise, com base na fundamentação teórica, de forma a criar uma estrutura que oriente as pesquisas documental e de campo, tornando-as mais assertivas. À medida que as pesquisas foram realizadas e os dados eram coletados, as categorias de análise foram sofrendo adaptações, mas sua primeira versão se apresenta na Figura 18.

Figura 18 - Categorias e subcategorias de análise iniciais

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
Ensino de Modelagem	Caracterização da disciplina
	Modelagem zero waste
	Conteúdos disciplinares
	Materiais didáticos
	Atividades didático-pedagógicas
	Orientação aos estudantes
	Avaliações pedagógicas
	Pontos fortes do processo de ensino e aprendizagem
Curricularização da Extensão	Dificuldades no processo de ensino e aprendizagem
	Modalidades de ações de extensão
	Modalidades de curricularização
	Participação discente na curricularização da extensão
	Suporte das instâncias superiores à curricularização
Grade Curricular	Dificuldades identificadas na proposição da reforma curricular
	Projeto pedagógico reformado
	Disciplinas extensionistas
	Ementas e bibliografia
	Plano de ensino e atividade pedagógicas
	Protagonismo do discente em sala

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Estas categorias prévias auxiliaram a construção dos roteiros de entrevistas e questionários, assim como na busca documental, de forma a torná-las mais direcionadas para buscar os dados que se mostraram relevantes para a construção do modelo conceitual proposto. Durante o processo de coleta e análise dos dados, surgiu a necessidade de adaptar as categorias, pois aparecerem *tags* que não tinham sido contempladas anteriormente. Assim, foi realizada uma revisão das categorias e subcategorias de análise, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Categorias e subcategorias finais de análise.

Categoria de análise	Subcategoria de análise		
Grade Curricular	Projeto pedagógico de curso		
	Carga horária extensionista		
	Modalidades da curricularização		
	Atividades extensionistas	Modalidades de extensão	
		Critérios de validação de créditos	
	Disciplinas extensionistas	Ementas	
		Atividades didático-pedagógicas	
Papel do discente em sala de aula			
Processo de curricularização da extensão	Recursos para a implementação da curricularização		
	Papel discente na reforma curricular		
	Dificuldades no processo de curricularização		
	Oportunidades no processo de curricularização		
Comunidade Externa	Busca e Primeiro Contato com a Comunidade		
	Canais de comunicação		
	Formalização dos acordos		
	Demandas da comunidade		
	Perfil da Comunidade		
Disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário	Estrutura de disciplinas		

	Conteúdos disciplinares
	Atividades didático-pedagógicas
	Avaliação pedagógica

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Por meio dessas etapas e com base nas categorias propostas, é possível realizar uma análise que forneça informações fundamentadas tanto na teoria quanto na realidade observada, contribuindo para a construção do modelo conceitual proposto nesta dissertação.

3.5 DETALHAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA

A seguir são delineadas as etapas realizadas para a construção desta pesquisa de maneira detalhada. Este detalhamento aborda as etapas de 1 a 8 apresentadas na Figura 14 desta dissertação, não incluindo a pesquisa bibliográfica realizada no capítulo dois da pesquisa.

3.5.1 Primeira Etapa - Pesquisa documental das normativas da Udesc

Foi conduzida uma busca voltada para as normativas e resoluções internas da Udesc, de forma a identificar a documentação pertinente à extensão universitária e seu processo de curricularização. Essa fase foi conduzida no ambiente virtual, utilizando o site institucional da Udesc como ferramenta de pesquisa.

Buscou-se com essa etapa compreender a realidade de uma amostra representativa em relação à extensão, identificando os alicerces específicos que devem estar presentes no modelo e que são comuns a outras instituições, permitindo assim sua aplicação em outros contextos semelhantes.

3.5.2 Segunda etapa - Pesquisa documental nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de cursos de Moda

Foi realizado um levantamento dos PPCs de todos os cursos de bacharelado em Moda de universidades públicas estaduais brasileiras, que somam cinco instituições: Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Essa busca foi realizada no ambiente virtual, buscando os documentos públicos em seus sites institucionais.

A partir desta coletânea, foram observados dois pontos-chaves, as maneiras que ocorrem a curricularização da extensão nesses cursos e a estrutura das disciplinas voltadas para Modelagem de vestuário. Após esta introdução individual foram desenvolvidas duas matrizes comparativas, uma para cada temática, permitindo ter um panorama geral dos dados obtidos e facilitando sua posterior Exploração e Tratamento dos resultados.

3.5.3 Terceira etapa - Entrevista com presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Udesc

Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com o presidente do NDE do Departamento de Moda da Udesc, que assumiu no ano de 2022. A escolha deste entrevistado deu-se em função de sua posição de liderança entre os docentes do Departamento de Moda na reforma curricular referente a inclusão da extensão universitária no currículo do curso. A entrevista seguiu o roteiro disponível no Apêndice A desta dissertação e foi realizada por meio de uma vídeo chamada *online*, que foi gravada para posterior transcrição.

Seu objetivo foi reunir dados sobre a elaboração da reforma para além do documento gerado, compreendendo os processos, escolhas, justificativas, dificuldades e oportunidades que perpassa a reforma realizada, e que podem se mostrar comuns a outros cursos.

3.5.4 Quarta etapa - Entrevista com docente de História da Arte, Disciplina Mista da Udesc

Realizou-se uma entrevista semi estruturada com o docente responsável pela disciplina de História da Arte, que ganhou caráter extensionista com a reforma curricular de 2023, virando uma Disciplina Mista. Escolheu-se esta disciplina por ser da primeira fase do curso, e estar sendo implementada no momento de desenvolvimento desta dissertação, 2024.1. A entrevista seguiu o roteiro disponível no Apêndice B desta dissertação e foi realizada por meio de uma vídeo chamada *online*, que foi gravada para posterior transcrição.

Seu objetivo foi compreender o processo de implementação da curricularização, bem como as impressões dos docentes sobre o assunto, uma vez que estes estão diretamente envolvidos na sala de aula. Desta maneira, é possível obter uma caracterização embasada da dinâmica de ensino e aprendizagem a ser considerada no modelo conceitual.

3.5.5 Quinta etapa - Entrevista com representante do grupo de artesãs Mulheres do Jardim

Realizou-se uma entrevista semi estruturada com a representante do grupo de artesãs Mulheres do Jardim, comunidade parceira do programa permanente de extensão Ecomoda, do Departamento de Moda da Udesc. Esta comunidade foi selecionada por indicação da própria coordenadora do programa, por ter maior abertura para realizar a entrevista, ter habilidade com os meios digitais, assim como propriedade para discorrer sobre o relacionamento entre comunidade e universidade.

A entrevista foi realizada por meio de uma vídeo chamada *online*, que foi gravada para posterior transcrição, orientada pelo roteiro que está anexado no Apêndice C desta dissertação. O objetivo desta etapa é compreender como se dá a comunicação entre comunidade e universidade, desde o primeiro contato realizado, canais de comunicação estabelecidos até a formalização dos acordos.

3.5.6 Sexta etapa - Questionário com bolsistas de extensão do Departamento de Moda da Udesc

Aplicou-se um questionário a representantes do corpo discente do curso de Moda da Udesc. Uma vez que, no momento do desenvolvimento desta pesquisa, não havia gestão empossada no Centro Acadêmico (CA) do curso foram selecionadas as bolsistas extensionistas do Departamento de Moda para responder ao questionário. Esse grupo pôde representar o corpo discente e, por já possuir conhecimento prévio sobre extensão universitária, diminuiu a necessidade de explicações prévias sobre o assunto.

O questionário desenvolvido foi estruturado no formato de um formulário *online* para ser enviado por e-mail aos bolsistas, de forma que cada um pudesse responder individualmente, sem a necessidade da pesquisadora acompanhando. Esta estrutura está anexada no Apêndice D desta dissertação. O questionário foi dividido em quatro partes distintas: a primeira foi a introdução, explicando o propósito do questionário e solicitando informações sobre a fase em que o discente se encontra; a segunda parte abordou a extensão universitária; a terceira tratou da inserção da extensão no currículo; e a última focou na percepção das disciplinas de Modelagem de vestuário.

O objetivo desta etapa é ouvir a perspectiva dos discentes sobre a curricularização da extensão universitária e as disciplinas de Modelagem de vestuário. Busca-se o ponto de vista dos estudantes envolvidos na extensão para entender como eles percebem sua ampliação e inserção no currículo, além de contribuir para uma visão mais completa da dinâmica de ensino e aprendizagem que ocorre em sala de aula.

3.4.7 Sétima etapa - Análise de dados

Em sequência da coleta de dados das diversas fontes, foi realizada a análise deste material, utilizando como método a Análise de Conteúdo de Bardin, iniciando pela Pré-análise, Exploração do Material e finalizando com o Tratamento de Resultados e Interpretação.

A pré-análise incluiu a Leitura prévia, Seleção do *corpus* de análise e Preparação do material para análise, conforme descrito anteriormente. A preparação do material varia de acordo com a técnica de coleta, dividindo-se em três momentos: a preparação da pesquisa documental das normativas da Udesc; a preparação da pesquisa documental de PPCs e a preparação da pesquisa de campo. Na pesquisa documental, os dados coletados das normativas da Udesc foram organizados em um texto descritivo, enquanto os dados dos PPCs foram estruturados em duas matrizes, permitindo que os dados individuais pudessem ser reunidos para sua análise. Na pesquisa de campo, as entrevistas foram transcritas para possibilitar sua análise, e os dados provenientes do questionário foram tabulados e dispostos num diagrama visual.

Na fase de Exploração do material, todos os dados coletados foram codificados com base nas categorias e subcategorias de análise previamente estabelecidas. Após esta codificação, as informações foram organizadas em uma matriz, permitindo visualizar os dados coletados de maneira ampla e conectada.

A partir desta matriz, foram elaborados uma série de textos que visam relacionar os conteúdos diversos, explorando também as mensagens implícitas identificadas na coleta de dados. Esses foram estruturados com base nas categorias de análise estabelecidas, possibilitando discussões que contribuam para delinear o modelo conceitual e identificar com clareza as informações que devem compô-lo.

3.4.8 Oitava etapa - Construção do modelo conceitual

A última etapa desta pesquisa é a construção do modelo conceitual para a curricularização da extensão universitária em instituições de ensino superior de Moda relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

Com base nas análises realizadas usando a estrutura das categorias e subcategorias apresentados, foram identificados os elementos necessários para compor o modelo. Esses elementos foram dispostos graficamente e articulados entre si para orientar a ação de gestores e docentes de cursos bacharelados em Moda de universidades públicas estaduais brasileiras, de maneira clara e prática para facilitar seu entendimento e uso.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, são expostos os resultados provenientes das pesquisas documentais e de campo, seguindo a estrutura de Análise de conteúdo proposto por Bardin (1977). Desta forma é realizada a Pré-análise, a Exploração do Material e o Tratamento dos Resultados e Interpretação, conforme apresentado a seguir.

4.1 PRÉ-ANÁLISE

O primeiro passo da Análise de conteúdo é a Pré-análise, que compreende as ações realizadas antes da análise em si, de forma a preparar o material coletado. Essa etapa é dividida em três partes: a Leitura preliminar, a Seleção de documentos e a Preparação desses documentos para as próximas etapas.

Iniciou-se com a Leitura preliminar de todo o material coletado, que incluiu a leitura dos documentos, revisão de dados quantitativos vindos do questionários e a escuta das entrevistas gravadas em áudio. O objetivo desta leitura foi familiarizar-se com os dados para facilitar o trabalho subsequente, além de identificar imediatamente quaisquer formatos que não contribuíssem com as informações necessárias para esta dissertação.

Após essa leitura inicial, foi possível selecionar os documentos que pudessem contribuir efetivamente para o desenvolvimento da pesquisa, excluindo aqueles que trouxeram dados pouco relevantes ou que não se mostraram pertinentes. Devido a orientação inicial das categorias de análise nesta pesquisa, a busca e coleta foram mais direcionadas para o que era de fato essencial, não sendo necessária a exclusão de nenhuma fonte de dados coletados.

Com base nesse *corpus* de análise definido, foi realizada a preparação dos dados de forma a permitir a etapa de Exploração do Material. Na pesquisa documental, os dados coletados foram apresentados e estruturados em formatos de texto e de matriz, proporcionando uma visualização fácil e rápida do todo. Nas pesquisas de campo, os áudios das entrevistas foram transcritos e o questionário aplicado foi tabulado e transformado numa matriz. Desta maneira, apresenta-se a

seguir mais detalhes dessa preparação realizada nas pesquisas documental e de campo.

4.1.1 Preparação da Pesquisa Documental

A preparação dos dados coletados começou com a pesquisa documental, dividida em duas etapas distintas, a primeira voltada para as normativas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), investigando como a curricularização da extensão é estruturada documentalmente, quais resoluções e normativas abordam esse tema e qual é o impacto dessas diretrizes no processo. Em seguida, foi apresentado o mapeamento de Projetos Pedagógicos de Curso (PCCs) de cursos de Moda de universidades públicas estaduais brasileiras, com o objetivo de comparar as características da amostra com outros contextos semelhantes e identificar possíveis discrepâncias.

4.1.1.1 Levantamento de Normativas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

Este levantamento foi elaborado com base na legislação nacional vigente sobre o tema, conforme abordado no capítulo dois de fundamentação teórica e recaptuladas no Quadro 5.

Quadro 5 - Legislações nacionais vigentes sobre a curricularização da extensão.

Plano nacional de educação 2014-2024	Resolução nº 7 de 2018/CNE/MEC
Meta 12, estratégia 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social	Art. 4o As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

Fonte: Adaptado de Brasil (2014) e CNE (2018) pela autora (2024).

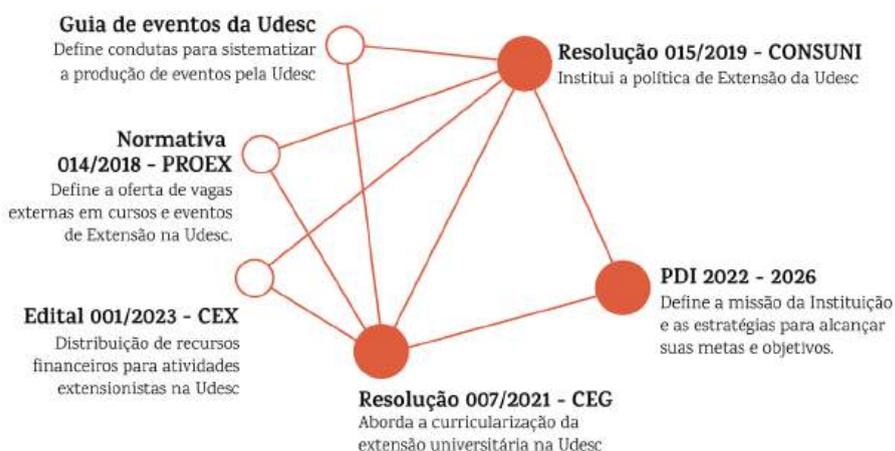
A partir deste direcionamento legal estabelecido em 2018, a Udesc pôde desenvolver suas normativas e regulamentos internos para delinear a extensão e sua curricularização nos cursos de graduação.

Desta forma, realizou-se uma busca pelo site⁹ institucional, meio oficial de comunicação da Udesc, e identificou-se os documentos que abordam o tema de extensão e sua curricularização, sendo estes: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que explora diversos assuntos incluindo a extensão universitária; a Resolução n° 015/2019 - CONSUNI, que institui a Política de extensão universitária na Udesc; e a resolução Resolução n° 007/2022 - CEG, voltada exclusivamente para a curricularização da extensão na instituição.

Além destes, também levantou-se documentos secundários, que não tratam diretamente da extensão e sua curricularização, mas que interferem na sua atuação em algum grau, e por isso devem ser levados em consideração. Estes são: o Guia de eventos da Udesc, que rege a forma de realizar eventos institucionais; a Normativa n° 014/2018 - PROEX, que elucida sobre "Disciplina na UDESC a oferta ao público externo de vagas em cursos e eventos de Extensão Universitária" (PROEX, 2018); e o Edital n° 001/2023 - PAEX/PROCEU, que trata da distribuição de recursos financeiros para ações extensionistas da Udesc.

Na Figura 19, identifica-se os documentos levantados e suas interconexões. Os documentos marcados com o círculo laranja são os primários, que abordam diretamente a extensão e sua integração ao currículo, enquanto aqueles com o círculo em branco são os documentos secundários, que influenciam de maneira indireta na creditação da extensão na Udesc.

Figura 19 - Relação das normativas e regulamentos da Udesc.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

⁹ Acesso em: <https://www.udesc.br/>

O PDI é o documento que apresenta o perfil e os objetivos institucionais, além de traçar perspectivas para o futuro da instituição durante determinado período. O PDI atual da Udesc foi publicado em 2021, englobando os anos de 2022 até 2026 e pode ser lido no Anexo B desta dissertação. Neste documento, a extensão universitária e sua curricularização são abordadas em momentos diversos, refletindo no perfil institucional, nas diretrizes de ensino de graduação e de extensão, assim como nos projetos estratégicos institucionais.

Destaca-se o papel da extensão para a Udesc, uma vez que ela esta presente no perfil da universidade como uma de suas finalidades: "II - estabelecer parcerias solidárias com a comunidade na busca de soluções coletivas e na construção de uma sociedade democrática, plural e ética;" (Udesc, 2021, p.13). Igualmente, a extensão é evidenciada nas diretrizes de ensino de graduação e de extensão, ao frisar sua importância na educação do discente, promovendo uma formação contextualizada do estudante alinhada ao exercício pleno da cidadania. Ao mesmo tempo, a extensão permite criar espaços onde o conhecimento é empregado para mitigar desigualdades sociais (Udesc, 2021).

A última menção da extensão a ser destacada no PDI é no capítulo de Projetos Estratégicos, onde a instituição planeja seus caminhos futuros, estabelecendo planos e ações para garantir que o objetivo institucional seja alcançado no prazo determinado. Os projetos que abordam este tema são o "2.2 Inovação Curricular e Pedagógica dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação", focado na curricularização da extensão nos cursos de graduação da instituição, e o "2.6 Extensão e Sociedade", que visa ampliar o contato com a comunidade externa e estimular a produção acadêmica com base em experiências de extensão. O estabelecimento destes projetos que exploram a extensão universitária para alcançar os objetivos da instituição reitera sua importância.

Outro documento que interage com o PDI e rege a extensão universitária dentro da Udesc é a Resolução nº 015/2019, que "Institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC" (CONSUNI, 2019, p.01). Neste documento, presente no Anexo C desta dissertação, são apresentadas as diretrizes, princípios, fundamentos, áreas temáticas e procedimentos internos voltados para o desenvolvimento da atividade extensionista na universidade (CONSUNI, 2019).

Esta resolução reforça a legislação vigente ao utilizar a mesma definição de áreas temáticas prioritárias para a extensão que a FORPROEX (2007). Além disso, ela apresenta quatro diretrizes a mais do que as instituídas pelo FORPROEX (2007), incorporando o enfrentamento de questões sociais brasileiras e destacando o desenvolvimento econômico, social e cultural como meios para abordá-los. Essas diretrizes refletem o compromisso social da instituição trazendo reflexões éticas e visando a construção de conhecimentos atualizados e coerentes a partir da extensão universitária (CONSUNI, 2019).

Também são apresentadas as modalidades de extensão universitária utilizadas pela Udesc, alinhadas com as dispostas pela FORPROEX (2012), mas com algumas particularidades da instituição. As modalidades de Programa, Projeto, Eventos e Prestação de Serviços estão delineadas na Figura 20, apresentando suas definições e aspectos específicos.

Figura 20 - Modalidades de Extensão segundo a Udesc: Programa, Projeto, Eventos e Prestação de Serviços.

Programa de extensão		Projeto de extensão	Eventos de extensão	Prestação de serviços
Conjunto articulado de ações de extensão, integrado às atividades de ensino e pesquisa.		Ação contínua de caráter educativo, social, cultural, artístico, científico ou tecnológico, com objetivo específico	Acontecimentos previamente planejados e com objetivos definidos, servindo como forma de comunicação qualificada para o fortalecimento da marca institucional, seguir regulamentação presente no do Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo da Udesc.	Trabalho técnico ou formativo oferecido pela Udesc e realizado por indivíduo ou por equipe
Programa tradicional	Programa permanente	Associado a um Programa		Tipos de serviços prestados
	Vigência de até 6 anos e faixa de distribuição de recursos financeiros e bolsas de extensão específicas no Edital PAEX	Ação de extensão associada a um programa de extensão		Assessorias, Consultorias, Serviços laboratoriais, Estudos técnicos, Perícias, Pareceres e laudos.
		Projeto isolado		
		Ação de extensão isolada		

Fonte: Adaptado de CONSUNI (2019) pela autora (2024).

Observa-se como a modalidade de Programas Permanentes de extensão é uma particularidade da Udesc, que categoriza os programas de acordo com o tempo de duração, sendo um programa tradicional renovado a cada 2 anos, e o programa permanente a cada 6. Além disso, os programas permanentes também possuem categoria própria de financiamento, ou seja, parte da verba extensionista é destinada exclusivamente a esta categoria.

A modalidade extensionista de Cursos, sugerida pela FORPROEX (2007) e instituída pelo Conselho Universitário (CONSUNI, 2019), é classificada pela

Resolução nº 015/2019 em termos de Modalidades de curso e Naturezas, como observa-se na Figura 21.

Figura 21 - Modalidade de Extensão segundo a Udesc: Cursos de extensão.

Cursos de Extensão			
Ação extracurricular, teórica e/ou prática de curta duração, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária mínima de 08 horas.			
Modalidade		Natureza	
Presencial Referente a ação presencial simultânea de alunos e de professor;	Ensino a Distância Referente a ações realizadas em sua maioria sem a presença do professor. As atividades presenciais não devem ultrapassar 20% da carga horária total	Iniciação Objetivo de fornecer noções introdutórias de uma área específica do conhecimento, com carga horária mínima de 08 e máxima de 30 horas;	Atualização Objetivo de atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área de conhecimento, com carga horária mínima de 30 e máxima de 100 horas;
Semipresencial Referente a ações em formato híbrido, com momentos com e sem presença dos professores, com carga horária a distância e presencial pré definidos.	Não presencial Referente a ações totalmente no formato remoto, através do uso de meios de tecnologias digitais de informação e comunicação (TIC).	Treinamento e Qualificação Objetivo de treinar e capacitar em atividades profissionais específicas, com carga horária mínima de 50 e máxima de 180 horas.	

Fonte: Adaptado de CONSUNI (2019) pela autora (2024).

Os Cursos de extensão da Udesc podem ocorrer em quatro modalidades distintas de acordo com seu grau de presencialidade, podendo ser presencial, semi presencial, não presencial ou ensino a distância. Além disso, eles são classificados de acordo com sua natureza, de acordo com o nível de aprofundamento do conteúdo abordado e tempo dedicado a tal, podendo ser cursos de iniciação, atualização ou ainda de treinamento e qualificação.

Desta forma, esta Política de Extensão universitária da Udesc apresenta informações em relação a diretrizes e modalidades extensionistas, permitindo a construção de atividades e ações de extensão dentro da instituição, sem abordar diretamente sua curricularização, mas servindo como base para a resolução que o faz.

A partir desta, foi elaborada a Resolução nº 007/2022 - CEG, disponível no Anexo C desta dissertação, que aborda exclusivamente a inclusão de carga horária extensionista nos currículos dos cursos de graduação, presenciais e a distância, da Udesc. Apresenta-se nela as definições pertinentes à

curricularização, estabelecendo os formatos possíveis para a inserção de atividades extensionistas nos currículos e definindo os critérios para a validação de atividades extensionistas externas ao currículo.

As definições apresentadas estão alinhadas com aquelas estabelecidas pela legislação vigente, já discutidas no segundo capítulo desta dissertação, definindo-se a necessidade de incluir no currículo dos cursos de graduação ao menos 10% da carga horária de créditos extensionistas, de forma a não aumentar a carga horária total do curso¹⁰.

A resolução também estabelece os três formatos possíveis para incluir créditos extensionistas nos currículos dos cursos de graduação, por meio de Unidade Curricular de Extensão (UCE), podendo elas ser Vinculadas (UCE-V) ou Não Vinculadas (UCE-NV), e Disciplinas Mistas (CEG, 2022).

As UCE são unidades curriculares com créditos extensionistas que não são enquadradas como disciplinas, se assemelhando à lógica de atividades complementares. As UCEs-V são aquelas vinculadas às ações de extensão institucionalizadas no Departamento do curso, enquanto as UCEs-NV são atividades extensionistas não vinculadas a ações de extensão institucionalizadas no curso, incluindo atividades externas a própria instituição, mas que podem ser validadas com carga extensionista. As UCEs-NV podem ser cursos, prestações de serviços, organização de eventos e oficinas ministradas, desde que sigam os critérios instituídos para sua validação.

Para que ocorra a validação de atividades externas ao currículo como créditos extensionistas, elas devem seguir uma série de critérios para comprovar seu alinhamento com os objetivos e diretrizes da extensão, que segundo a Resolução nº 007/2022 - CEG são:

- I - envolver diretamente **comunidades externas** à universidade;
- II - garantir o **protagonismo dos discentes** em sua execução;
- III - atender as **demandas sociais e abranger áreas temáticas** da extensão universitária, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho;
- IV - atentar para **atuação transformadora e de impacto** sobre questões comunitárias, locais e regionais prioritárias;

¹⁰ "Entende-se por carga horária total do curso a soma das horas de todos os componentes curriculares, incluindo-se, quando houver, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC), práticas pedagógicas (licenciaturas), curricularização da extensão, estágio obrigatório e outros estágios previstos no Projeto Pedagógico do Curso" (CEG, 2022, n.p.)

V – possuir caráter **interdisciplinar** e, preferencialmente, inter-departamental, inter-centros e/ou inter- institucional (CEG, 2022, n.p. grifo nosso).

O último formato proposto para a inclusão de créditos extensionistas nos currículos dos cursos de graduação da Udesc são por meio de Disciplinas Mistas, em que "parte do conteúdo é oferecido como ensino e outra parte ocorre por meio de atividades em que ocorre interação com a comunidade" (CEG, 2022, n.p.). Elas podem ser disciplinas de caráter obrigatório ou optativo¹¹ e devem ter carga horária e ementa extensionista explicitadas no PPC do curso.

Estes três formatos propostos pela Resolução n° 007/2022 - CEG, de UCE-V, UCE-NV e Disciplinas Mistas, devem ser distribuídas pela matriz curricular de cada curso livremente, podendo ser forma sequencial ou transversal, estando a critério do departamento a melhor maneira desta distribuição.

Desta maneira, o PDI, somado a Resolução n° 015/2019 e a Resolução n° 007/2022 - CEG, apresentam uma base de atuação para realizar não somente atividades extensionistas, mas sua integração curricular, levando em consideração o perfil e objetivos institucionais, a política de extensão da universidade e suas normas específicas para a curricularização.

Somado a isso, ainda existem documentos que interferem indiretamente, abordando recortes específicos deste processo, como as normas para a realização de eventos, para a disponibilização de vagas em cursos e disciplinas extensionistas ou em relação a distribuição de recursos financeiros. Desta maneira analisou-se também o Guia de Eventos da Udesc, a Instrução Normativa n° 014/2018 - PROEX e o Edital n° 001/2023 - PAEX-PROCEU.

O Guia de eventos da Udesc define e orienta a produção dos eventos institucionais, para tal, define os dois tipos de eventos que a Udesc realiza, aqueles "oriundos da área institucional/comunicação e os oriundos de ensino, pesquisa e extensão" (Udesc, 2019, p.7). São expostas as categorizações de eventos adotados pela instituição, de acordo com sua abrangência, público, porte e tipo. Quanto à abrangência, os eventos podem ser municipais, regionais,

¹¹ Disciplinas obrigatórias são aquelas indispensáveis para a formação do discente e devem ser cursadas por todos os matriculados no curso, já as disciplinas optativas são aquelas que complementam a formação e podem ser escolhidas pelo discente dentre opções ofertadas na matriz curricular (Udesc, 2013).

estaduais, nacionais, internacionais ou mundiais (Udesc, 2019) e quanto ao público, podem ser eventos fechados, “quando o evento é voltado para um público específico e acessível somente por convite” (Udesc, 2019, p.12) ou abertos, “quando podem ter a participação do público em geral, podendo ser cobrado ou não o acesso ao evento” (Udesc, 2019, p.12). Os eventos também podem ser de pequeno, médio ou grande porte, ou ainda um megaevento, de acordo com o grau de complexidade da organização, visibilidade e repercussão gerada. A última classificação disposta é sobre os tipos de eventos, podendo ele ser cultural, esportivo, social ou técnico-científico, e dentro destas ainda há subcategorias, que incluem assembleias, congressos, colóquios, entre outros.

Essa classificação orienta a forma de nomear os eventos realizados pela Udesc, seguindo a fórmula de: edição, abrangência (opcional), tipo e tema, como por exemplo, em “XXI Seminários Estadual de Administração”. Além disso, o guia também aborda as melhores condutas para planejar, realizar contratações, agendar, divulgar e avaliar os eventos institucionais, itens essenciais para a produção de eventos, mas que, por não possuírem relação direta com a extensão universitária, não serão aprofundados nesta dissertação.

Desta maneira estabelece-se orientações específicas para a modalidade extensionista de eventos, da mesma forma que a Instrução Normativa nº 014/2018 - PROEX orienta a modalidade de extensão de cursos, dispondo sobre a oferta de vagas para público geral em disciplinas e cursos extensionistas.

Este documento determina a possibilidade de abertura de vagas para o público externo em cursos e disciplinas da Udesc, assim como a necessidade de fazer sua divulgação prévia, expondo de maneira clara todas as informações necessárias para a inscrição e ocupação das vagas usando os meios oficiais de comunicação. A única exceção apresentada ocorre quando são construídos cursos ou disciplinas voltadas para “ações por demanda social, voltadas a públicos específicos e localizados” (PROEX, 2018, n.p.), permitindo assim a não divulgação pública dessas vagas.

O último documento adjacente analisado foi o Edital nº 001/2023 - PRAEX/PROCEU, que tem como objetivo a distribuição de recursos financeiros destinados à extensão universitária durante o período de fevereiro de 2024 até dezembro de 2025. Para isso, os programas de extensão da Udesc são

classificados em duas categorias: programas permanentes de extensão e programas ou projetos de extensão de linha geral. Além disso, também dispõe da distribuição de bolsas acadêmicas de extensão para discentes.

Na distribuição de recursos não é contemplado especificamente ações de extensão associadas aos currículos, mas abre a possibilidade de submeter tais ações no edital por meio da categoria de projetos e extensão de linha geral. Desta maneira, é permitido que ações extensionistas dentro dos currículos, sejam elas UCE-V ou Disciplinas Mistas, tenham apoio financeiro da Udesc por meio de edital, assim como bolsas para sua realização.

Também é apresentada a distribuição de bolsas de extensão para os programas e projetos submetidos, podendo ser bolsas de 10 ou 20h de carga horária. Além desta distribuição, também institui que os discentes contemplados com bolsas de extensão, assim como voluntários dos programas e projetos, podem fazer o pedido de creditação da sua atividade como atividade complementar, uma vez que cumpram os critérios estabelecidos para tal.

Desta maneira, pode-se observar no Quadro 6 um compilado das documentações internas da Udesc levantadas nesta pesquisa documental, tanto as que abordam extensão universitária e sua inserção no currículo de maneira direta, quanto as de forma indireta.

Quadro 6 - Compilado de documentações internas da Udesc.

Data de publicação	Nome do documento	Assunto do documento	Pontos importantes em relação à curricularização da extensão
2021	Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026	Define o perfil institucional e projeções para o futuro da instituição	<ul style="list-style-type: none"> - Expõe a extensão como uma das finalidades da instituição; - Frisa a criação de espaços de aprendizagem e geração de conhecimento coletivo; - Estabelece como objetivos futuros da instituição: ampliar o contato com a comunidade externa e estimular a produção acadêmica com base em experiências de extensão

2019	Resolução nº 015/2019 - CONSUNI	Institui a Política de extensão da Udesc	<p>- Apresenta as mesmas áreas temáticas estabelecidas pela FORPROEX;</p> <p>- Dispõe de diretrizes extensionistas abordando o compromisso social, reflexões éticas e desenvolvimento econômico, social e cultural;</p> <p>- Estabelece particularidades das modalidades de extensão da Udesc: Existência de Programas permanentes e diferentes modalidades e naturezas dos cursos de extensão.</p>
2021	Resolução nº 007/2021 - CEG	Regula a curricularização da Extensão na Udesc	- Apresenta os formatos de curricularização da Udesc; UCE-V, UCE-NV e Disciplinas Mistas
2018	Normativa nº 014/2018 - PROEX	Direciona a distribuição de vagas em cursos da Udesc para o público externo	- Insta a necessidade de divulgar as vagas abertas e suas informações ao público externo em cursos de extensão.
2019	Guia de eventos da Udesc	Estabelece normas de eventos da Udesc	<p>- Define uma classificação a ser seguida por eventos de extensão;</p> <p>-Aponta os setores responsáveis pelos eventos institucionais, podendo ser usados como auxílio.</p>
2023	Edital nº 01/2023 - PAEX/PROCEU	Dispõe sobre a distribuição de recursos financeiros para programas e ações de extensão	<p>- Aceita submissão de projetos e programas curricularizados sem categoria específica para tal.</p> <p>- Autoriza a distribuição de bolsas para ações extensionistas curricularizadas.</p>

Fonte: Adaptado de Udesc (2019, 2021), CONSUNI (2019), CEG (2022), PROEX (2018) e CEX (2023) pela autora (2024).

Desta maneira, o Quadro 6 foi elaborado como um resumo dos dados coletados, facilitando o processo de exploração dos materiais e a análise comparada com outros dados coletados.

4.1.1.2 Mapeamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Bacharelados em Moda em universidades públicas estaduais

A outra pesquisa documental realizada foi voltada para os PPCs de cursos bacharelados de Moda em universidades públicas estaduais brasileiras, visando identificar como a curricularização da extensão se desdobra em seus contextos, assim como a caracterização das disciplinas de Modelagem de vestuário, fundamentando-as na prática real. Para tal, pesquisou-se em todas as instituições deste perfil, totalizando cinco: a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) - Bacharelado em Moda -; Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Bacharelado em Design de Moda -; Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Bacharelado em Moda com Habilitação em Modelagem e desenvolvimento de produto -; Universidade de São Paulo (USP) - Têxtil e Moda -; e Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Design de Moda.

Para preparar os dados coletados para análise, estes foram apresentados e organizados por instituição, e ao final, foi elaborado texto-sínteses próprio e duas matrizes de dados, reunindo todos os pontos relevantes em um único local.

4.1.1.2.1 Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

Em 1996, a Udesc tornou-se a primeira universidade pública e estadual a estabelecer um curso de bacharelado em Moda, originalmente denominado "Bacharelado em Moda - Habilitação Estilismo". Esta habilitação destaca a natureza do curso, focado em estilismo, criação e desenvolvimento de vestuário, característica que se mantém até os dias de hoje, sendo reiterada no objetivo geral do curso, encontrado no PPC atual (Udesc, 2023). O curso passou por diversas reformas desde a sua criação, sendo a mais recente elaborada em 2023 e aprovada neste mesmo ano (Udesc, 2023), para implementação em 2024.1.

O curso tem um total de 3.042 horas¹², distribuídas entre disciplinas obrigatórias, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atividades complementares e atividades curriculares de extensão. Esta última é subdividida em Disciplinas Mistas e Unidade Curricular de Extensão (UCE) - Atividades extensionistas, como pode-se observar na Figura 22.

Figura 22 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Moda da Udesc.

Distribuição da matriz curricular		Créditos	Carga Horária	Percentuais
Total em Disciplinas Obrigatórias		145	2.610	85,80%
Total em Disciplinas Obrigatórias EaD (se for o caso)				
Total em Disciplinas Optativas (se for o caso)				
Total em Disciplinas Optativas EaD (se for o caso)				
Total em Disciplinas Eletivas (se for o caso)				
Total em Disciplinas Eletivas EaD (se for o caso)				
Trabalho de Conclusão de Curso		2	36	1,20%
Estágio Curricular Supervisionado (se for o caso)				
Atividades Complementares (percentual a ser definido pelo curso)		4	72	2,40%
Atividades Curriculares de Extensão	Disciplinas Mistas	11	198	6,50%
	UCE Atividades Extensionistas	77	126	4,10%
Total Geral		169	3.042	100%

Fonte: (Udesc, 2023).

Neste grade curricular foram estabelecidas 324h extensionistas, distribuídas entre Disciplinas Mistas e UCE. As Disciplinas Mistas, como apresentado no subcapítulo anterior desta dissertação, são aquelas em que "parte do conteúdo é oferecido como ensino e outra parte ocorre por meio de atividades em que ocorre interação com a comunidade" (CEG, 2022, p.3). Neste currículo foram definidas onze Disciplinas Mistas, podendo elas ter créditos práticos ou teórico-práticos.

As disciplinas teórico-práticas são: História da Arte; Sociedade e Moda; Estampas e Padronagens Têxteis; História e Moda; Moda e Sustentabilidade; História da Moda moderna; História da moda contemporânea e História da moda

¹² Ao analisar os currículos identificou-se que não há um padrão de formato para a carga horária, tendo algumas instituições usando hora-relógio, hora-aula ou créditos. Outras instituições não especificam o tipo de hora e usam o termo "horas totais". Desta forma, optou-se por manter o termo usado por cada instituição.

no Brasil. Já as disciplinas práticas com caráter extensionista são: Processos Criativos; Confecção de vestuário feminino e Confecção avançada de vestuário feminino.

Essas disciplinas são distribuídas ao longo do curso, abrangendo desde o primeiro até o sexto semestre, com ao menos uma disciplina por semestre. Examinou-se então as ementas das disciplinas mencionadas, para identificar a forma com que a extensão se articula com o ensino. Observa-se que, em todas há o conteúdo específico de ensino, e ao final foi acrescido o termo “Atividades Extensionistas”, sem descrever com mais detalhes como estas atividades devem ocorrer.

Além das Disciplinas Mistas, a integração da extensão universitária à estrutura curricular também ocorre por meio das UCE, que podem ou não estar vinculadas ao Departamento do curso. As UCE vinculadas (UCE-V) abrangem todas as atividades relacionadas aos projetos de extensão do próprio Departamento de Moda, sendo estes: “(1) Ecomoda; (2) Moda e Economia Criativa; (3) Modateca; (4) NUMMA - Núcleo de Moda, Mídia e Arte; e (5) Teciteca” (Udesc, 2023). As UCE não vinculadas (UCE-NV) são aquelas realizadas em projetos desvinculados ao Departamento de Moda, podendo ser projetos da Udesc ou em outras instituições, desde que emitam certificação ou declaração para incluir os créditos em atividades de extensão.

Desta forma, a inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Udesc pode ser resumida da seguinte forma, de acordo com o Quadro 7:

Quadro 7 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Udesc

Formatos	Especificidade	Projetos extensionista relacionados
Disciplinas Mistas	Processos Criativos	
	História da Arte	
	Estampas e padronagens têxteis	
	Sociedade e Moda	
	História e Moda	

	Moda e Sustentabilidade	
	História da Moda Moderna	
	Confecção de vestuário feminino	
	História da Moda contemporânea	
	Confecção avançada de vestuário feminino	
	História da Moda no Brasil	
UCE	Vinculada	Ecomoda
		Moda e Economia Criativa
		Modateca
		NUMMA - Núcleo de Moda, Mídia e Arte
		Teciteca
	Não-Vinculadas	Programas vinculados a outros centros de ensino
Programas vinculados a outras instituições de ensino		

Fonte: Adaptado pela autora com base em Udesc (2023).

A partir deste quadro é possível ter uma melhor compreensão dos formatos aos quais a extensão universitária é integrada ao currículo do curso de Moda da Udesc. Nota-se também neste documento a ausência de atividades extensionistas no item de Previsão Orçamentária, não indicando assim a necessidade de verba específica alocada para este fim.

Outro ponto analisado no PPC foi a forma com que as disciplinas de Modelagem de vestuário se apresentam no currículo da instituição. Na Udesc, pelo foco em estilismo, criação e desenvolvimento de vestuário, são oferecidas cinco disciplinas de Modelagem de vestuário, incluindo Modelagem de vestuário Infantil e Masculino, Modelagem Básica de Vestuário Feminino, Modelagem Avançada de Vestuário Feminino, Modelagem Tridimensional - Moulage e Tecnologia prototipada de vestuário. Essas disciplinas iniciam na 4ª fase do curso, seguindo em ordem sequencial até a 8ª fase, e todas são caracterizadas como disciplinas práticas.

Por possuir esse caráter prático, são divididas em três turmas, de forma a ter no máximo 15 alunos em cada sala e permitir um acompanhamento individual do docente. Outro aspecto que reitera o caráter prático das disciplinas é a proposta de avaliação, que envolve o desenvolvimento de projetos autorais e exige a entrega de um artefato que comprove o aprendizado do discente dentro da disciplina. Especificamente na disciplina de Tecnologia prototipada de vestuário ainda existe uma conexão direta com o projeto de conclusão de curso, tornando-a interdisciplinar.

No currículo atual, nenhuma das disciplinas de Modelagem de Vestuário possuem caráter extensionistas, no entanto, é importante destacar sua aproximação com as Disciplinas Mistas de Confecção de Vestuário Feminino e Confecção Avançada de Vestuário Feminino, devido ao seu caráter prático e de materialização de vestuário, além da estrutura de divisão em três turmas.

4.1.1.2.2 Universidade Estadual de Londrina (Uel)

O curso de Design de Moda da Uel é o segundo mais antigo da categoria analisada, sendo inaugurado em 1997. Tem como característica marcante sua relação e proximidade com o Design de forma generalista, sendo uma das propostas do curso a formação de “profissionais em Design de Moda capazes de desenvolver produtos, processos, sistemas, serviços e/ou experiências inovadoras, a partir de um pensamento sistêmico integrado à realidade contemporânea” (CEPE/CA, 2022), mostrando assim uma preocupação de abranger mais do que somente conteúdos característicos de Moda. O atual PPC do curso foi desenvolvido durante os anos de 2021 e 2022, aprovado ao final de 2022, para implantação no primeiro semestre de 2023.

O curso de Design de Moda tem carga horária total de 2.945h, divididas entre disciplinas obrigatórias, estágio, TCC, atividades complementares e Atividades Acadêmicas de Extensão (AEX), como pode-se observar na Figura 23.

Figura 23 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Design Moda da Uel.

RESUMO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	
ATIVIDADE ACADÊMICA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas/ Módulos (obrigatórias)	1710h
Disciplinas / Módulos (optativas)	-
Estágio	330h
TCC	360h
AAC	250h
AEX Indicadas	200h
AEX Livres	95h
TOTAL	2945h

Fonte: CEPE/CA (2022).

As AEX totalizam 295 horas e são divididas em dois tipos: as AEX Indicadas e as AEX Livres. As AEX Indicadas referem-se às atividades de extensão designadas pela matriz curricular, tendo caráter obrigatório. Já as AEX Livres são atividades livres a serem definidas pelo discente, respeitando as modalidades de extensão reconhecidas pela FORPROEX, e sendo comprovado o protagonismo do discente na realização da atividade (CEPE/CA, 2022). Na documentação específica da Uel em relação aos formatos de curricularização, estabelece-se que é necessário a presença de AEX Livres e Indicadas, não sendo permitido a escolha de somente um destes formatos (CEPE/CA, 2021).

Dentro das AEX Indicadas foram criadas três disciplinas com créditos extensionista: Design e Prática Extensionista I, Design e Prática extensionista II e Design e Prática extensionista III. Todas enquadradas como disciplinas teóricas e que fazem parte do eixo de conhecimentos de “Fundamentação”, por terem um caráter básico de formação do discente. Observa-se por meio da Figura 24 as ementas e características da disciplina de Design e Prática Extensionista I.

Figura 24 - Ementa da Disciplina de Design e Prática Extensionista I, do bacharelado em Moda da Uel.

6DGN189 - DESIGN E PRÁTICA EXTENSIONISTA I			
Depto(s) responsável(eis):	Concordância do Departamento quanto:		Visto do Chefe de Departamento
	Ao mérito	À carga horária	
DESIGN	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
CARGA HORÁRIA (CH) total: 60 horas Prática: 0 Teórica: 60 horas Teórico/prática: 0 EAD: 0			
Modalidade curricular: Obrigatória			
Atividade acadêmica de forma à distância (Resolução CEPE nº 03/09): não			
Ementa: Conceitua, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes à Universidade Pública e à Extensão Universitária e o papel do Design de Moda na transformação social. Abordagem transversal e multidisciplinar da Extensão Universitária em uma perspectiva articuladora com o Ensino e a Pesquisa mediante metodologias didático-pedagógicas extensionistas de cursos, eventos e seminários de atividades.			
Forma de desenvolvimento da atividade: Disciplina			
Contribuição ao perfil do egresso: Ao término desta disciplina o egresso será capaz compreender a necessidade pela busca constante do crescimento intelectual, a fim de desenvolver seu papel como cidadão protagonista, manter adequada postura profissional, ser conhecedor dos deveres, direitos e da responsabilidade social e ambiental para a realização de ações transformadoras em prol sociedade.			
* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade. NSA.			

Fonte: CEPE/CA (2022).

Esta disciplina possui caráter basilar que é evidenciado por sua ementa ao introduzir conceitualmente a extensão e contextualizá-la para cursos de Moda. Além disso, a explicação da abordagem de extensão “mediante metodologias didático-pedagógicas extensionistas de cursos, eventos e seminários” (CEPE/CA, 2022, n.p.) presente na ementa esclarece os formatos específicos que orientam essa prática extensionista nesta disciplina.

A disciplina seguinte, de Design e Prática Extensionista II amplia o escopo abordado na disciplina anterior, agora focando no planejamento, desenvolvimento e execução de atividades extensionistas, sugerindo uma abordagem mais prática,

mesmo que mantenha o caráter teórico da disciplina anterior, conforme ilustrado na Figura 25.

Figura 25 - Ementa da Disciplina de Design e Prática Extensionista II, do bacharelado em Moda da Uel

6DGN200 - DESIGN E PRÁTICA EXTENSIONISTA II			
Depto(s) responsável(eis):	Concordância do Departamento quanto:		Visto do Chefe de Departamento
	Ao mérito	À carga horária	
DESIGN	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
CARGA HORÁRIA (CH) total: 30 horas Prática: 0 Teórica: 30 horas Teórico/prática: 0 EAD: 0			
Modalidade curricular: Obrigatória			
Atividade acadêmica de forma à distância (Resolução CEPE nº 03/09): não			
Ementa: Aborda a Extensão Universitária no Design de moda mediante temas transversais com o auxílio de ações multi e interdisciplinares. Planejamento, desenvolvimento e execução de atividades e projetos voltado para a Extensão Universitária a partir dos eixos de conhecimento do curso, com ênfase nas ações articuladas entre discentes e docentes, promovendo o papel protagonista do estudante que contribui para a sociedade e a transformação social.			
Forma de desenvolvimento da atividade Disciplina			
Contribuição ao perfil do egresso: Ao término desta disciplina o egresso será capaz de agir e exercer o seu papel de cidadão em prol das transformações sociais mediante o conhecimento educacional, cultural, científico e social junto à comunidade, numa perspectiva de interação, intercâmbio e de contribuição mútuas.			
* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade. NSA.			

Fonte: CEPE/CA (2022).

Desta maneira, apresenta-se um panorama teórico e prático básico da extensão que é expandido na disciplina de Design e Prática Extensionista III. Dá-se ênfase para “desenvolver atividades extensionistas promovendo e propondo cursos, eventos e projetos”, além de “sistematizar e divulgar o conhecimento científico produzido as comunidades empreendedoras e grupos sociais” (CEPE/CA, 2022), focando assim na construção e gestão de atividades extensionistas, não somente na sua participação, além de propor a produção de conhecimento científico ligado a esta ação, relacionando assim ensino, pesquisa

e extensão numa mesma atividade. Observa-se na Figura 26 os detalhes da ementa da disciplina de Design e Prática Extensionista III.

Figura 26 - Ementa da Disciplina de Design e Prática Extensionista III, do bacharelado em Moda da Uel.

6DGN214 - DESIGN E PRÁTICA EXTENSIONISTA III			
Depto(s) responsável(eis):	Concordância do Departamento quanto:		Visto do Chefe de Departamento
	Ao mérito	À carga horária	
DESIGN	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
CARGA HORÁRIA total: 30 horas Prática: 0 Teórica: 30h Teórico/prática: EAD:			
Modalidade curricular: Obrigatória			
Atividade acadêmica de forma à distância (Resolução CEPE nº 03/09): não			
Ementa: Desenvolver atividades extensionistas promovendo e propondo cursos, eventos e projetos em uma perspectiva articuladora com os conhecimentos abordados pelas disciplinas, visando a formação acadêmico-profissional e social. Propor estratégias que considerem problemas sociais pertinentes à prática extensionista no contexto do Design de Moda. Sistematizar e divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades empreendedoras e grupos sociais.			
Forma de desenvolvimento da atividade: Disciplina			
Contribuição ao perfil do egresso: Ao término desta disciplina o egresso será capaz de elaborar e desenvolver atividades de Extensão Universitária mediante as metodologias didático-pedagógicas por meio de cursos, eventos e projetos, criando estratégias que envolvam e considerem o processo educativo, cultural, social e científico, com a finalidade de atender as necessidades da comunidade não acadêmica.			
* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade. NSA.			

Fonte: CEPE/CA (2022).

Junto a estas AEX Indicadas, também são estabelecidas as AEX Livres, que, como dito anteriormente, são “aquelas que não necessariamente se vinculam diretamente à formação acadêmica do estudante, sendo objeto de seu interesse específico, escolhidas livremente pelo estudante” (CEPE/CA, 2021, p.2), representando um mínimo de 20% da carga horária extensionista do discente. Um ponto importante é que, para que ocorra a validação destas atividades como créditos, é necessário seguir uma das cinco modalidades instituídas pela FORPROEX, assim como comprovar o papel ativo do discente na construção da atividade, "seja na qualidade de palestrante, ministrante, organizador, membro de comissão ou congêneres" (CEPE/CA, 2021).

Somado aos formatos de curricularização da extensão, este PPC apresenta uma particularidade que o distingue dos demais, que é a inclusão de uma lista dos projetos extensionistas concluídos e em andamento do departamento, atualmente composta por:

“Pedaço de Pano: aplicação de gestão do design para o melhoramento do trabalho na confecção artesanal; A moda e a terceira idade; Ecotêxtil/Milenia - Geração de trabalho e renda em comunidade artesanal por meio do design a partir do reaproveitamento têxtil; Dignidade com estilo: o artesanato aplicado na valorização social, uma ação entre Uel e a associação Água Pura” (CEPE/CA, 2022).

Apesar desta listagem de projetos em andamento, não é estabelecido de maneira clara a articulação destes com as disciplinas extensionistas ou demais atividades de extensão dentro da estrutura curricular. Outro ponto que não é explicitado no PPC é a destinação de recursos financeiros especificamente para a curricularização da extensão.

Desta forma, a inserção da extensão universitária no currículo do curso de bacharelado em Design de Moda da Uel pode ser resumida de acordo com o Quadro 8.

Quadro 8 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Uel.

Formatos	Descrição
AEX Indicadas	Disciplina de Design e Prática Extensionista I
	Disciplina de Design e Prática Extensionista II
	Disciplina de Design e Prática Extensionista III
AEX Livres	Programas de extensão
	Projetos de extensão
	Prestação de Serviços
	Cursos
	Eventos

Fonte: Adaptado pela autora com base em CEPE/CA (2022).

Outro ponto analisado no PPC é a presença de disciplinas de Modelagem de vestuário e sua articulação curricular. No curso de Design de Moda da Uel há cinco disciplinas de Modelagem de vestuário: Fundamentos e técnicas de

modelagem; Modelagem: métodos e práticas integradas; Laboratório da Forma; Modelagem de alfaiataria: técnicas integradas e Laboratório de Forma Avançada. As disciplinas com o termo Modelagem no nome abordam conteúdos de modelagem plana, enquanto aquelas com o termo “Forma” exploram a modelagem tridimensional. Todas as disciplinas são caracterizadas por seu caráter prático, sequencial e interdisciplinar, além de integrarem um projeto interdisciplinar integrador envolvendo outras disciplinas do currículo.

Outro ponto que se destaca no PPC do curso em relação a Modelagem de vestuário é a proposição de uma pós-graduação *lato sensu* voltada para modelagem, intitulada de “Modelagem: Estratégia, Tecnologia e Inovação para o Vestuário”. Esta surgiu a partir de um mapeamento realizado com egressos do curso, em que, dos 214 pesquisados, 63% atua profissionalmente em áreas ligadas à Modelagem, e, destes, 90% consideram que sua experiência de modelagem vinda da graduação foi insuficiente. Os pesquisados que responderam indicam que as dificuldades encontradas no início de sua atuação profissional foram a falta de tempo para prática de modelagem e a falta de aprofundamento sobre este assunto. Desta maneira, esta pesquisa aponta para uma necessidade mercadológica do ensino de Modelagem de vestuário abordar seus conteúdos com mais tempo e permitindo sua exploração prática.

4.1.1.2.3 Universidade Estadual de Maringá (Uem)

Inaugurado em 2002, o curso de Moda da Uem, se destaca dos demais pela sua habilitação em “Modelagem e desenvolvimento de produto”, presente desde o início de sua implementação. Essa especialização confere ao curso sua característica mais distinta, focada em processos e conteúdos relacionados ao desenvolvimento, design e materialização de produtos de vestuário.

Seu PPC foi reformado em 2022, com implementação em 2023, como resposta à necessidade de atualizar o currículo para o contexto atual de Moda, assim como incorporar a extensão universitária ao currículo. Desta forma, o curso atualmente possui carga horária total de 3.261h, divididas entre disciplinas obrigatórias e complementares, estágio, TCC, atividades acadêmicas

complementares e atividades de extensão inseridas no curso, como pode-se observar pela Figura 27.

Figura 27 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Moda da Uem

8.3.2. Carga Horária estabelecida para o curso na UEM	Bacharelado	
	Horas/ Aula	Horas/ Relógio
a) Carga Horária em disciplinas Obrigatórias e Complementares	2928	2440
b) Carga Horária em disciplinas Optativas Obrigatórias	-	-
c) Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado	238	198
d) Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso	360	300
e) Carga Horária de Prática Pedagógica (cursos de licenciatura)	-	-
f) Carga Horária de Prática Técnico-Científica	-	-
g) Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares	153	127
h) Carga Horária de Atividades de Extensão inseridas no curso	180	150
i) Carga Horária de Conteúdos/Disciplinas modalidade EAD	-	-

Fonte: (DEG, 2022).

A Figura 27 indica que as atividades extensionistas possuem 180h de carga horária, mas também há disciplinas obrigatórias com carga extensionista, que somam 153h, totalizando 333h de extensão no currículo do curso, como pode-se observar na Figura 28. Desta forma, a Uem oferece dois formatos de extensão, disciplinas extensionistas e atividades de extensão.

Figura 28 - Distribuição de créditos extensionistas na matriz curricular do curso de Moda da Uem.

DEMONSTRATIVO DA INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA GRADUAÇÃO													
1. COMO DISCIPLINA													
Série	(A) Anual/Semestral: (S1) ou (S2)	Departamento(s)	Nome do Componente Curricular	Carga Horária Semanal em Horas/Aula ¹ (Parte NÃO Extensão – Se houver)	Atividade de Extensão								
					Carga Horária Semanal em Horas/Aula ²				Carga Horária Total no Tempo de Oferta ³ em Horas/Aula				
					Teórica	Prática	Teórica/Prática	Seminária	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Triestral/Ciclo/Otros	Semestral
1ª	S1	DDM	Materiais Têxteis II		-	-	1 h/a	-	1 h/a	-	-	17 h/a	-
1ª	S1	DDM	Projeto de Extensão Universitária e Competências		-	-	2 h/a	-	2 h/a	-	-	34 h/a	-
2ª	S2	DDM	Materiais Têxteis IV		-	-	2 h/a	-	-	-	-	34 h/a	-
3ª	S2	DDM	Moda e Inovação		-	-	2 h/a	-	-	-	34 h/a	-	-
3ª	S2	DDM	Moda e Sustentabilidade II		-	2 h/a	-	-	-	-	34 h/a	-	-
TOTAL COMO DISCIPLINA:					-	2 h/a	7 h/a	-	3 h/a	-	68 h/a	85 h/a	-
2. COMO ATIVIDADE DE EXTENSÃO (PROGRAMAS, PROJETOS, CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES A SEREM CREDITADAS)													
Série	(B) Anual/Semestral: (S1) ou (S2)	Departamento(s)	Protocolo nº	Especificação da Atividade	Atividade de Extensão								
					Carga Horária Semanal em Horas/Aula ⁴	Carga Horária Total no Tempo de Oferta ⁵ em Horas/Aula							
1ª	A	DDM	****	Projeto Integrador	-	142 h/a							
2ª a 4ª	A	DDM	****	Evento "Inspira Moda"	-	10 h/a							
2ª a 4ª	A	DDM	****	Evento Online "Semana de Moda"	-	8 h/a							
2ª a 4ª	S2	DDM	****	Evento "Palestra e Desfile TCC"	-	20 h/a							
TOTAL COMO ATIVIDADE DE EXTENSÃO					-	180 h/a							
TOTAL GERAL					333								

Fonte: DEG (2022).

As disciplinas com carga extensionista que compõe o currículo do curso de Moda da Uem, são divididas em disciplinas de caráter prático: Moda e Sustentabilidade II, e disciplina teórico-práticas: Materiais Têxteis II; Projeto de Extensão Universitária e Competências; Materiais Têxteis IV e Moda e Inovação. Ao analisar as ementas destas disciplinas é possível observar que não há citação sobre a dinâmica extensionista, a única exceção é a disciplinas de Projeto de Extensão universitária e Competências, que possui sua ementa voltada para tal, com:

"Projeto extensionista com ações de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico. O papel da universidade pública e a extensão universitária, ação social e voluntariado. Áreas temáticas de extensão. O papel do acadêmico na extensão universitária." (DEG, 2022).

As demais atividades extensionistas indicadas pelo PPC são: O Projeto integrador, realizado no primeiro ano do curso, e os eventos “Inspira Moda”, “Semana de Moda” e “Palestra e Desfile de TCC”. Não há em nenhum outro momento dentro do PPC uma explicação mais detalhada sobre estas atividades e como elas se articulam com a comunidade ou com o ensino.

Desta forma, pode-se resumir a estrutura da curricularização no curso de Moda da Uem de acordo com o Quadro 9.

Quadro 9 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Uem

Formato	Nome
Disciplina	Materiais Têxteis II
	Projeto de extensão Universitária e Competências
	Materiais Têxteis IV
	Moda e Inovação
	Moda e Sustentabilidade II
Atividade de extensão	Projeto integrador
	Evento “Inspira Moda”
	Evento online “Semana de Moda”
	Evento “Palestra e Desfile de TCC”

Fonte: Adaptado pela autora com base em DEG (2022).

Observa-se que uma das particularidades deste PPC é o fato de todas as ações extensionistas serem fixas e obrigatórias a todos os discentes, não tendo a opção de créditos livres.

Em relação às disciplinas de Modelagem de vestuário do curso de Moda da Uem, ele oferece o maior número de disciplinas voltadas para tal, tendo três de Modelagem Tridimensional, seis disciplinas de Modelagem Plana, três voltadas para Modelagem Automatizada e uma disciplina de Modelagem Criativa, totalizando treze disciplinas. Em contrapartida a essa quantidade, cada disciplina tem uma carga horária reduzida, de dois a três créditos, e possuem caráter prático, devido a isso são divididas em turmas de menos pessoas, para que o

docente possa dar a atenção necessária para cada discente em sala, mantendo uma média de 20 alunos por turma.

Um ponto que difere o curso da Uem dos demais é o caminho pedagógico das disciplinas de Modelagem onde inicia-se pela disciplina de Modelagem Tridimensional já na primeira fase, com o intuito de proporcionar aos discentes conhecimentos acerca dos materiais têxteis e sua interação com a modelagem.

4.1.1.2.4 Universidade de São Paulo (USP)

O curso de Têxtil e Moda da USP foi inaugurado em 2005 como Tecnologia Têxtil e Indumentária, e desde sua criação se diferencia dos demais cursos devido a sua aproximação com a engenharia têxtil, utilizando as Diretrizes Curriculares Nacionais das Engenharias para fortalecer e complementar as diretrizes de Design.

O Projeto Político Pedagógico (PPP)¹³ foi publicado em março de 2021 e embora não seja apresentado o motivo que levou a esta reforma curricular, pode-se supor que não tenha relação com a curricularização da extensão no curso, uma vez que esta medida não está presente em nenhum momento deste documento.

A carga horária total do curso é de 3.480, sendo divididas entre disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas, Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) e horas de trabalho, que incluem carga horária de estágio e TCC, como pode-se observar na Figura 29.

Figura 29 - Distribuição de créditos na matriz curricular do curso de Têxtil e Moda da USP

A carga horária total do curso é de 3480 horas (2310 horas aula + 30 horas em AAC - Atividades Acadêmicas Complementares + 1140 horas trabalho, sendo 62 horas de estágio).

Fonte: (USP, 2021).

¹³A Usp não utiliza o termo mais amplamente usado de Plano Pedagógico de Curso (PPC), mas sim Projeto Político Pedagógico (PPP), porém para guiar esta dissertação e manter sua unidade, será utilizado o termo PPC para designar o projeto pedagógico do curso de Têxtil e Moda da Usp.

Assim, as atividades com créditos extensionistas não estão listadas na carga horária do curso, da mesma forma que não são integradas à matriz curricular no formato de disciplina. Neste PPC, as atividades extensionistas são mencionadas apenas como uma das opções dentro das AACs, conforme a Resolução nº 7.788 de 2019 (CoG, CoCEx e CoPq, 2019, grifo nosso, n.p.), que destaca:

privilegiar o enriquecimento e a formação profissional, científica, social e cultural do estudante, podendo ser realizadas de acordo com seu interesse e afinidade, nas áreas de ensino e formação sociocultural, responsabilidade social e interesse coletivo, pesquisa e formação profissional e **extensão** e aperfeiçoamento

O curso de Têxtil e Moda da USP tem perfil diferente dos demais cursos analisados, reiterado no seu alinhamento com as diretrizes curriculares da engenharia, e por isso dedica menos ênfase aos processos produtivos de vestuário em relação aos processos têxteis. Ele oferece somente duas disciplinas de Modelagem de vestuário: Projeto e Modelagem I e II, que abordam conteúdos de Modelagem assim como projetuais. Essas disciplinas são do 4º e 5º semestre, possuem caráter prático e valem quatro créditos cada, mas não é explícito a divisão das disciplinas em turmas menores.

Somando a estas, ainda há a oferta de disciplinas optativas voltadas para Modelagem de vestuário, sendo essas “Alfaiataria” e “Experimentações em Modelagem e Moulage”, ambas com caráter prático e dois créditos cada, indicadas para serem realizadas na 7º fase do curso.

Assim, como não há curricularização no PPC do curso de Têxtil e Moda da Usp sob nenhum formato, não é possível utilizar essa instituição para analisar este aspecto da pesquisa. A análise pode ser realizada somente para caracterizar as disciplinas de Modelagem de vestuário desta instituição.

4.1.1.2.5 Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg)

O curso de Design de Moda da Uemg foi criado em 2020, após a publicação da Resolução nº 7, que instituiu a curricularização da extensão. Assim, seu PPC já foi criado com essa demanda em mente, diferenciando-se dos outros cursos analisados, que passaram por uma reforma curricular. Outro diferencial do

Design de Moda da Uemg em relação às demais instituições é sua integralidade com a Escola de Design, tendo estreita ligação com os demais cursos de Design da instituição e compartilhando seu ciclo básico de disciplinas durante o primeiro ano letivo.

Desta forma, o 1º ano do curso é um ciclo comum, e a partir do 2º ano são introduzidos os conteúdos específicos de Moda, tendo o 2º e 3º ano como um ciclo de qualificação e o 4º e último ano como aperfeiçoamento. A carga horária total que compõe esta estrutura é de 3.210 horas, distribuídas entre disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, atividades complementares, estágio, TCC, e atividades de extensão universitária.

Das horas totais do curso, 330h são destinadas à extensão universitária, incorporadas ao currículo exclusivamente no formato de atividades extensionistas. Estas atividades podem ser realizadas nos seguintes formatos estabelecidos pela instituição: "Participação de projetos de extensão; Palestras, exposições ou mostras; Oficinas, treinamentos, workshops ou cursos; Seminário, congresso ou eventos afins e participação em Concurso" (COEPE, 2020). Para validação curricular a Uemg estabelece alguns critérios, dispostos na coluna "Descrição" da Figura 30, de forma a garantir que as atividades realizadas estejam alinhadas com os objetivos da extensão.

Figura 30 - Formatos de extensão aceitas no Curso de Moda da Uemg.

CÓDIGO AEx	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO	COMPROVAÇÃO E AVALIAÇÃO	HORAS VALIDADAS	LIMITE VALIDÁVEL
01	Participações em projetos de extensão:	Ações de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, realizadas com e/ou para público específico, com objetivos e prazos determinados. Incluem a prestação de serviços conforme regulamentada pela Universidade	Comprovação e avaliação em formulário próprio da coordenação de extensão pelo professor responsável pelo evento	Mínimo de 15 h por projeto Máximo de 60 h por semestre	240 horas
02	Palestras, exposições ou mostras.	Atividades de alunos como participantes na elaboração e apresentação de eventos que tenham relação com o curso no qual estão matriculados.	Comprovação e avaliação em formulário próprio da coordenação de extensão pelo professor responsável pelo evento	Mínimo de 05 h por evento e máximo de 30 h por semestre	90 horas
03	Oficinas, treinamentos, workshops ou cursos.	Atividades de alunos na elaboração e apresentação de eventos que tenham relação com o curso no qual estão matriculados	Comprovação e avaliação em formulário próprio da coordenação de extensão pelo professor responsável pelo evento	Mínimo de 05 h por evento e máximo de 45 h por semestre	90 horas
04	Seminários, congressos, ou eventos afins.	5.1 - Atividades de alunos na elaboração e apresentação de eventos que tenham relação com o curso no qual estão matriculados.	Comprovação e avaliação em formulário próprio da coordenação de extensão pelo professor responsável pelo evento	Mínimo de 05 horas por evento e 30 h por semestre	90 horas
		5.2 – Atividades de alunos apresentando trabalhos em eventos que tenham relação com o curso no qual estão matriculados	Apresentação de documento comprobatório e cópia do trabalho apresentado	Máximo de 05 h por apresentação e 30 h por semestre	90 horas
05	Participações em Concursos:	Participações em concursos propostos a alunos, com tema afim ao curso que freqüenta.	Apresentação de documentos comprobatório e cópia do projeto apresentado.	15 h – para aluno participante da etapa eliminatória 30 h – para aluno selecionado.	150 horas

Fonte: (COEPE, 2020).

Além destes critérios estabelecidos na Figura 30, ainda apresenta-se a quantidade de horas que podem ser validadas por cada atividade. Nestes formatos destaca-se a importância da atuação proativa do aluno, valorizando seu engajamento na criação de eventos e cursos, e não apenas sua participação de forma passiva.

Desta maneira, pode-se resumir o papel da extensão no currículo da Uemg de acordo com o Quadro 10.

Quadro 10 - Resumo das formas de inserção da extensão universitária dentro do currículo do curso de bacharelado em Moda da Uemg

Formato	Nome
Atividade extensionista	Participação em projetos de extensão
	Palestras, exposições ou mostras
	Oficinas, treinamentos, workshops ou cursos
	Seminário, congresso ou eventos afins
	Participação em concursos

Fonte: (COEPE, 2020).

O currículo do curso de Design de Moda da Uemg é particular e se difere dos demais ao apresentar não somente um ciclo comum de design, mas também uma estrutura rizomática, onde os discentes podem escolher seu percurso de disciplinas de maneira livre e interconectada. Devido a isso, o número de disciplinas obrigatórias voltadas exclusivamente para conteúdo de Moda é reduzido, estando presente somente nas fases de qualificação, que ocorrem do 3º ao 6º semestre.

Por causa dessa estrutura, há somente uma disciplina obrigatória de Modelagem de vestuário no curso, chamada de “EG - Representação Tridimensional de Moulage”, realizada preferencialmente na 4º fase do curso, possuindo quatro créditos e de caráter prático. Somado a esta há optativas voltadas para este tópico, como a “Modelagem de Calçados”, “Modelagem Plana de Vestuário”, “Moulage - Modelagem Experimental Avançada” e “Alfaiataria”, que podem ser realizadas a partir da 4º fase e não possuem uma ordem sequencial explícita. Desta maneira o único conteúdo obrigatório de Modelagem é o de *moulage*, diferindo assim dos demais cursos que abordam os demais tipos de Modelagem de vestuário.

4.1.1.2.6 Síntese dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs)

A partir das apresentações individuais dos PPC, voltados para a curricularização da extensão e para a presença de disciplinas de Modelagem de vestuário nos currículos, foram construídas duas matrizes que sintetizam o conteúdo apresentando. Estes quadros facilitam a Exploração do Material, permitindo uma comparação prática entre os dados encontrados nesta pesquisa documental com aqueles obtidos na pesquisa de campo.

Para tal identificou-se itens chave da curricularização da extensão e das disciplinas de Modelagem de vestuário para serem destacados. Quanto à extensão, foram selecionadas as cargas horárias dos cursos, os formatos de curricularização adotados pela instituição, a divisão de horas para cada formato, os critérios de validação de horas extensionistas, a relação com projetos e programas extensionistas já existentes e o orçamento destinado a isso, como pode-se observar no Quadro 11.

Quadro 11 - Comparativo da inserção da extensão nos PPCs em cursos de Moda de universidades públicas estaduais brasileiras.

		Udesc	Uel	Uem	USP	Uemg
Horas totais do curso		3.042h	2.945h	3.261h	3.480h	3.210h
Horas totais de extensão		324h	295 h	333h	30h	330h
Formatos	<i>Atividades de extensão</i>	126h UCE-V e UCE-NV	95h AEX Livres	153h Atividades de extensão	30h AACs	330h de atividades de extensão
	<i>Disciplinas de extensão</i>	198h Disciplinas Mistas - 11 Disciplinas Mistas; obrigatórias	200h AEX Indicadas - 3 Disciplinas exclusivas de extensão; obrigatórias	180h Disciplinas de extensão - 4 Disciplinas Mistas e 1 Disciplinas exclusiva de extensão; obrigatórias	Não possui este formato de extensão	Não possui este formato de extensão
Validação dos créditos		Critérios Claros: UCE-V: atividades	Critérios claros: Atividades em um das 5	Como não há atividades livres de extensão,	Não cita critérios para validação de créditos de	Critérios claros: Formulário do

	dentro dos projetos associados ao departamento de Moda UCE-NV: apresentação de certificado ou declaração válida	modalidades de extensão, cuja participação do discente tenha sido ativa, ocupando o papel de “palestrante, ministrante, organizador, membro de comissão ou congêneres”	todas são predeterminadas, não há critérios para sua validação além de realizá-las.	extensão, uma vez que este formato de creditação não é presente no currículo.	coordenador da atividade ou outros documentos comprobatórios.
Relação com projetos do departamento	UCE-V se referem a atuação em projetos e programas do próprio departamento de Moda	Lista de projetos existentes, mas sem relação clara entre a extensão curricularizada e os projetos existentes.	Não aborda projetos de extensão já existentes	Não aborda projetos de extensão já existentes	Considera a atuação em projetos de extensão, mas não cria uma ponta explícita com os projetos e programas já existentes no centro
Orçamento	Não cita nada sobre o assunto	Não cita nada sobre o assunto	Aborda informações sobre a distribuição de bolsa de extensão para discentes	Não cita nada sobre o assunto	Não cita nada sobre o assunto

Fonte: Adaptado de Udesc (2023), CEPE/CA (2022), DEG (2022), USP (2021) e COEPE (2020) pela autora (2024).

Como já citado anteriormente, o PPC do curso de Têxtil e Moda da Usp não compõe esta síntese voltada para a curricularização da extensão, uma vez que não a incorpora. Porém em relação às disciplinas de Modelagem de vestuário, ele está presente.

Desta forma, constrói-se uma outra matriz voltada para a presença de disciplinas de Modelagem de vestuário nos PPCs dos cursos de Moda de universidades públicas estaduais brasileiras, apresentada no Quadro 12. Focou-se na quantidade de disciplinas de Modelagem de vestuário, sejam elas obrigatórias ou optativas, sua caracterização em termos de enquadramento como

teórico, prático ou teórico-prático, o caminho curricular das disciplinas, que inclui os conteúdos apresentadas e sua ordem, a possibilidade de divisão da disciplinas em turmas e em relação às entregas avaliativas dessas disciplinas.

Quadro 12 - Comparativo da inserção de disciplinas de Modelagem de vestuários nos PPCs em cursos de Moda de universidades públicas estaduais brasileiras.

		Udesc	Uel	Uem	USP	Uemg
Disciplinas	Obrigatórias	5	5	13	2	1
	Optativas	0	0	0	3	3
Caráter		Prática	Prática	Prática	Prática	Prática
Caminho curricular		<p>3º Fase - Modelagem de vestuário Infantil e Masculino - <i>Plana</i></p> <p>4º Fase - Modelagem Básica de Vestuário Feminino - <i>Plana</i></p> <p>5º Fase - Modelagem Avançada de Vestuário Feminino - <i>Plana</i></p> <p>6º Fase - Modelagem Tridimensional - <i>Moulage</i></p> <p>7º Fase - Tecnologia prototipada de vestuário - <i>Computadorizada plana e 3D</i></p>	<p>1º Ano - Fundamentos e técnicas de modelagem - <i>MODThink</i></p> <p>2º Ano - Modelagem: métodos e práticas integradas - <i>MODthink</i></p> <p>2º Ano - Laboratório de Forma - <i>Moulage</i></p> <p>3º Ano - Modelagem de alfaiataria: técnicas integradas - <i>MODThink</i></p> <p>3º Ano - Laboratório de Forma Avançada - <i>Moulage</i></p>	<p>1º Fase - Modelagem 3D I e Modelagem Plana I</p> <p>2º Fase - Modelagem 3D II e Modelagem Plana II</p> <p>3º Fase - Modelagem 3D III, Modelagem Plana III e Modelagem Automatizada I</p> <p>4º Fase - Modelagem Plana IV e Modelagem Automatizada II</p> <p>5º Fase - Modelagem Plana V e Modelagem Automatizada III</p> <p>6º Fase - Modelagem Plana VI e</p>	<p>4º Fase - Projeto e Modelagem I - <i>Plana e Moulage</i></p> <p>5º Fase - Projeto e Modelagem II - <i>Plana e Moulage</i></p> <p>Optativa - 7º Fase - Experimentos em Moulage e Modelagem Plana e Alfaiataria I</p> <p>Optativa - 8º Fase - Alfaiataria II</p>	<p>4º Fase - EG Representação Tridimensional Moulage</p> <p>Optativa - Sem fase específica - Modelagem Plana do Vestuário, Moulage - Modelagem Experimental Avançada e Alfaiataria</p>

			Modelagem Criativa		
Divisão das disciplinas	Divide em 3 turmas de 15 alunos	O PPC não indica uma divisão das disciplinas por turmas	Divide em 2 turmas de 20 alunos	O PPC não indica uma divisão das disciplinas por turmas	O PPC não indica uma divisão das disciplinas por turmas
Entregas e avaliação	Entrega de projeto autoral	Participação de um projeto integrador	O PPC não especifica métodos avaliativos e entregas para as disciplinas	Apresentação de um portfólio de Modelagem e <i>moulage</i>	O PPC não especifica métodos avaliativos e entregas para a disciplina
Particularidade		Proposição de uma pós-graduação em Modelagem de vestuário			

Fonte: Adaptado de Udesc (2023), CEPE/CA (2022), DEG (2022), USP (2021) e COEPE (2020) pela autora (2024).

Desta maneira, os dados coletados nesta pesquisa documental dos PPCs do curso de Moda, foram preparados e sintetizados de forma a permitir a etapa seguinte da Análise de conteúdo, a Exploração do material.

4.1.2 Preparação da Pesquisa de Campo

Para preparar os dados coletados na pesquisa de campo para a Análise de conteúdo, foi necessário seguir algumas etapas. Para as entrevistas, a preparação envolveu a transcrição dos áudios gravados, utilizando uma Inteligência Artificial (IA) especializada em transcrição. No caso dos dados provenientes dos questionários, o processo de preparação foi mais complexo.

4.1.2.1 Questionário para bolsistas de extensão

O questionário, cujas perguntas estão dispostas no Apêndice D desta dissertação, foi inserido em uma plataforma *online* para facilitar seu envio e aplicação. Em seguida, ele foi enviado por e-mail para as 15 bolsistas do Departamento de Moda da Udesc. Foram enviados três e-mails de lembrete e

incentivo à participação da pesquisa, apesar disso, apenas 4 respostas foram recebidas, representando 26% do total de destinatárias.

O questionário se inicia com uma contextualização da pesquisa, apresentando seus temas e objetivos, em seguida há uma pergunta solicitando o consentimento do participante para o uso dos dados coletados no questionário. Todas as respostas a essa pergunta foram positivas, indicando que todos os participantes aceitaram participar da pesquisa.

Após essa pergunta inicial, o questionário é dividido em três partes: Introdução e extensão universitária; Inclusão de atividades extensionistas no currículo; e Disciplinas de Modelagem de vestuário. Os dados coletados estão disponíveis no Apêndice E desta dissertação e resumidos na Figura 31, que foi estruturada com base nas etapas do questionário.

Figura 31 - Diagrama dos dados coletados pelo questionário.



Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base na pesquisa de campo.

Com a preparação dos dados da pesquisa de campo concluída, pode-se agrupá-los com os dados da pesquisa documental. Permitindo reunir todas as informações para avançar para a próxima etapa da análise: a Exploração do material.

4.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Com todos os dados selecionados e preparados, pode-se avançar para a etapa de Exploração do Material. Essa fase se inicia com a codificação dos materiais reunidos, atribuindo *tags*, ou etiquetas, aos conteúdos. Essas *tags* foram guiadas pelas categorias e subcategorias de análise pré-definidas, mas não se limitando a elas. À medida que novas informações surgiram, foi necessário revisar essas categorias.

Após a codificação, foi realizada a classificação dos conteúdos, também orientado pelas categorias e subcategorias de análise. Desta forma, desenvolveu-se uma matriz com todos os dados coletados nas pesquisas de campo, documental e bibliográfica, devidamente organizados. Essa matriz dos dados categorizados após a exploração do material pode ser encontrada no Apêndice F desta dissertação.

A partir desta matriz, foi possível passar para a etapa seguinte de análise dos dados, o tratamento dos resultados e interpretação.

4.3 TRATAMENTO DOS RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO

Realizadas a Pré-análise e a Exploração do material disposto na matriz estruturada com base nas categorias e subcategorias de análise, é possível ter um panorama geral de todos os dados coletados. Esta visão ampla permite observar aspectos gerais dos dados, assim como criar pontes entre os conteúdos dispostos, identificando aproximações e divergências entre eles, de forma a complementá-los, assim como identificar possíveis lacunas.

Assim, foi realizada uma articulação entre os conteúdos, fazendo-os dialogar entre si no formato de um texto-síntese, dando uma base mais completa para a construção do modelo conceitual. Para tal, estrutura-se o texto em quatro partes, de acordo com as categorias de análise: Grade Curricular, Processo de curricularização da extensão, Comunidade Externa e Disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário. Desta maneira, o Quadro 13 recaptura as categorias e subcategorias apresentadas no capítulo anterior.

Quadro 13 - Categorias e subcategorias finais de análise.

Categoria de análise	Subcategoria de análise	
Grade Curricular	Projeto pedagógico de curso	
	Carga horária extensionista	
	Modalidades da curricularização	
	Atividades extensionistas	Modalidades de extensão
		Critérios de validação de créditos
	Disciplinas extensionistas	Ementas
		Atividades didático-pedagógicas
Papel do discente em sala de aula		
Processo de curricularização da extensão	Recursos para a implementação da curricularização	
	Papel discente na reforma curricular	
	Dificuldades no processo de curricularização	
	Oportunidades no processo de curricularização	
Comunidade Externa	Busca e Primeiro Contato com a Comunidade	
	Canais de comunicação	
	Formalização dos acordos	
	Demandas da comunidade	
	Perfil da Comunidade	
Disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário	Estrutura de disciplinas	
	Conteúdos disciplinares	
	Atividades didático-pedagógicas	
	Avaliação pedagógica	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Utilizando as categorias de análise como guia para a construção dos textos, estes são estruturados de acordo com as subcategorias de análise, garantindo que todas as informações identificadas nas etapas anteriores se encontram presentes nesta síntese.

4.3.1 Grade Curricular

Quando se trata da inclusão de créditos extensionistas nos currículos de cursos bacharelados de Moda, a grade curricular ocupa um espaço de destaque. É nela que os créditos extensionistas são incorporados, sendo fundamental entender sua estrutura e características, com foco nos cursos abordados nesta dissertação. Optou-se por utilizar o termo “Grade Curricular” e não “Grade Curricular Reformada” uma vez que a pesquisa documental indicou que alguns cursos foram criados já com a integração da extensão.

Assim, este texto-síntese seque as subcategorias de análise apresentadas no capítulo anterior, começando pelos dados coletados sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a carga horária extensionista que o compõe. Em seguida, são abordadas as modalidades de curricularização utilizadas no curso, que se dividem em atividades extensionistas, incluindo suas modalidades de extensão e critérios de validação, e disciplinas extensionistas, detalhando suas ementas, plano de ensino, atividades pedagógicas e explorando o protagonismo do discente em sala de aula.

O PPC é o documento que estrutura e orienta o curso superior, por isso deve ser mantido sempre atualizado e em conformidade com as exigências legais e institucionais. Portanto, é necessário reformá-lo periodicamente para garantir sua atualidade e relevância. A pesquisa bibliográfica indica que este documento é estruturado em dois itens principais: a concepção do curso e a proposta pedagógica. Em uma reforma, ambos podem ser alterados, mas no contexto da curricularização da extensão, a proposta pedagógica é mais impactada, pois é nela que se encontra a matriz curricular. Contudo, é fundamental também considerar a concepção do curso neste processo.

Ao construir a curricularização da extensão, é essencial considerar o perfil do curso, alinhando os objetivos institucionais, de programa e de extensão. Também deve-se levar em conta as características específicas do curso, como a disponibilidade de vagas e o turno de atuação. A quantidade de vagas determina a dimensão das atividades extensionistas possíveis, enquanto o turno do curso define os horários em que essas atividades podem ocorrer.

O tópico do turno do curso se torna algo mais importante ao considerar cursos noturnos que, para garantir que os discentes possam completar o curso dentro do próprio departamento, precisam oferecer estas atividades também no período noturno. Na pesquisa de campo, foi observado que, no caso da Udesc, por se tratar de um curso vespertino/noturno, as atividades extensionistas foram ofertadas aos finais de semana, já que os sábados são considerados dias letivos. Assim, é necessário verificar a disponibilidade de horários para alocar estas atividades, respeitando os dias e horários letivos, bem como os horários de aulas.

Compreender e respeitar a concepção do curso permite uma atuação mais enfática na proposta pedagógica para incluir a extensão, mas isso não significa necessariamente uma reforma pontual. Para incluir créditos extensionistas na estrutura curricular, são necessárias adaptações que garantam uma jornada acadêmica equilibrada, viável e proveitosa, além de assegurar que o perfil desejado de egresso seja alcançado. Isso pode incluir reestruturar disciplinas, mesclá-las, alterar sua carga horária ou modificar suas ementas, conforme apontado pela pesquisa documental e de campo. Além disso, é uma oportunidade para atualizar as ementas e bibliografias das disciplinas.

Essas mudanças se mostram alinhadas com a demanda discente identificada na pesquisa de campo, para fazer alterações curriculares que visam reduzir a quantidade de avaliações ao longo do curso. Os alunos relataram que, devido ao currículo denso em disciplina e avaliações, acabam tendo que priorizar algumas disciplinas em detrimento de outras. Para garantir um melhor aproveitamento e permitir que os alunos se dediquem a todas as disciplinas, é necessário buscar soluções para essa questão. Na Udesc, isso foi feito através de algumas medidas: a unificação de disciplinas, combinando também suas avaliações; a transformação de disciplinas únicas em interdisciplinares, permitindo a combinação de avaliações; e o aumento de carga horária de certas disciplinas, dando mais tempo para o docente ensinar e os alunos para absorver e trabalhar os conteúdos dentro da sala de aula.

Além da estrutura curricular, outros elementos que compõem a proposta pedagógica são: o perfil do egresso; as avaliações; o corpo docente; a infraestrutura e o orçamento do curso. O perfil do egresso e as avaliações estão diretamente ligados à atuação em sala de aula e são detalhados no plano de

ensino de cada disciplina. Já o corpo docente, infraestrutura e o orçamento são considerados recursos do curso, podendo ser agrupados nesta categoria.

Para implementar e desenvolver atividades e disciplinas de extensão integradas ao currículo de forma ideal, são necessários recursos diversos, como docentes responsáveis, equipe técnica de apoio, verba financeira e disponibilidade de estrutura física. O uso do termo "ideal" neste contexto é proposital, pois tanto a pesquisa documental quanto a pesquisa de campo indicam uma realidade diferente. Nenhum recurso específico para a curricularização da extensão foi identificado nos PPCs mapeados nem no processo de reforma da Udesc. O item de recursos do curso também aparece na categoria de análise seguinte, de "Processo de curricularização da extensão", sendo discutido em ambos os textos.

Dentro dos recursos disponíveis num curso superior, um dos principais é o corpo docente, especialmente os professores que atuam na extensão. A pesquisa de campo revela algumas questões que surgem com a curricularização da extensão relacionadas aos docentes, como sua carga horária individual, e a proporção docentes efetivos e substitutos. Todo curso com projetos e programas extensionistas conta com docentes extensionistas, no entanto, estes dividem seu tempo entre ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, portanto, inserir mais ações de extensão na sua carga horária se torna inviável.

O corpo docente também é composto por professores substitutos, que em alguns casos podem representar grande parte do total de professores, e que não atuam em funções de pesquisa, extensão ou administrativas, voltando-se exclusivamente para o ensino. Essa proporção considerável de docentes substitutos indica uma precarização da estrutura do ensino superior, mas, por outro lado, oferece uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades extensionistas disciplinares, uma vez que estes docentes podem se dedicar integralmente ao ensino, conforme apontado pela pesquisa de campo.

Outro recurso essencial é o orçamento destinado às atividades de extensão. Muitas dessas atividades envolvem custos, como transporte para a comunidade, estrutura para expositores, materiais diversos para cursos e oficinas, divulgação das atividades, sendo estes alguns dos exemplos identificados nas pesquisas de campo e documental. Mesmo assim, no mapeamento dos PPCs

nenhum alocava orçamento para este fim, já no levantamento de normativas, foi identificado um edital específico da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade (PROEX) para distribuição de recursos para programas e projetos de extensão.

Ao analisar este edital, percebe-se que as atividades curricularizadas de extensão não possuem classificação específica, estando enquadradas na linha geral e competindo com todos os programas não permanentes e projetos extensionistas da instituição. Outro ponto importante é que o edital é publicado a cada dois anos, o que requer que o planejamento das atividades curriculares extensionistas seja feito com muita antecedência, exigindo uma previsão cuidadosa das necessidades que surgirão durante a interação com a comunidade.

Isso levanta algumas questões: Como realizar atividades extensionistas, que demandam logística, tempo e investimento, com os recursos já existentes? Como evitar sobrecarregar o corpo docente ao intensificar sua carga extensionista? Como distribuir os recursos financeiros de forma ágil e segura para atender as necessidades identificadas durante a organização das atividades de extensão?

Essas questões, por abordarem esferas estruturais do ensino superior que extrapolam o escopo desta pesquisa, não podem ser respondidas somente com esta dissertação, mas se mostram importantes de serem levantadas e trabalhadas para dar um panorama mais real da complexidade do assunto.

Assim, foi realizado um compilado de dados sobre o PPC, permitindo um entendimento geral além de identificar pontos-chave para integrar ao modelo conceitual. Alguns desses pontos merecem um olhar mais cuidadoso, como a carga horária destinada às atividades de extensão.

A legislação indica que atividades de extensão devem compor no mínimo 10% da carga horária de todos os cursos de graduação do Brasil, mas a forma específica com que isso ocorre está a cargo da instituição decidir. Desta forma, existem duas modalidades identificadas pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, para integrar a extensão nos currículos: por meio de atividades curriculares extensionistas e disciplinas extensionistas.

A forma com que se decide a distribuição de carga horária entre estas modalidades revela muito sobre os objetivos, limitações e possibilidades da instituição para a implementação das atividades, e nem sempre isso é claramente expresso no documento. Na pesquisa de campo, foi identificado que na Udesc o critério usado foi o conforto do docente responsável pelas atividades extensionistas, permitindo-lhes decidir o quanto se sentiam à vontade para assumir essa responsabilidade. Esse critério reflete a preocupação com o aumento da carga de trabalho dos docentes, especialmente considerando que no momento o curso possui um corpo docente pequeno, e quase metade dos professores são substitutos. À medida que os docentes amadureceram em relação a este assunto, sentiram-se mais confiantes em incluir créditos extensionistas em suas disciplinas. Como resultado, a distribuição inicial mudou de uma maioria de atividades extensionistas para uma maioria de disciplinas extensionistas.

Outros critérios também são considerados neste processo, como a estrutura das disciplinas para permitir a inclusão de atividades extensionistas, assim como os projetos e programas de extensão do departamento para expandir suas atividades. Um dos pontos levantados na pesquisa de campo foi a preocupação dos docentes com a escassez de tempo para abordar seus conteúdos junto com as atividades comunitárias, além da necessidade de preparar os discentes para a interação com o público externo. Em contrapartida, desenvolver atividades extensionistas excessivamente baseadas nos projetos e programas extensionistas do departamento requer uma intensificação de suas atividades a fim de atender o grande número de alunos, o que pode resultar em sobrecarga se não for gerenciado adequadamente.

Uma outra preocupação destacada na pesquisa de campo é a obrigatoriedade da inclusão da extensão no currículos. Como esta demanda vem de instâncias superiores, todos os envolvidos tiveram que se adaptar, enfrentando desafios como garantir uma adesão genuína e transformar esse processo em algo positivo para todos.

Na pesquisa documental e de campo, foram encontradas algumas soluções para esse desafio. Parte dos currículos mapeados propõem a distribuição equilibrada dos formatos de curricularização, a inclusão de atividades

externas e atividades livres, permitindo que os discentes escolham quais atividades extensionistas realizar e como realizá-las. Na pesquisa de campo, as discentes demonstraram uma preferência unânime pela liberdade no currículo, onde todas responderam positivamente a um equilíbrio de formatos extensionistas livres. Nesta questão poderiam ser selecionadas mais de uma resposta, desta forma metade das estudantes também apoiou a ideia de disciplinas optativas mistas, enquanto 25% selecionou atividades de extensão livres.

Este grau de liberdade se mostra como um elemento importante para a curricularização da extensão, pois incentiva um maior engajamento e traz flexibilidade ao currículo. Além disso, permite ao discente ser proativo na construção de sua jornada acadêmica, deixando-a mais personalizada e focada em seus interesses. Por outro lado, aumentar o grau de liberdade pode tornar o processo de validação de créditos mais complexo, exigindo documentação e critérios mais rígidos para evitar fraudes e garantir o cumprimento dos objetivos da atividade.

Desta forma, a partir dos critérios selecionados por cada instituição para distribuir essa carga horária nos formatos de curricularização existentes, mostra-se importante destrinchar os próprios formatos, para entender como se apresentam para além da teoria, e com as limitações que a realidade apresenta para cada um.

A primeira modalidade de curricularização da extensão é a atividade curricular extensionista, que é aquela integrada ao currículo mas realizada fora da sala de aula, podendo estar vinculada a programas e projetos de extensão já existentes no departamento ou de forma isolada. Elas devem ser construídas de acordo com as modalidades de extensão indicadas pela FORPROEX, que são: Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de serviços. Seguindo essa estrutura, cada instituição adota seus próprios desdobramentos e normas internas para regular essas modalidades, que devem ser observadas e respeitadas na curricularização.

Dado que as práticas variam entre as instituições, é essencial estabelecer critérios claros de validação destes créditos de extensão, para garantir coerência entre a atividade extensionista e os objetivos da curricularização. O principal

critério identificado na pesquisa documental é a apresentação de documento comprobatório, como formulário, comprovante ou declaração, emitido pela pessoa responsável pela atividade. Este documento deve reforçar a atuação protagonista do discente, destacando seu papel como palestrante, organizador, ministrante, membro de comissão ou função semelhante na atividade.

A pesquisa documental também revela que instituições com atividades extensionistas pré-determinadas no currículo não estabelecem critérios de validação, pois esta ocorre dentro da própria atividade. Portanto, a validação de créditos está associada a atividades livres, e para sua implementação é necessário estabelecer um processo administrativo próprio, além de equipe dedicada, portanto, esta nova demanda operacional deve ser considerada ao planejar a curricularização da extensão.

As disciplinas extensionistas, segunda modalidade de curricularização, podem ser exclusivamente voltadas para a extensão, abordando a teoria e prática destas atividades, ou podem ser mistas, combinando conteúdos curriculares de disciplinas já existentes com atividades extensionistas. Cada instituição define internamente quais formatos adotará, podendo optar por ambos formatos de disciplinas, ou somente um deles. Dado que o recorte desta dissertação que trata de disciplinas mistas de extensão, este será o foco da análise.

Disciplinas mistas, por serem uma adaptação de disciplinas convencionais em vez de algo totalmente novo, geraram dúvidas entre os docentes. A principal preocupação trazida foi o aumento de demandas internas da disciplina e a adaptação da dinâmica de sala de aula para incluir novos conteúdos sem prejudicar os já existentes. Além disso, a necessidade de preparar os estudantes para atuar junto a comunidade se mostrou um desafio, uma vez que no corpo discente identifica-se pessoas muito tímidas e com pouco traquejo social, pessoas com deficiência (PCDs), autismo, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e outras condições que requerem uma preparação mais cuidadosa e atenciosa.

Para lidar com essa situação, foram adotadas algumas medidas, conforme apontado na pesquisa de campo. No caso da Disciplina Mista de História da Arte do curso de Moda da Udesc, a disciplina foi dividida em turmas menores,

permitindo que o professor dedique mais atenção a cada aluno e consiga lidar melhor com essas questões levantadas.

Essa divisão, comum em disciplinas práticas deste curso, confirma a transformação de História da Arte de puramente teórica para teórico-prática. Isso demonstra que esta caracterização de uma disciplina pode mudar ao introduzir atividades extensionistas nela e que diversos tipos de disciplinas, não apenas as práticas, podem incorporar esse caráter. A pesquisa documental também identificou que, em todos os currículos com Disciplinas Mistas, "Moda e Sustentabilidade" se enquadra nessa categoria. Entende-se que, devido ao seu alinhamento com as áreas temáticas prioritárias estabelecidas pela FORPROEX, essa disciplina assume caráter extensionista e representa uma solução para atender a muitos dos requisitos necessários para ter uma curricularização da extensão bem sucedida.

Para que essa mudança ocorra, é necessário atualizar a ementa das disciplinas, texto que orienta o desenvolvimento da disciplina e estabelece os conteúdos a serem abordados. A pesquisa documental revelou que, muitas vezes, as atividades extensionistas das disciplinas não são detalhadas na ementa, podendo haver nenhuma citação a este tema, ou somente o acréscimo do termo "Atividades Extensionistas" à ementa tradicional. Em disciplinas puramente extensionistas isso não se apresenta, pois por seu caráter teórico em relação a extensão, identifica-se ementas mais elaboradas e claras quanto a este assunto.

A falta de clareza pode ser atribuída à rigidez das ementas, já que qualquer alteração precisa passar por uma série de processos burocráticos, tornando a atualização um processo lento. Assim, torna-se mais estratégico incluir poucas especificações neste texto, no entanto, uma ementa vaga não direciona adequadamente o docente responsável, abrindo espaço para interpretações pessoais em relação à atividade extensionista.

Essa falta de direcionamento pode ser combatida com outras estratégias, como a interdisciplinaridade entre disciplinas, conforme apontado na pesquisa de campo. Essa abordagem incentiva a interação entre docentes, permitindo que a atuação de um seja complementada pelos demais, criando um espaço de apoio e orientação coletiva. Essa dinâmica também se mostra oportuna ao pensar na

quantidade de professores substitutos que integram o corpo docente, que muitas vezes assumem o cargo com pouca experiência e direcionamento, favorecendo assim mais trocas com os demais professores.

A interdisciplinaridade associada a disciplinas extensionistas também interfere em outros aspectos de sala de aula, como a dinâmica de avaliação, que pode ser compartilhada com as demais disciplinas, ou o próprio cronograma de aula, que precisa respeitar e acomodar os prazos dos diversos atores envolvidas, tornando-o mais rígido. Essa rigidez pode ser um complicador, pois uma disciplina é constantemente adaptada à turma, a atividade e ao contexto em que está inserida, portanto, precisa de certa flexibilidade mesmo quando não associada a ações extensionistas.

Portanto, é essencial observar a característica de interdisciplinaridade nas disciplinas ao transformá-las em extensionistas. Quando essas características já existem, é importante articular as atividades de extensão de forma a aproveitar e ampliar essas conexões. Se a interdisciplinaridade ainda não está presente, incorporá-la pode ser oportuno para proporcionar maior integração entre os diferentes campos do conhecimento, além de melhorar a orientação dos docentes.

As atividades extensionistas, assim como a dinâmica interdisciplinar, expande as atividades didático-pedagógicas para além da sala de aula. Elas trazem novas perspectivas e atores para essa dinâmica, instigando os discentes a se desacomodar, conforme apontado pela pesquisa de campo, ocupando assim um papel chave no processo de aprendizagem.

No exemplo da disciplina de História da Arte, o docente responsável buscou instigar a pesquisa por parte dos discentes para a construção de uma oficina aberta ao público, trazendo elementos de iniciação científica e incentivando a busca por referências teóricas para fortalecer a prática extensionista. Neste processo, o docente se colocou no papel de mediador, orientando os discentes a realizar a pesquisa de forma autônoma e protagonista. Essa proposta de iniciação científica, além de fortalecer o tripé universitário de pesquisa, ensino e extensão, também solidifica uma das funções de cursos bacharelados, de iniciar a formação de professores na área, conforme apontou o professor de História da Arte.

Para que este processo de desacomodação se tornasse possível, foi necessário um aumento de carga horária da disciplina, que originalmente tinha dois créditos, e atualmente tem quatro. Esse tempo a mais permite uma dinâmica de aula em três partes, uma primeira teórica explorando um texto que aborda os conteúdos disciplinares, um intervalo, e uma segunda parte prática, voltada para a atividade extensionista realizada, usando como base a teoria apresentada na etapa anterior. A partir desta dinâmica de aula e atividades didático-pedagógicas foi proposto, como entrega final da disciplina, a realização de uma oficina prática aberta ao público externo, fruto da troca e pesquisa entre Udesc e o Instituto Collaço Paulo, comunidade parceira desta disciplina.

Dessa forma, obtém-se um panorama mais detalhado dos resultados dos processos de curricularização da extensão. No entanto, é importante analisar mais profundamente o próprio processo para compreender o contexto e os motivos das escolhas feitas.

4.3.2 Processo de Curricularização da Extensão

Na construção de uma reforma curricular, tão importante quanto o resultado final é o processo realizado, uma vez que contextualiza as decisões tomadas e as soluções finais. Sob essa perspectiva, este texto-síntese complementa o anterior, voltando-se para o processo de curricularização da extensão e se guiando pelas subcategorias de análise estabelecidas no capítulo três. Assim, aborda-se os recursos institucionais disponíveis para implementar a curricularização, incluindo infraestrutura, recursos financeiros e apoio institucional. Também são discutidos o papel do discente nesta reforma, as dificuldades encontradas, e subseqüentes soluções, além das oportunidades que surgiram durante o processo.

O tema de recursos institucionais já foi citado no texto-síntese de grade curricular, voltando-se para os recursos relacionados à estrutura do Projeto Pedagógico de Curso (PPC). No entanto, também existem recursos da instituição como um todo, que extrapolam o departamento do curso e que podem ser acessados durante a reforma e implementação. Desta forma, mapear esses artifícios permite ter uma perspectiva dos processos mais centrada na realidade,

se descolando da visão idealista que a fundamentação teórica traz. Somado a isso, permite delinear as possibilidades de atuação, entendendo o contexto em que ocorre a curricularização e pensando em estratégias para construir as melhores soluções possíveis.

Ao planejar atividades de extensão, é essencial compreender a estrutura física e espacial que a instituição oferece e identificar os espaços que permitem acomodar todos os participantes, sejam eles discentes ou comunidade externa. Também é importante considerar quais modalidades de extensão podem ser realizadas nesses espaços, pois cada tipo possui requisitos próprios, como eventos que necessitam de auditório, ou cursos, que demandam salas voltadas para a prática de determinada atividade. Na pesquisa de campo, identificou-se o Centro de Artes, Design e Moda (CEART) como um exemplo de espaço físico disponível para realização de atividades de extensão, uma vez que é cenário do CEART Aberto, evento que reúne, aos sábados, diversas atividades, oficinas, exposições e feiras abertas ao público.

Além do espaço institucional, é relevante considerar se a comunidade parceira possui espaço próprio que pode ser utilizado para atividades de extensão. Esta alternativa permite que os discentes tenham contato direto com a realidade social da comunidade, além de ocupar e valorizar o espaço comunitário, demanda levantada pela comunidade durante a pesquisa de campo

Outro recurso imprescindível para a curricularização da extensão é o financeiro, uma vez que é necessário fortalecer as atividades extensionistas já realizadas na instituição, assim como construir novas. Entende-se que atividades de extensão requerem um orçamento para serem executadas, como identificado na pesquisa documental, que identificou um edital da Udesc voltado para a distribuição desses recursos. Portanto, o aumento no número de atividades deveria ser acompanhado por um aumento no auxílio financeiro, o que, conforme mencionado anteriormente, não ocorre.

Algumas problemáticas surgem quando se pensa no uso do edital de distribuição de recursos financeiros na Udesc para atividades extensionistas curricularizadas, como a falta de um orçamento dedicada para elas, de clareza em relação a bolsas acadêmicas de extensão, além da frequência de publicação

deste edital ser bianual, exigindo o planejamento e estruturação da atividade com muita antecedência.

Apona-se então uma necessidade não contemplada do processo de curricularização da extensão: o financiamento próprio. Essa questão é de difícil resolução, pois envolve o orçamento da própria instituição, sendo assim, depende de reformas estruturais e níveis superiores e investimento público para ser sanada. Ao mesmo tempo, é necessário evidenciá-la de forma a pressionar as autoridades responsáveis a atuarem politicamente para mitigar essa questão.

Voltando-se para a questão prática da execução das ações extensionistas curricularizadas, é necessário contar com uma equipe dedicada, composta por docentes e técnicos variados. Conforme mencionado anteriormente, a colaboração entre docentes efetivos e substitutos é um recurso valioso para desenvolver atividades de extensão, principalmente dentro das disciplinas. No entanto, esses ainda têm atuação limitada e devem ser capazes de estabelecer parcerias internas na universidade, acessando equipes técnicas de apoio para atender a demandas pontuais que surgem ao longo do caminho.

Na pesquisa de campo identificou-se um exemplo que destaca a importância dessa parceria. Durante a construção da atividade extensionista associada à Disciplina Mista de História da arte, foi necessário desenvolver um material didático gráfico como devolutiva para a comunidade. Para isso, contou-se com a editora da Udesc e os laboratórios do curso de Design para a construção gráfica deste material, deixando para a disciplina somente o trabalho de desenvolvimento do conteúdo.

Outro ponto chave da parceria com a equipe técnica da instituição é na organização de visitas técnicas para a comunidade parceira, essencial em atividades extensionistas. Estas dependem de motoristas e técnicos, tornando fundamental considerar suas limitações, especialmente em relação ao horário de trabalho, o que pode dificultar a realização de visitas técnicas à noite ou em finais de semana.

Com base nesse levantamento, obtém-se um panorama dos recursos materiais necessários para a execução de atividades extensionistas. Além desses recursos, é essencial contar com apoio subjetivo e imaterial, como tempo e orientações adequadas das instâncias superiores, para alcançar bons resultados.

O tempo é um dos recursos mais importantes associados ao processo de curricularização da extensão, que é um conceito novo e complexo envolvendo muitos fatores distintos, como comunidade externa, reformulação de currículo e novas formas de construir disciplinas. Desta forma, é essencial que ele seja introduzido, debatido e amadurecido entre os envolvidos para garantir um alinhamento interno eficaz. Este foi um ponto de destaque durante a pesquisa de campo, pois o tempo foi o recurso que mais influenciou os rumos da reforma curricular da Udesc.

A demanda da curricularização surgiu com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e desde então os cursos começaram a fazer reformas para atender a essa nova exigência. Em 2020, este processo foi interrompido devido a pandemia de COVID-19, resultando na redução do tempo disponível para construir a reforma. Na Udesc, este problema foi agravado pelo atraso na publicação da documentação reguladora, que só foi aprovada em 2022. Além disso, as instâncias superiores exigiram que a adequação e a reforma curricular fossem aprovadas para 2023, deixando um tempo curto para realizar um processo tão complexo.

Uma das principais limitações causadas pelo tempo escasso foi a participação discente limitada no processo de reforma. Representantes voluntários dos estudantes foram convidados a participar de uma das reuniões do colegiado sobre a reforma, trazendo demandas do corpo discente. A pesquisa de campo mostra que nenhum dos pontos levantados envolvia especificamente a curricularização da extensão no curso, o que pode ser atribuído a novidade desse tema, que não foi introduzido gradualmente aos discentes, nem foi possível tempo para que o conceito fosse amadurecido por eles. Além disso, as adequações da proposta às demandas dos discentes eram limitadas, devido ao prazo final apertado. Desta maneira, o tempo é um aliado importante na participação discente no processo de curricularização da extensão, de forma que mais tempo permite que os estudantes tenham um papel mais ativo e uma atuação mais proveitosa.

Outro recurso imaterial essencial para a curricularização da extensão é o apoio das instâncias superiores, que orientam e indicam os melhores caminhos do ponto de vista administrativo e institucional. É natural que surjam dúvidas em

novos processos, mas estas podem ser reduzidas com a disponibilidade de documentos reguladores claros e completos, publicados com antecedência e de fácil consulta. Além disso, é crucial criar um espaço aberto para diálogo entre o departamento do curso e aqueles diretamente envolvidos com a extensão e a curricularização, a fim de esclarecer eventuais dúvidas.

A falta de apoio inicial foi uma dificuldade identificada pela pesquisa de campo no processo de curricularização da extensão e reforma curricular na Udesc. Antes da publicação da resolução interna que regula este assunto, as dúvidas levantadas recebiam respostas vagas e pouco claras, no entanto, após a publicação da resolução, as respostas se tornaram mais assertivas.

Muitas dúvidas surgiram inicialmente, e, mesmo quando esclarecidas, se mostraram desafiadoras no momento de construir a reforma, especialmente em relação às Disciplinas Mistas. Estas dúvidas, junto ao tempo limitado e os pontos levantados no texto anterior, foram alguns dos desafios enfrentados durante a elaboração da reforma curricular que integrava a extensão universitária ao curso de Moda da Udesc. É importante considerar essas dificuldades, pois elas podem ocorrer em outros contextos e cursos semelhantes, além de permitir observar as soluções encontradas para esses desafios.

O último ponto analisado na categoria de Processo de Curricularização da Extensão aborda as oportunidades que essa integração oferece ao curso. A oportunidade mais fundamental é a de atualizar o curso, construindo um currículo mais completo, livre e flexível, permitindo que os discentes o ajustem conforme suas necessidades, desejos e objetivos individuais. Além disso, essa abordagem incentiva os estudantes a expandirem seus horizontes, expondo-os a novas realidades fora da instituição de ensino.

Esta reforma também é oportuna ao promover maior interdisciplinaridade no currículo, conectando os conteúdos de várias disciplinas e unificando suas avaliações, resultando em conhecimentos mais ricos, e entregas mais pontuais. Esta medida não só enriquece a experiência acadêmica dos discentes, mas também proporciona uma estrutura de apoio para novos docentes substitutos, o que é relevante considerando a quantidade e rotatividade destes profissionais.

Outro vantagem destacada por esta reforma, conforme apontada na pesquisa de campo, é o estímulo à produções acadêmicas dentro das disciplinas.

A integração da extensão traz novos elementos para pesquisas docentes, permitindo a exploração de temas sociais e incentivando a iniciação científica dos discentes, que também contribuem com esta produção. Essa medida fortalece o tripé que sustenta as universidades brasileiras, ao aliar o ensino, a extensão e a pesquisa num único processo. Assim, é possível visualizar as oportunidades que esse processo oferece, revelando caminhos interessantes a serem explorados.

Encerram-se às análises voltadas ao currículo dentro da curricularização da extensão, passando para a próxima categoria: as comunidades que fazem parceria com a universidade.

4.3.3 Comunidade Externa

Uma das diretrizes da extensão universitária, segundo a FORPROEX (2012), é o Interação dialógica, desta maneira, a troca entre instituição de ensino e comunidade externa ocupa um espaço de destaque neste processo. Isso torna necessário observar as formas que essa interação toma, priorizando as vozes de todos os envolvidos para garantir uma comunicação de mão-dupla.

Para abordar este assunto, este texto-síntese foi organizado com base nas subcategorias de análise apresentadas no capítulo três. Iniciando-se com a busca e primeiro contato com a comunidade, passando pelos canais de comunicação utilizados, até chegar na formalização desta parceria. Por fim, busca-se ouvir a perspectiva da comunidade, observando seu perfil e suas demandas para construir as atividades extensionistas.

As instituições mantêm parcerias com a comunidade externa por meio de projetos e programas de extensão, mas essas iniciativas nem sempre estão ligadas às atividades extensionistas curriculares. Associar atividades curriculares aos projetos e programas já existentes traz benefícios, mas também dificuldades para o processo. Ter um relacionamento prévio com a comunidade externa facilita a comunicação, assim como já ter atividades em andamento que estejam trabalhando as demandas sociais. No entanto, para incluir mais discentes em papéis de protagonismo é necessário adaptar essas atividades, o que pode acarretar em uma sobrecarga do projeto. Desta forma, ao planejar a reforma curricular que integra créditos extensionistas, é necessário especificar se haverá

esta relação com projetos e programas, e se não houver, deve-se considerar a busca por comunidades interessadas e abertas a parcerias como uma demanda do processo de curricularização.

Pensando nas disciplinas extensionistas mistas, foco desta pesquisa, não às associar com projetos e programas pode ser algo estratégico, pois permite maior flexibilidade para buscar e selecionar comunidades que encaixem também no conteúdo disciplinar, facilitando sua articulação.

Para realizar esta busca pela comunidade não foi encontrado nenhum documento na pesquisa documental que fornecesse orientação, seja em termos de legislação ou diretrizes institucionais. Já na pesquisa de campo, observou-se que as buscas se apoiam fortemente na rede de contatos dos docentes do departamento do curso. Por exemplo, a comunidade Mulheres do Jardim já tinha o contato pessoal com a coordenadora do programa extensionista Ecomoda, assim como a professora efetiva de História da Arte já tinha contato com a equipe técnica do Instituto Collaço Paulo, majoritariamente formada por egressos do departamento de Artes Visuais da Udesc, onde ela também atua.

A partir desta busca pode-se selecionar uma comunidade cujos objetivos se alinhem com a ideia inicial da ação extensionista, seja ela atividade ou disciplina, para ter um primeiro contato e criar um canal de comunicação. Na pesquisa de campo, identificou-se dois meios de comunicação utilizados para isso, por e-mail ou Whatsapp, aplicativo de mensagens, ambos com propostas e dinâmicas distintas de comunicação.

A comunicação por e-mail possui caráter formal, pois é um meio de comunicação oficial da instituição, e facilita o registro das interações realizadas. Já o Whatsapp tem um caráter mais informal, pois a comunicação é estruturada no formato de conversas, deixando o registro dos diálogos mais complexo, e requerendo um número de telefone para ser usado. No entanto, é um meio mais dinâmico e amplamente utilizado no Brasil. Desta forma, a escolha do meio de comunicação deve levar em consideração as demandas dos envolvidos, que podem incluir velocidade de resposta, facilidade de uso ou possibilidade de registro, sendo decidida em consenso por ambas as partes.

Esta comunicação deve ser constante e aberta, pois flexibilidade e dinamismo se mostram essenciais para a implementação das atividades

extensionistas, uma vez que imprevistos ocorrem e adaptações precisam ser realizadas. Um exemplo disso foi durante a implementação da Disciplina Mista de História da Arte, onde a estrutura física da comunidade não comportava o número de discentes previstos, exigindo assim a mudança no local da atividade final. Para solucionar este desafio, realizou-se rapidamente um novo acordo que alterava o local da oficina do Instituto Collaço Paulo para a Udesc, e foi proposta a construção de um material didático gráfico como devolutiva e registro da atividade para a comunidade.

Estes acordos realizados entre comunidade e instituição devem ser claros, flexíveis e ter um grau de formalização, de forma a alinhar as expectativas, papéis, tarefas, prazos e entregas de cada uma das partes para a realização da atividade. Durante a pesquisa de campo, observa-se uma informalidade nesses acordos, que pode se desdobrar em diferentes níveis, de acordo com os dois exemplos analisados, o do Instituto Collaço Paulo e do grupo Mulheres no Jardim.

A comunicação entre a instituição de ensino e o Instituto Collaço Paulo ocorre por e-mail, desta maneira há um registro claro e de fácil acesso às conversas realizadas e ao acordo estipulado, assim como as adaptações feitas. Desta forma, por mais que não exista um contrato formal, são claras as condições e necessidades de ambas as partes. Já a comunicação do grupo Mulheres do Jardim é feita pelo Whatsapp, permitindo trocas no formato de uma conversa de texto e áudios. Esta estrutura fragmenta as discussões, deixando mais trabalhoso recuperar as informações apresentadas, além disso, dificulta a unificação destas informações, aumenta a chance de mal-entendidos.

Na formalização da parceria entre instituição e comunidade, é mais sensato focar na construção de um acordo claro e facilmente consultável entre as partes, em vez de um contrato formal. Um contrato formal exige o envolvimento de outros setores da instituição, o que comprometeria a flexibilidade do processo, necessária para a atuação da universidade na comunidade, conforme aponta a análise.

Na pesquisa de campo, observam-se dois perfis de comunidade contrastantes, com características, público interno, estrutural e de público-alvo distintos, indicando também duas formas distintas de interagir com a comunidade e construir atividades de extensão.

O Instituto Colação Paulo pode ser considerada uma comunidade muito bem estruturada, possuindo espaço físico próprio, recursos financeiros e uma equipe técnica própria. Isso permite que ele identifique internamente suas demandas e possa trazer para a instituição de ensino com clareza, o que facilita na comunicação e permite uma formalização mais estruturada dos acordos realizados, uma vez que tem mais condições de cumpri-lo.

Já o grupo Mulheres no Jardim tem outro perfil, apresentando uma estrutura interna mais frágil, uma vez que depende do espaço físico do Centro Comunitário Jardim Zanellato e possui poucos recursos materiais e financeiros. Na pesquisa de campo foi apontado que o próprio grupo identifica essa fragilidade em si, tendo como objetivo principal se manter ativo e aprimorar essa estrutura, desta maneira, buscar acordos mais formais e rígidos com ele pode não ser a forma mais efetiva de se trabalhar, uma vez que não se tem tantas garantias.

Essa estrutura delicada também acaba interferindo na identificação das demandas do grupo, tanto internamente quanto por parte da instituição de ensino, o que exige uma atenção maior no momento de construção das atividades. Somado a isso, a instituição de ensino deve proporcionalmente dar maior suporte na realização de atividades extensionistas em comunidades com estruturas mais frágeis, uma vez que estas não têm tanto acesso a recursos quanto outros tipos de comunidade.

Desta maneira, são necessárias abordagens distintas para interagir com os diferentes perfis de comunidades, exigindo flexibilidade por parte da instituição para desenvolver atividades que sejam coerentes com seus objetivos, respeitando a identidade da comunidade parceira, suas limitações, necessidades e objetivos. Entender essa necessidade de adaptação durante a interação permite ouvir com mais atenção as demandas e dores da comunidade, para a partir destas construir ações de extensão, seguindo assim a abordagem latino americana de extensão.

Algumas demandas, mesmo que trazidas pela comunidade, a instituição de ensino não é capaz de suprir por não estar em seu escopo de trabalho ou por não ter uma estrutura disponível para tal. Ve-se um exemplo disso ao observar as dores trazidas pelo grupo Mulheres no Jardim na pesquisa de campo, de buscarem valorização em sua comunidade, de ter baixa autoestima em relação

ao artesanato que produzem e uma dificuldade de agrupar mais pessoas e ocupar o espaço físico disponível, por meio de cursos. Essas demandas são complexas, envolvendo também a esfera social e psicológica das participantes do grupo, desta forma não podem ser supridas somente com atividades pontuais de extensão. Elas exigem um trabalho mais complexo, de longo prazo e com a participação de mais atores distintos, mas para a construção de ações extensionistas deve-se atentar a o que está no escopo de cursos de Moda. Desta maneira é necessário filtrar as possibilidades para fazer uma ação que tenha um impacto verdadeiro, mesmo que não solucione suas dores.

Compreendendo o papel e a dinâmica da comunidade externa neste processo, é possível focar no tema central da dissertação: o recorte da curricularização da extensão em disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.

4.3.4 Disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário

Nesta dissertação, a integração das atividades de extensão no currículo está associada a disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário, desta forma, este texto-síntese segue a estrutura estabelecida no capítulo três da categoria "Disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário", utilizando as subcategorias de análise para relacionar os dados coletados nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

Apresenta-se uma visão geral destas disciplinas dentro do currículo de cursos bacharelados de Moda, observando sua estrutura em termos de quantidade, em que fase se inicia e em que sequência são oferecidas. Em seguida, observa-se a dinâmica interna das disciplinas, abordando seus conteúdos, atividades didático-pedagógicas e avaliações pedagógicas. Essa dinâmica varia de acordo com a instituição, portanto, busca-se obter um panorama que seja específico o bastante para caracterizar este perfil das disciplinas de Modelagem de vestuário, e, ao mesmo tempo, genérico o suficiente para facilitar sua aplicação em outros contextos.

Disciplinas de Modelagem de vestuário estão presentes em todos os PPCs dos cursos de Moda das universidades públicas estaduais brasileiras, conforme

indicado pela pesquisa bibliográfica e reiterado pela pesquisa documental. No entanto, a quantidade e a forma com que se apresentam varia conforme o perfil de cada curso, sendo que aqueles focados em desenvolvimento de produtos de vestuário oferecem um número maior de disciplinas de Modelagem de vestuário em comparação com cursos de perfil mais generalista.

Um aspecto importante a considerar na estrutura das disciplinas é se elas são obrigatórias ou optativas. Todos os cursos analisados incluem ao menos uma disciplina obrigatória de Modelagem de vestuário, e alguns cursos também oferecem disciplinas optativas nessa área. Disciplinas optativas se mostram interessantes porque apenas os discentes realmente interessados se matriculam, resultando em turmas menores e mais engajadas, o que cria uma dinâmica própria para a disciplina.

Outro fator que altera esta dinâmica é a fase do curso em que as disciplinas são oferecidas, pois interfere no nível de aprofundamento do conteúdo e na complexidade das atividades realizadas. A pesquisa documental indica que cursos com maior número de disciplinas de Modelagem de vestuário as oferecem nas fases iniciais, enquanto aquelas de perfil mais generalista começam na metade do curso. Assim, disciplinas oferecidas nas primeiras fases devem considerar que os estudantes são mais jovens e estão começando a aprender sobre o universo da Moda e Vestuário, com pouca experiência e compreensão dos seus conceitos. Já quando essas disciplinas são oferecidas na metade do curso para frente, os discentes têm maior maturidade e podem ser desafiados com conteúdos e atividades didático-pedagógicas mais complexos.

A partir deste primeiro contato, as demais disciplinas de modelagem são oferecidas de forma sequencial, seguindo uma ordem baseada na complexidade dos tipos de modelagem, conforme apontado na pesquisa bibliográfica. Iniciam com modelagem plana masculina e infantil, seguido de modelagem plana feminina, modelagem plana avançada e, por fim, *moulage*. No entanto, a pesquisa documental aponta para caminhos diferentes. Em dois quintos dos currículos analisados, os tipos de Modelagem de vestuário são ensinadas juntas em uma mesma disciplina, utilizando métodos de modelagem híbrida, como o MODThink. Nos demais currículos, os tipos de modelagem são ensinados em disciplinas separadas, podendo ser sequencial ou de forma simultânea, com

disciplinas de modelagem plana, *moulage* e modelagem automatizada sendo oferecidas no mesmo semestre.

Outro formato de disciplina presente nos currículos analisados e que combina os dois tipos de modelagem é a Alfaiataria. Essa disciplina, que pode ser obrigatória ou optativa, explora a construção de peças sob medida e também abrange aspectos da criação e confecção de vestuário específicos na alfaiataria, expandindo ainda mais o escopo da disciplina.

Esses dados indicam tanto um desencontro entre pesquisas bibliográfica e documental quanto que a separação entre os tipos de Modelagem de vestuário no contexto de ensino não é tão rígida quanto a bibliografia aponta. Essa perspectiva é relevante porque, para incluir créditos de extensão nas disciplinas, é necessário adaptá-las. Desta forma, a reforma curricular se torna uma oportunidade para revisar a estrutura das disciplinas e de rever seu conteúdo, buscando formatos que melhor integram a extensão.

Ao considerar os conteúdos das disciplinas de Modelagem de vestuário, deve-se também levar em conta a perspectiva discente. A pesquisa de campo realizada com alunas do curso de Moda da Udesc revelou que este tipo de disciplina é vista como tão desafiadora, ou até mais, do que as demais disciplinas no curso. As estudantes apontaram como motivo para tal, o conteúdo denso e a pouca orientação docente, mesmo quando as disciplinas são divididas em turmas de no máximo 15 pessoas.

Esta falta de orientação apontada pode estar relacionada às atividades didático-pedagógicas realizadas nas disciplinas. De acordo com a pesquisa bibliográfica, as atividades de ensino neste contexto se baseiam na construção de moldes e na materialização de peças de vestuário, de modo que o docente transmite informações e instruções para que o discente as reproduza de forma prática. Esse método tem uma abordagem técnica e oferece pouca autonomia para o discente construir seu próprio conhecimento, mantendo-o dependente do professor para realizar as atividades propostas.

Um aspecto fundamental do processo de ensino e aprendizagem dessas disciplinas é sua natureza prática, caracterizando-as como "práticas" nos currículos, termo usado em unanimidade nos PPCs analisados. No entanto, optou-se por manter o termo "teórico-práticos" nesta dissertação, devido à forte

presença de conteúdos teóricos na disciplina, que equilibram as atividades práticas.

Uma característica das disciplinas práticas é a necessidade de acompanhar de perto as atividades e atuação dos discentes, proporcionando orientação personalizada. Por isso, algumas instituições optam por dividir essas disciplinas em turmas menores, uma solução já discutida em textos anteriores e reforçada pela pesquisa documental.

A pesquisa de campo também revelou que, na Udesc, essas atividades didático-pedagógicas estão vinculadas às disciplinas de Confecção de vestuário, que fazem parte da categoria de Tecnologia de vestuário, conforme identificado na pesquisa bibliográfica. Os moldes desenvolvidos nas disciplinas de Modelagem são então utilizados nas disciplinas de Confecção, onde técnicas de costura são aplicadas para materializar as peças e verificar na prática a eficácia dos moldes. Segundo a pesquisa, as alunas veem essa dinâmica de forma positiva pois permite aplicar na prática os conhecimentos adquiridos e aprimorar a compreensão do processo de desenvolvimento de produtos. Elas também destacaram que essa parceria torna as avaliações mais leves, aspecto importante a ser considerado, já que a sobrecarga dos alunos foi uma das demandas levantadas pelas mesmas para ser trabalhada na reforma curricular.

Ao mesmo tempo, essa parceria entre disciplinas apresenta alguns pontos negativos. As discentes mencionam que dificuldades em uma disciplina também afetam a outra, e que o cronograma compartilhado é mais rígido do que o de disciplinas isoladas, o que pode ser problemático no final do semestre, quando o número de entregas acumula. Portanto, disciplinas integradas oferecem oportunidades interessantes para o discente aplicar e validar seus conhecimentos. No entanto, é importante considerar também seus aspectos negativos para que essa parceria seja realizada da melhor forma possível, especialmente ao pensar na possibilidade de associá-las a atividades extensionistas.

Um adendo a ser feito é que esta proposta de conexão entre disciplinas não foi mantida na reforma curricular da Udesc de 2023. As disciplinas de confecção passaram a ter caráter extensionista, enquanto as de modelagem não. Isso resultou em cronogramas e atividades didático-pedagógicas desalinhas e

por isso decidiu-se interromper o vínculo entre as duas disciplinas para garantir que cada uma possa realizar suas atividades plenamente.

As atividades dessas disciplinas influenciam seus métodos avaliativos, uma vez que estão diretamente relacionados. A pesquisa documental revela que muitos PPCs não definem claramente as formas de avaliação, deixando esta questão para ser abordada no Plano de Ensino de cada disciplina. Nos PPCs que especificam métodos de avaliação, foram identificados métodos como a entrega de um portfólio de moldes e a realização de um projeto de produto de vestuário.

A proposta de portfólio permite uma construção da avaliação ao longo do semestre, reduzindo a chance de acúmulo de entregas e possibilitando acompanhar mais de perto o desenvolvimento do discente. Já a proposta de projeto de produto permite aplicar metodologias projetuais nas disciplinas de Modelagem de vestuário, explorando suas três fases conforme visto na pesquisa bibliográfica: problematização e definição de objetivos, desenvolvimento de alternativas, e apresentação dos resultados. Este processo pode ocorrer de forma isolada em uma única disciplina ou ser desenvolvido em parceria com outras disciplinas, tornando-se um projeto integrador e interdisciplinar, conforme indicado na pesquisa documental.

Os dados coletados indicam oportunidades para a inclusão de créditos extensionistas nas disciplinas de Modelagem de vestuário. Isso pode ser feito aproveitando as relações interdisciplinares já presentes nessas disciplinas e expandindo-as para incluir atores externos à universidade. Além disso, o uso de atividades didático-pedagógicas baseadas em projetos permite maior autonomia para os discentes e possibilita utilizar a realidade da comunidade externa como contexto para o desenvolvimento dos projetos.

Para que essa construção ocorra, é necessário considerar o perfil dos discentes que participam da disciplina e criar uma dinâmica interna que interaja bem com eles. Para isso, deve-se escolher uma fase apropriada do curso e definir se a disciplina será obrigatória ou optativa, uma vez que esses fatores influenciam o perfil dos alunos.

Além disso, é importante adaptar o conteúdo da disciplina para incluir atividades de extensão, podendo utilizar os formatos identificados pela pesquisa

documental. A flexibilidade nos formatos de conteúdo permite uma visão mais ampla e ajuda a encontrar soluções para as questões levantadas anteriormente.

A partir de todas as análises realizadas, foi possível coletar informações importantes para a construção do modelo conceitual apresentado no próximo capítulo. Esses dados forneceram uma base sólida para compreender como a integração das disciplinas de Modelagem de vestuário com atividades extensionistas pode ocorrer. Assim, estabelecemos os fundamentos necessários para desenvolver um modelo que atende aos objetivos propostos nesta dissertação.

5 MODELO CONCEITUAL

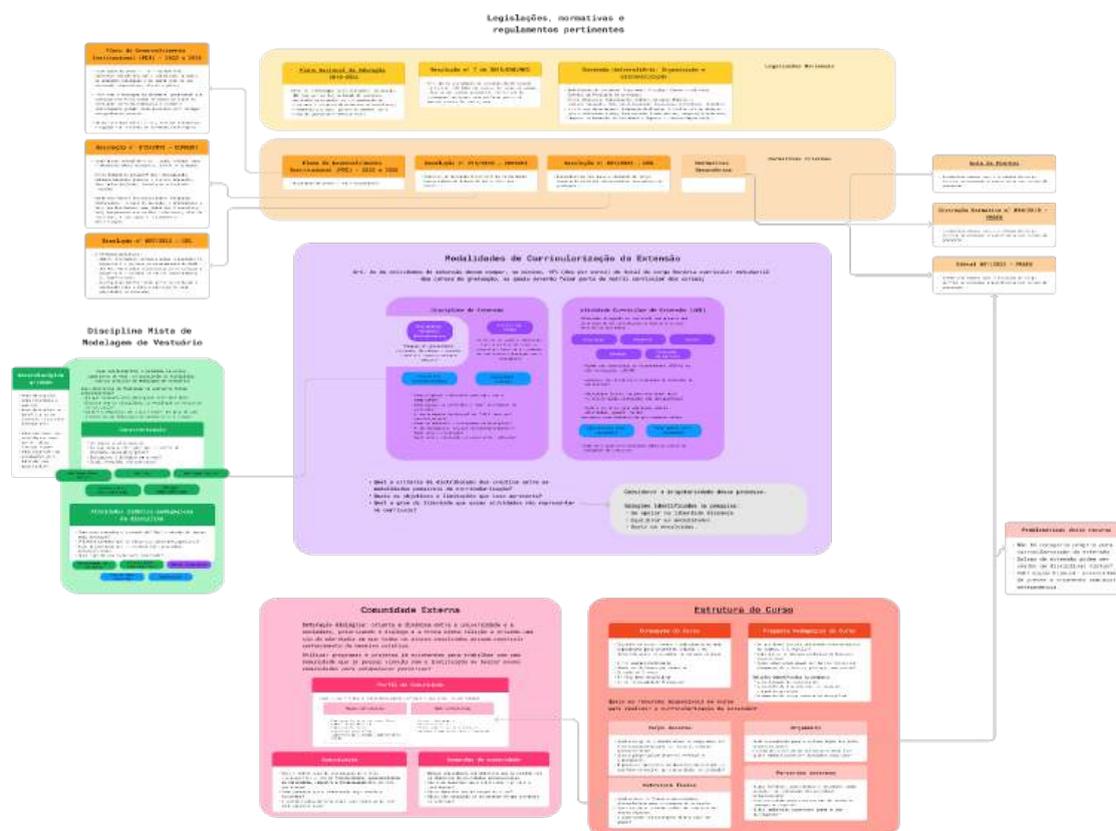
Neste capítulo, apresenta-se o modelo conceitual desenvolvido a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. O objetivo é descrever o estado atual da curricularização da extensão, focando em disciplinas extensionistas mistas e propondo a associação com disciplinas de Modelagem de vestuário, de modo a auxiliar gestores e docentes envolvidos neste processo.

Para isso, foi desenvolvido um esquema visual que apresenta os pontos-chave com relação a curricularização da extensão que devem ser articulados, divididos em dois tipos de elementos: integradores e estruturantes. Os elementos integradores são aqueles que interferem e regulam a atividade extensionista como um todo, sendo transversais e devendo ser considerados em todas as etapas do processo de curricularização. Eles englobam os elementos de "Legislações, normativas e regulamentos", "Comunidade externa" e "Estrutura do curso".

Os elementos estruturantes referem-se aos formatos que a extensão pode adotar no currículo, o que inclui suas "Modalidades de curricularização da extensão", composta por "Atividades de extensão" e "Disciplinas extensionistas" e a proposta de "Disciplina Mista de Modelagem de vestuário". Na Figura 32¹⁴, observa-se o modelo conceitual proposto, onde os elementos transversais estão destacados com as cores rosa, vermelho, laranja e amarelo, enquanto os elementos estruturais usam as cores roxa e verde.

¹⁴ Todas as imagens estão disponibilizadas em grande formato no seguinte link: <https://bit.ly/3XUMeTz>

Figura 32 - Modelo Conceitual relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O primeiro setor do modelo conceitual é o de "Legislações, normativas e regulamentos pertinentes", que reúne todos os documentos, a nível federal e institucional, que delineiam o processo de curricularização da extensão. Estes documentos são dispostos em duas linhas, a de Legislações nacionais e a de Normativas internas, conforme pode-se observar na Figura 33.

Figura 33 - Primeiro elemento do Modelo Conceitual: Legislações, normativas e regulamentos pertinentes.

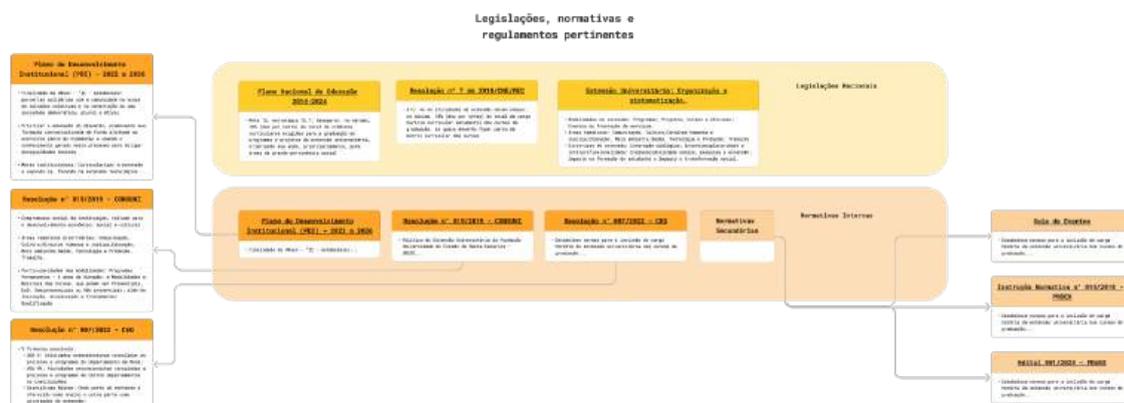


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme a Figura 33, na linha de Legislações Nacionais, reúnem-se as principais leis que regulamentam o tema, incluindo o PNE 2014/2024, a Resolução nº 7 de 2018/CNE/MEC e a “Extensão Universitária: Organização e sistematização”, da FORPROEX. Na linha de baixo encontram-se as Normativas Internas da instituição, que reúnem documentos primários e secundários relacionados à curricularização da extensão. Os documentos primários afetam diretamente este processo, enquanto os secundários têm impacto pontual ou indireto.

Devido ao maior número de documentações internas, essa seção é expandida para permitir uma apresentação mais detalhada das informações importantes de cada documento, como mostrado na Figura 34.

Figura 34 - Primeiro elemento expandido do Modelo Conceitual: Legislações, normativas e regulamentos pertinentes.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com esse recurso de expansão é possível ter fácil acesso a mais informações de cada documento e ainda manter a visualização do modelo clara. É importante notar que essas normativas devem ser adaptadas de acordo com a instituição, sendo personalizadas conforme necessário e que todos os documentos apresentados devem ser acompanhados de *links* para acessar a documentação completa.

O segundo elemento integrador do modelo conceitual é a "Comunidade Externa", que abrange os aspectos da comunidade onde as ações externas serão realizadas, incluindo seu perfil, sua comunicação e demandas próprias, conforme apresentado na Figura 35.

Figura 35 - Terceiro elemento do Modelo Conceitual: Comunidade Externa.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

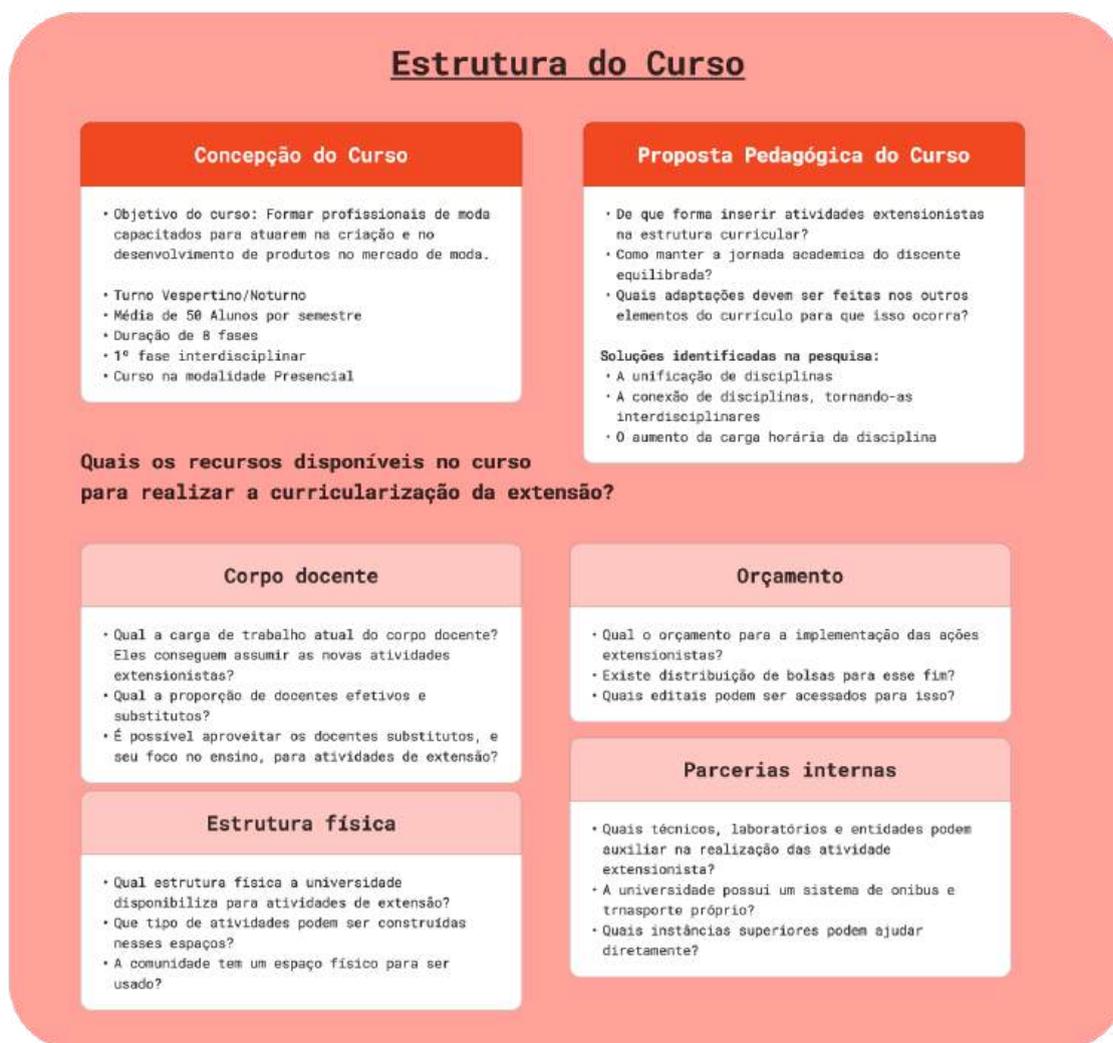
A "Comunidade Externa" é introduzida a partir da diretriz extensionista mais diretamente relacionada a ela, a "Interação dialógica", orientando o processo para garantir que a troca entre os atores seja efetiva e bilateral. Em seguida, levanta-se um questionamento base para esse novo processo de curricularização da extensão: Devem-se utilizar as comunidades parceiras já envolvidas em programas e projetos, ou buscar novas parcerias? Os prós e contras de cada opção já foram discutidos no texto, mas essa questão serve para que docentes e gestores possam refletir sobre a realidade de seus cursos e encontrar soluções mais adequadas para seu contexto.

A partir disso, o elemento é dividido em três pontos: o Perfil da comunidade; a Comunicação; e as Demandas da comunidade. O perfil deve ser traçado de forma a entender a realidade da comunidade envolvida, a partir deste entendimento é possível buscar formas de comunicação eficientes que garantam uma troca clara e flexível, que tenha um nível de formalidade e que as trocas

possam ser facilmente registradas. Com esse entendimento do perfil e comunicação pode-se ouvir as demandas sociais e a partir destas, criar estratégias para solucionar aquelas que estejam no escopo do curso.

O próximo elemento integrador do modelo conceitual é o de "Estrutura do curso", que identifica as características do curso e os recursos institucionais que delineiam as ações extensionistas curriculares. Esse elemento se divide em dois grupos: as informações provenientes do PPC do curso e aquelas referentes à instituição como um todo, conforme observa-se na Figura 36.

Figura 36 - Segundo elemento do Modelo Conceitual: Estrutura do Curso.



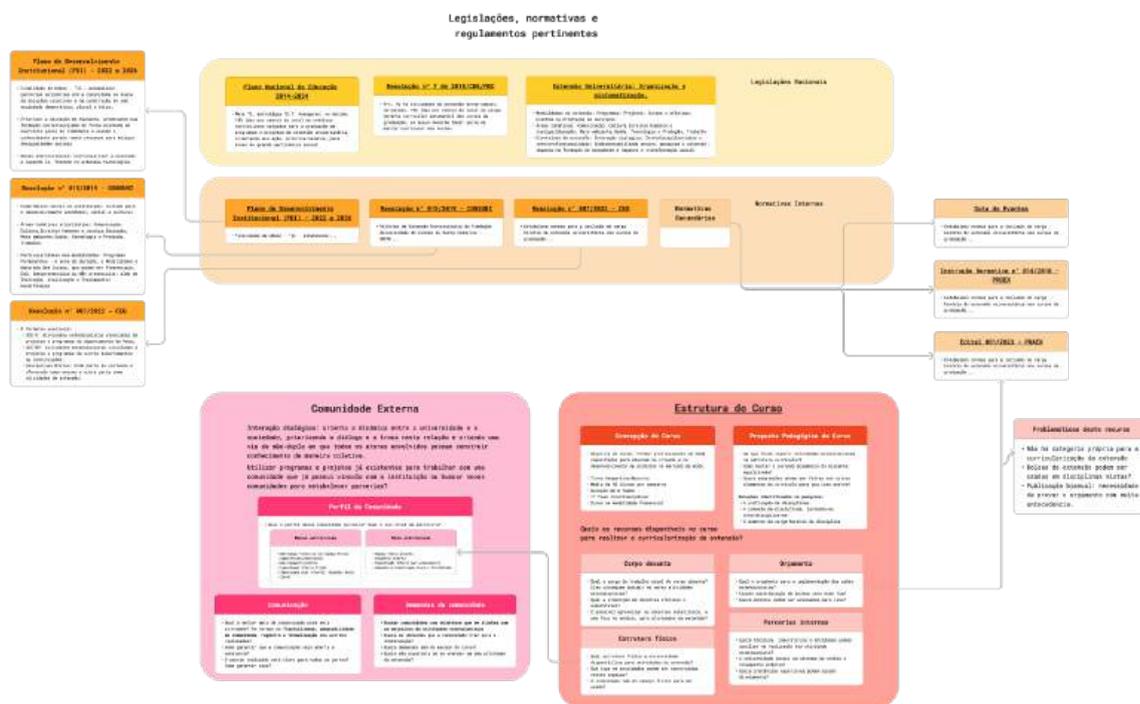
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As informações provenientes do PPC devem ser usadas para alinhar os objetivos institucionais, do curso e da extensão, e são divididas em dois: a Concepção do curso, que apresenta as características e informações básicas do curso; e a Proposta pedagógica, que levanta questionamentos sobre a inserção de extensão na estrutura curricular. Nesta última, utiliza-se o formato de perguntas para destacar pontos essenciais que gestores e docentes devem refletir para curricularizar a extensão em seus cursos. Além disso, são apresentadas alternativas e soluções já encontradas, oferecendo possíveis respostas para essas dúvidas.

A segunda parte desse elemento trata dos recursos necessários para a curricularização da extensão. Ela inclui diversos tipos de recursos, como corpo docente, orçamento, estrutura física e parcerias internas da instituição, e utiliza também o formato de questionamentos e perguntas para trazer reflexão e instigar a busca por respostas por parte de quem está utilizando o modelo conceitual.

Os itens de orçamento e estrutura física têm a particularidade de se conectarem diretamente com outros elementos do modelo conceitual. O orçamento está ligado ao edital mencionado no elemento de "Legislações, Normativas e Regulamentos Pertinentes", enquanto a estrutura física está conectada à "Comunidade externa", especificamente para comunidades que possam ter espaço próprio como recurso para realização de atividades de extensão. Na ligação de orçamento ainda levantam-se problemáticas que essa conexão pode trazer, como observa-se na Figura 37.

Figura 37 - Segundo elemento do Modelo Conceitual: Estrutura do Curso e sua conexão com "Legislações, normativas e regulamentos pertinentes" e "Comunidade Externa".



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os próximos elementos apresentados no modelo conceitual são os estruturantes, aqueles que dão forma ao processo de curricularização da extensão, sendo divididos em dois grandes elementos: "Modalidades de curricularização da extensão" e "Disciplina Mista de Modelagem de vestuário".

O elemento "Modalidades de curricularização da extensão" começa com a citação do artigo legal que estabeleceu a necessidade de curricularizar a extensão. Em seguida, apresenta as duas modalidades possíveis de curricularização: "Disciplina de Extensão" e "Atividade Curricular de Extensão (UCE)", que podem ter diferentes nomenclaturas dependendo da instituição. Esse elemento está ilustrado na Figura 38.

Figura 38 - Quarto elemento do Modelo Conceitual: Modalidades de Curricularização da Extensão.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As atividades curriculares de extensão são apresentadas, incluindo seu conceito e as modalidades possíveis segundo a FORPROEX (2007). Em seguida, são propostos diversos questionamentos pertinentes a ela, culminando na discussão sobre validação dos créditos extensionistas provenientes dessas atividades, que é um ponto crucial para a aplicação dessa modalidade.

A outra modalidade apresentada é a de disciplinas extensionistas, que podem ser exclusivamente de extensão ou mistas. Esta pesquisa se aprofunda apenas nas Disciplinas Mistas, portanto, a outra opção não é enfatizada. No entanto, seria possível desenvolver um modelo para disciplinas totalmente extensionistas em instituições que adotam esse formato, o que não é o caso da Udesc.

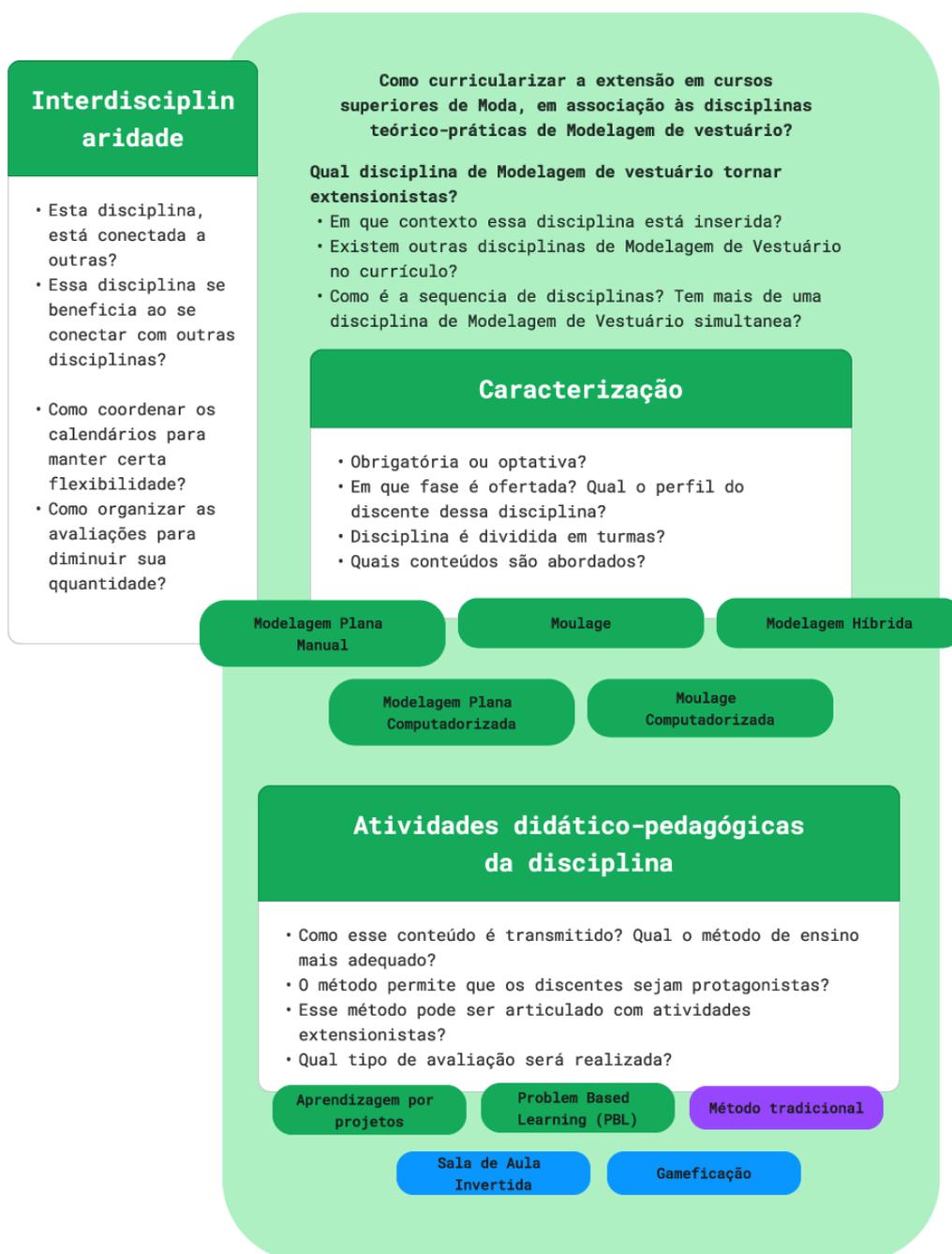
Desta forma, com o conceito apresentado, às Disciplinas Mistas são caracterizadas, podendo ser práticas ou teórico-práticas, seguidas dos questionamentos relacionados ao seu conteúdo, ementa e cronograma, aos discentes e as formas de extensão dentro da disciplina, de acordo com a

pesquisa realizada. Esse subelemento de Disciplina Mista proporciona um entendimento geral, permitindo que ela seja desdobrada em mais detalhes no último elemento do modelo conceitual.

Para concluir o elemento "Modalidades de curricularização da extensão", foram levantados questionamentos pertinentes à distribuição dessas modalidades no currículo, incluindo os critérios e a proporção a serem seguidos para estruturar a curricularização como um todo. Esse ponto também está relacionado à discussão sobre a obrigatoriedade da medida e a liberdade de escolha dos discentes, trazendo a problemática levantada nas discussões e algumas das soluções encontradas pelas pesquisas.

O último elemento do Modelo Conceitual é o de "Disciplina Mista de Modelagem de vestuário", proposta específica dessa dissertação de focar em como a curricularização da extensão pode ocorrer em disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário. Inicia-se revisitando o problema de pesquisa, colocando-o como guia para este elemento, conforme apontado na Figura 39.

Figura 39 - Quinto elemento do Modelo Conceitual: Disciplina Mista de Modelagem de vestuário



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em seguida, deve-se estabelecer qual disciplina de Modelagem de vestuário será transformada em mista, e qual o contexto curricular em que ela está inserida, descrevendo o panorama de disciplinas deste tipo dentro do currículo. Em seguida, indica-se aprofundar nas suas características individuais e internas da disciplina, se é obrigatória ou optativa, em que fase se encontra, quantidade de alunos e tipo de conteúdo.

Assim, pode-se aprofundar nas atividades didático-pedagógicas da disciplina, instigando os gestores e docentes que estão consultando este modelo a refletir sobre os métodos de ensino aplicados, e qual melhor se adequa a inserção de créditos extensionistas na disciplina. Desta forma, são apresentados alguns questionamentos sobre o assunto, assim como métodos de ensino identificados pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Desta maneira, métodos comumente usados no ensino de Modelagem de vestuário são identificados em roxo, em verde estão as metodologias ativas e em azul as metodologias ativas que se utilizam do ambiente virtual.

Além disso, há uma barra lateral que aborda a interdisciplinaridade, assunto que permeia todo o elemento de "Disciplina Mista de Modelagem de vestuário". Ela discute a possibilidade de conectar esta disciplina com outras, questionando se essa integração faz sentido, e em caso afirmativo, quais os pontos de atenção que podem surgir nesse processo.

Assim, compreende-se os cinco elementos que constituem o modelo conceitual para a curricularização da extensão universitária em instituições de ensino superior de Moda relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário. Essa explicação permite o uso do modelo, assim como sua adaptação para diferentes contextos, podendo ser aplicado para a Udesc, como foi exemplificado, ou para outras instituições similares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo conclui a dissertação revisitando seu problema de pesquisa: Como curricularizar a extensão em cursos superiores de Moda, em associação às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário? A partir dessa questão, foram realizadas pesquisas diversas que permitiram a proposição de um modelo conceitual para a curricularização da extensão universitária em instituições de ensino superior de Moda, relativo às disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário, conforme apresentado no capítulo cinco.

Para construir essa proposta, iniciou-se com um levantamento teórico de forma a oferecer um panorama geral do ensino superior brasileiro e identificar conceitualmente a curricularização da extensão universitária com base na legislação vigente. Também foi reunida teoria voltada para caracterizar as disciplinas teórico-práticas de Modelagem de vestuário, abordando seu contexto industrial, tipos de modelagem e como elas se desdobram no contexto educacional, como divide-se seus conteúdos, aspectos e métodos de ensino e estrutura dentro do currículo. Esse levantamento permitiu construir uma base teórica sólida para orientar as coletas de dados e análises subsequentes.

Complementando a fundamentação teórica, foi realizada a coleta de dados primários através de duas abordagens: pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa documental incluiu o levantamento de normativas institucionais, neste caso da Udesc, e o mapeamento dos projetos pedagógicos de cursos de bacharelado em Moda de universidades públicas estaduais brasileiras. A pesquisa de campo envolveu a aplicação de questionários para bolsistas extensionistas e a realização de entrevistas com representantes do núcleo docente estruturante, corpo docente e comunidade.

Os dados coletados foram analisados utilizando o método Análise de Conteúdo, permitindo um entendimento mais profundo dos apontamentos e informações disponíveis, indo além da sua leitura convencional. Essa análise possibilitou descrever como ocorreu a proposição da curricularização da extensão no projeto pedagógico do curso de Moda da Udesc, verificar as formas em que o diálogo entre universidade e comunidade externa ocorre, e explorar a perspectiva discente em relação a curricularização da extensão em seu curso.

A partir das análises realizadas foi possível levantar os elementos chave para compor o modelo conceitual apresentado no capítulo cinco desta dissertação, cumprindo assim o objetivo geral definido no capítulo um. Além destes elementos também foram identificadas outros apontamentos e discussões relevantes que, embora não se encaixem diretamente no modelo proposto, indicam caminhos importantes sobre o tema.

Um dos pontos destacados pelas pesquisas é a necessidade de apoio financeiro para a realização das atividades extensionistas, e a falta de atenção que esse assunto recebe no processo de curricularização. Os recursos financeiros disponíveis não aumentaram proporcionalmente às novas demandas, tornando o processo de implementação de curricularização ainda mais desafiador. Questões como: “Como realizar atividades extensionistas, que demandam logística, tempo e investimento, com os recursos já existentes?” e “Como distribuir os recursos financeiros de forma ágil e segura para atender as necessidades identificadas durante a organização das atividades de extensão?” surgiram durante a pesquisa e não identificou-se respostas claras ou simples para eles neste estudo.

Essa incongruência destaca a necessidade de aumentar o financiamento à medida que a curricularização da extensão intensifica suas atividades. No contexto de universidades públicas estaduais este ponto se torna complexo, pois alterações orçamentárias precisam ser aprovadas pelo governo do estado. Portanto, mostra-se oportuno realizar movimentações políticas para tal, assim como, de forma paliativa, realizar pesquisas voltadas para como melhor utilizar os recursos financeiros disponíveis e limitados.

Voltando-se para o recorte de curricularização da extensão em disciplinas de Modelagem de vestuário, dois pontos interessantes puderam ser identificados na pesquisa e merecem destaque: a oportunidade que disciplinas de Alfaiataria oferecem e o uso de metodologias ativas de aprendizagem como uma ponte para desenvolver atividades extensionistas. As disciplinas de Alfaiataria combinam conteúdos de criação, modelagem e confecção de peças sob medida, abrangendo toda a cadeia de concepção de produto, culminando na materialização de peças ao fim do semestre. Desta forma, ao produzirem resultados tangíveis os parceiros externos podem visualizar de forma clara os

benefícios e impactos concretos frutos da atividade extensionista. Quando se pensa em roupas desenvolvidas sob medidas, comunidades que atendem pessoas com corpos divergentes, como pessoas com deficiência ou pessoas gordas podem ser muito beneficiadas com esta parceria.

Além disso, o uso de metodologias ativas de aprendizagem nas disciplinas de Modelagem de vestuário promove o protagonismo dos discentes em seu processo de aprendizagem, não apenas incentivam os alunos a serem participativos e engajados, mas também permitem a exploração de métodos mais eficazes para integrar diferentes atores externos e contextos na disciplina. Ao adotar abordagens como aprendizagem baseada em problemas ou projetos práticos as disciplinas não apenas capacitam os alunos com habilidades técnicas, mas também os preparam para enfrentar desafios reais. Estas metodologias podem agir em parceria com atividades extensionistas para proporcionar um ensino contextualizado na realidade.

Outro ponto identificado foi o potencial encontrado ao integrar a curricularização da extensão com pesquisas acadêmicas, conforme indicado tanto pela revisão bibliográfica quanto pela pesquisa de campo. Esse vínculo pode ser estabelecido ao incentivar a iniciação científica por meio das atividades de extensão ou ao colaborar com programas de pós-graduação da instituição. Essa abordagem fortalece o papel de cursos bacharelados na promoção da pesquisa e formação de docentes, além de reforçar o compromisso das universidades brasileiras com o tripé de ensino, pesquisa e extensão.

Ao concluir a pesquisa, identificou-se que ela poderia ser desdobrada para outros contextos, seja desenvolvendo um modelo voltado para unidades curriculares de extensão (UCE) ou para disciplinas exclusivamente extensionistas. Também seria possível realizar pesquisas voltadas para outros tipos de instituições, explorando suas particularidades em relação à curricularização da extensão, como instituições de ensino privadas, faculdades, universidades federais ou centros universitários.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L. **A filosofia da educação**. 2º ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BARBOSA, E. *et al.* O método de projetos na educação profissional: ampliando as possibilidades na formação de competências. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, [s.v], n. 40, p. 182-212. 2004.

BARBOSA, J.; SANTOS, E. Alfaiataria: Evolução histórica, publicações e metodologias de ensino. *In*: Congresso Brasileiro de Iniciação Científica de Design e Moda, 4º., 2017, Novo Hamburgo. **Anais [...]**, Novo Hamburgo: Colóquio de Moda, 2017. Disponível em: bit.ly/4cS4ZM8 Acesso em: 3 abr. 2024.

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70. 1977. Disponível em: bit.ly/4cu949z Acesso em: 04 jul. 2024

BEDUSCHI, D. **Diretrizes para o ensino de modelagem do vestuário**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: bit.ly/3O66zz9 Acesso em: 04 jul. 2024.

BELSCHANSKY, D. **Modelagem**: profissão e método. 2011. Dissertação (Mestrado em Moda, Cultura e Arte) - SENAC, São Paulo.

BERBEL, N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011. Disponível em: bit.ly/4eUziUg Acesso em: 04 jul. 2024.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Flip Your Classroom**: Reach Every Student in Every Class Every Day. Washington, DC: International Society for Technology in Education, 2012. Disponível em: bit.ly/3zyv3gP Acesso em: 04 jul. 2024.

BRANDÃO, G. **Aprenda a costurar**. Rio de Janeiro: TecnoPrint, 1981.

BRANDÃO, M. Da arte do ofício à ciência da indústria: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. **Boletim Técnico do Senac**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 16-29, set. 1999. Disponível em: bit.ly/3VQV6HH Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 19.852, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Brasília, DF: Chefia de governo provisório, 1931. Disponível em: bit.ly/3OrjQmf Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: bit.ly/3QbjTox Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: bit.ly/3XTWM5H Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: bit.ly/3Q33SB4 Acesso em: 04 jul. 2024..

BRASIL. **Lei n.º Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: bit.ly/472aaqu Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: bit.ly/3Qbr3cl Acesso em: 24 jul. 2024.

BRITO, D.; SPAINE P.; ANDRADE, R. O Ensino da modelagem do vestuário sob as diretrizes do método PBL. **Revista De Ensino Em Artes, Moda E Design**. Florianópolis, v. n. p.180-97, 2020. Disponível em: bit.ly/3zl4Kon Acesso em: 04 jul. 2024.

CALAIS-GERMAIN, B; *et al.* **Anatomia para o movimento**. São Paulo: Manole, 2002.

CARDOSO G.; OLIVEIRA S.; GUELLI K. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.98-111 2021. Disponível em: bit.ly/4byryEj Acesso em: 04 jul. 2024.

CASTRO, A. A licenciatura no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, v. 50, n. 100, p. 627-652, 1974. Disponível em: bit.ly/3S09mfX Acesso em: 04 jul. 2024

CEG - Câmara de Ensino de Graduação. **Resolução nº 007/2022**. Estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis, [s.n], [s.p], 26 jul. 2022. Disponível em: bit.ly/4cOTV2j Acesso em: 04 jul. 2024.

CEPE/CA - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Administração. **Resolução nº 039/2021**. Regulamenta a Creditação Curricular da Extensão na Universidade Estadual de Londrina. Londrina, [s.n], [s.p], 28 jul. 2021. Disponível em: bit.ly/4cSCX2S Acesso em: 04 jul. 2024.

CEPE/CA - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Administração. **Resolução nº 100/2022**. Reformula o Projeto Pedagógico de Curso de Design de

Moda, a ser implantado a partir do ano letivo de 2023. Londrina, [s.n], [s.p], 09 nov. 2022. Disponível em: bit.ly/4bylUVQ Acesso em: 04 jul. 2024.

CEX - Coordenadoria de Extensão. **Edital nº 01/2023**. Programa de Apoio a Extensão Universitária (PAEX) e Programa de Incentivo a Creditação da Extensão Universitária – PAEX-PROCEU/UDESC. Florianópolis, [s.n], p. 19, jun. 2023. Disponível em: bit.ly/4eQ0EL9 Acesso em: 04 jul. 2024.

CNE - Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1, de 22 de maio de 2017**. Dispõe sobre os cursos sequenciais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, [s. n.], p.18, 22 maio. 2017. Disponível em: bit.ly/4bv73s9 Acesso em: 04 jul. 2024

CNE - Conselho Nacional de Educação. **Resolução, n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, [s. n.], p. 49-50, 19 dez. 2018. Disponível em: bit.ly/4bygtTV Acesso em: 04 jul. 2024

CNE - Conselho Nacional de Educação. **Parecer, n. 498/2020, de 06 de agosto de 2020**. Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, [s. n.], p.168, 6 ago. 2020. Disponível em: bit.ly/3xRrT7p Acesso em: 04 jul. 2024

CNE - Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, [s. n.], p.19-23, 6 jan. 2021. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf Acesso em: 04 jul. 2024.

COEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Projeto Pedagógico de Curso Design de Moda**. Belo Horizonte, [s.n], [s.p], 2020. Disponível em: bit.ly/4cOvP7M Acesso em: 04 jul. 2024.

CoG; CoCEX e CoPq - Pró-Reitores de Graduação, Cultura e Extensão Universitária e Pesquisa. **Resolução nº 7.788**. Institui as normas e disciplinas para integralização de créditos de Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), nos currículos dos cursos de graduação da USP. São Paulo, [s.n], [s.p], 27 ago. 2019. Disponível em: bit.ly/4cUUWGd Acesso em: 04 jul. 2024.

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução n. 1, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Diário Oficial: Brasília, DF, [s. n.], [s. p.], 17 jun. 2010. Disponível em: bit.ly/4cREaI0 Acesso em: 04 jul 2024.

CONSUNI - Conselho Universitário. **Resolução nº 015/2019**. Institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, [s.n], [s.p], 23 abr. 2019. Disponível em: bit.ly/45XhUtH Acesso em: 04 jul. 2024.

DEG - Diretoria de ensino de Graduação. **Portaria nº 001/2022**. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Moda. Maringá, 2022. Disponível em: bit.ly/3XPGaMB Acesso em: 04 jul. 2024.

DULCI, L. Moda e modas no vestuário: Da teoria clássica ao pluralismo do tempo presente. **Revista de História**, São Paulo, [s.v], n. 178, p. 1-27, 2019. Disponível em: bit.ly/4eWkXH0 Acesso em: 3 abr. 2024

DULCI, L. Da técnica ao ensino superior: um olhar para a formação em moda no sudeste brasileiro. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p.135-151, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/16407/11488> Acesso em: 04 jul. 2024

EMÍDIO, L. **Modelo MODThink**: O Pensamento de Design Aplicado ao Ensino-Aprendizagem e Desenvolvimento de Competências Cognitivas em Modelagem do Vestuário. 2018. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018. Disponível em: bit.ly/4eWkZyC Acesso em: 04 jul. 2024

ESPINET, M. D. **La comunicación en la clase de español como lengua extranjera**: Orientaciones didácticas y actividades. Madrid: la factoría, 1997

FERRARI, J. **Sistematização de conteúdos para o ensino híbrido de etapas da produção de vestuário**. 2021. Dissertação (Mestrado em Design de Vestuário e Moda) - Centro de Artes, Design e Moda, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: bit.ly/3VXSFD4 Acesso em: 04 jul. 2024

FORPROEX. **Extensão Universitária**: Organização e sistematização. Belo Horizonte: FORPROEX, 2007. Disponível em: bit.ly/4eSNe0O Acesso em: 24 jul. 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: bit.ly/3qYWoEC Acesso em: 24 jul. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRY, T. Design education on a broken world. *In*: OVEN, P.C; PREDAN, B.(Org). **Design Education**: What do you see? What do you think about it? What do you make of it? Lubliana: Academy of fine arts and design, 2015. Disponível em: bit.ly/3LhUqWV Acesso em: 04 jul. 2024

GERHARDT, T; SILVEIRA, D. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: bit.ly/3XOERxn Acesso em: 04 jul. 2024.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: bit.ly/4cvRAtm Acesso em: 04 jul. 2024

GIL, A. **Metodologia do ensino superior**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIMENEZ, A. **As multifaces da relação universidade-sociedade e a construção do conceito de terceira missão**. 2017. Tese (doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: bit.ly/3Y7Cdkf Acesso em: 04 jul. 2024.

GOMES, S.; CORTE, M.; ROSSO, G.. A Reforma de Córdoba e a Educação Superior: Institucionalização da Extensão Universitária no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v. 5, [s.n], p. 1-21, 2018. Disponível em: bit.ly/4cu9lt7 Acesso em: 04 jul. 2024.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Edgar Blucher Ltda., 2005.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Áreas de formação e treinamento da Cine-F 2013**: manual que acompanha a Classificação Internacional Normalizada da Educação 2011. Brasília, 2017. Disponível em: bit.ly/4bv7in3. Acesso em: 04 jul. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2022. Disponível em: bit.ly/4eUYjPe Acesso em: 04 jul. 2024.

KERR, C. **Os usos da Universidade**. 15º ed. Brasília: UnB, 2005.

KÖHLER, C. **História do vestuário**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LABRANDERO I.; SANTANDER, L. Extension académica: una función del sistema universitario. **ANUIES- Revista de la Educación Superior**. México. v. 12, n. 47, p. 1-10, 1983. Disponível em: bit.ly/3zxLjyJ Acesso em: 04 jul. 2024.

LEINEKER, M.; CEZARI, E. **Ensino superior em movimento**: elementos para a gestão de cursos de graduação. Palmas: Eduft, 2020.

LOPES, L. **Objetos de aprendizagem hipermídia**: requisitos para o ensino superior virtual de tecnologia do vestuário. 2012. Dissertação (Mestrado) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: bit.ly/3OayX3d Acesso em: 04 jul. 2024.

MACEDO, K. B. Entre ofícios, cultura e indústria: possíveis antecedentes da criação dos cursos superiores da área de moda no Brasil. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-22, maio de 2022. Disponível em: bit.ly/3VXSKqm Acesso em: 04 jul. 2024.

MACKINDER, H.; SADLER, M. **University Extension, Past, Present, and Future**. 3º ed. Londres, Pais e Melbourne: Cassel & company, 1891.

MACLOCHLAINN, J. **The Victorian Tailor: Techniques and patterns**. London: Batsford, 2011.

MARTINS, P. **Pesquisa de caracterização antropométrica da população brasileira**. Rio de Janeiro: SENAI/CETIQT, 2016. Disponível em: bit.ly/45ShvsF Acesso em? 04 jul. 2024

MASCARENHAS, A.; SILVA, M.; TORRES, M. A posição da extensão universitária no espaço acadêmico brasileiro: Aspectos legais e campo de lutas. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 02-16, 2021. Disponível em: bit.ly/3VTQqkf Acesso em: 04 jul. 2024.

MATTOS, M. **Pesquisa e Formação em Moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015

McQuillan, H.. Digital 3D design as a tool for augmenting zero-waste fashion design practice. **International Journal of Fashion Design, Technology and Education**. Londres, v.13, n.1, p. 89-100, 2020. Disponível em: bit.ly/3VX7aac Acesso em: 04 jul. 2024.

MENDONÇA, A. A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, [s.v.], n.14, p.131-150, 2000. Disponível em: bit.ly/4eUkrcj Acesso em: 04 jul. 2024.

MENEZES, P.; TEIXEIRA, C. Formação do currículo universitário: Estudo de caso sobre o projeto pedagógico do curso de bacharelado em turismo. **E-Curriculum**: São Paulo, v.15, n.1, p. 200-220, 2017. Disponível em: bit.ly/3WfqjVh Acesso em: 04 jul. 2024.

MOREIRA, M.A. **Aprendizagem significativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999

NETO, J. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**. Campinas, [s.v.], n.3, p. 64-72, 2011. Disponível em: bit.ly/3XZyrvz Acesso em: 04 jul. 2024.

NEVES, C; MARTINS, C. Ensino Superior no Brasil: Uma visão abrangente. In: DYWER, T *et al.* **Jovens Universitários em um Mundo em Transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Idea, v 3, p. 95-124, 2016. Disponível em: bit.ly/3VWm40l Acesso em: 04 jul. 2024.

OLIVEIRA, F. Origem e evolução dos cursos de pós-graduação lato sensu no Brasil. **Revista de Administração Pública** Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.19-33,1995. Disponível em: bit.ly/43zBFF2 Acesso em: 04 jul. 2024.

PENTEADO, A. Nostalgia do mestre artesão. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 214-218, jan. 2001. Disponível em: bit.ly/462J0Qs Acesso em: 04 jul. 2024.

PETROSKI, E. **Antropometria: técnicas e padronizações**. 3º Ed. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PHILLIPS, P. **Briefing: A gestão do projeto de design**. Blucher, 2008.

PIRENNE, H. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2º ed Novo Hamburgo: Feevale, 2013

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade. **Instrução Normativa n.º 14**. Florianópolis, [s.n], [s.p], 08 out. 2018. Disponível em: bit.ly/3RZCILp Acesso em: 04 jul. 2024.

RIFFEL, R. **A reformulação das atividades de alfaiataria na região do Vale do Itajaí-Mirim diante do surgimento do mercado de “pronto-para-vestir” na década de 1970**. 2003. Monografia (Especialização em Moda) - Centro de Artes, Design e Moda, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ROSA, L. **Vestuário industrializado: Uso da ergonomia nas fases de gerência de produto, criação, modelagem e prototipagem**. 2011. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: bit.ly/3O4eRYI Acesso em: 04 jul. 2024.

SABRÁ, F.; SANTOS, C.; DINIS, P. Estabelecendo uma metodologia para medição do corpo humano. *In: Colóquio de Moda*, 4º ed., 2008, Novo Hamburgo. **Anais[...]** Novo Hamburgo: Colóquio de Moda. 2008. Disponível em: bit.ly/3RU3WmU Acesso em: 04 jul. 2024.

SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. **Saberes e Incertezas Sobre o Currículo**. São Paulo: Penso, 2013

SARMAKARI, N.; VANSKA, A. Open-Source Philosophy in Fashion Design: Contesting Authorship Conventions and Professionalism. *In: Synergy - DRS International Conference 2020*, 2020. **DRS2020 Research Papers**. Brisbane: DRS2020: Synergy, 2020. Disponível em: bit.ly/3zsZhSi Acesso em: 04 jul. 2024.

SELLTIZ, *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVEIRA, I. **Implantação da tecnologia CAD na indústria do vestuário: um estudo de caso**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: bit.ly/452zYBh Acesso em: 04 jul. 2024.

SILVEIRA, I.; ROSA, L.; LOPES, L. **Modelagem básica de vestuário feminino**. Florianópolis: UDESC, 2017. Disponível em: bit.ly/4cSsPao Acesso em: 04 jul. 2024.

SILVEIRA, I. **Modelagem do vestuário infantil e masculino**. Florianópolis: UDESC, 2017a. Disponível em: bit.ly/44gDrfY Acesso em: 04 jul. 2024

SILVEIRA, I. **Modelo de gestão do conhecimento: capacitação da modelagem de vestuário**. Florianópolis: UDESC, 2017b. Disponível em: bit.ly/3V8rEvL. Acesso em: 04 jul. 2024.

SILVEIRA, I. *et al.* Produção do vestuário: do paradigma da era industrial ao paradigma da sociedade do conhecimento. In: SANT'ANNA, M. R.; RECH, S. R. **Brasil: 100 anos de moda — 1913 a 2013**. Florianópolis: UDESC, 2014. p. 144–182.

SOUSA, A. **A história da Extensão Universitária**. 2ª Ed Campinas, SP: Alínea, 2010.

SOUZA, B; CARDOSO, A. Nem todo trajeto é reto: limites e possibilidades para a sensibilização dos estudantes de design de moda por meio do ensino de modelagem. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 11–29, 2020. Disponível em: bit.ly/3RZ4xnn Acesso em: 4 jul. 2024.

SOUZA, C. S.; IGLESIAS, A. G.; FILHO, A. p. Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais - Aspectos gerais. **Medicina (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 284-292, jun. 2014. Disponível em: bit.ly/3li5Shp Acesso em: 04 jul. 2024.

SPAINE, P. Diretrizes para o ensino e construção da modelagem: um processo híbrido. 2016. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016. Disponível em: bit.ly/45Uq7il Acesso em: 04 jul. 2024.

SPUDEIT, D. **Elaboração do plano de ensino e do plano de aula**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014

THEIS, M. R.; MARDULA, E.; MERINO, E.. O ensino e aprendizagem da modelagem do vestuário: uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 180-208, jun-set, 2023. Disponível em: bit.ly/3XRCCJC Acesso em: 04 jul. 2024.

TREPTOW, D. **Inventando moda: Planejamento de coleção**. 4ª ed. Brusque, 2009

TREVISOL, J.; GARMUS, R. O princípio da autonomia na universidade brasileira: sentidos em disputa. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação**. Goiânia, v. 37, n. 1, p. 307–326, 2021. Disponível em: bit.ly/45TxmY0 Acesso em: 04 jul. 2024.

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. **Resolução nº 034/2013 - CONSEPE**. Define e regulamenta o oferecimento de disciplinas obrigatórias,

optativas e eletivas nos cursos de graduação da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis, 2013. Disponível em: bit.ly/3xCSXHD
Acesso em: 04 jul. 2024

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. **Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo**. Florianópolis, [s.n], p.65, 2019. Disponível em: bit.ly/3xNHzbJ Acesso em: 04 jul. 2024.

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Florianópolis, [s.n], p.185-364, 2021. Disponível em: bit.ly/3LgyJ9E
Acesso em: 04 jul. 2024.

CEG - Camara de Ensino de Graduação. **Resolução nº 007/2022**. Estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis, 2022. Disponível em: bit.ly/44ZpK4p Acesso em: 25 jul. 2023

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Moda**. Florianópolis, [s.n], p.79, 2023. Disponível em: bit.ly/3xZhwOO Acesso em: 04 jul. 2024.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA. **Manifiesto liminar**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1918. Disponível em: bit.ly/44gnXHi Acesso em: 04 jul. 2024.

USP - Universidade de São Paulo. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Textil e Moda**. São Paulo, [s.n], [s.p], mar. 2021. Disponível em: bit.ly/3LjVEkc Acesso em: 04 jul. 2024

VAILLANT, D.; GARCIA, M. **Ensinando a ensinar**: as quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: UTFPR, 2012

VIDAL, E. **Ensino à Distância vs Ensino Tradicional**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2002.

VIEIRA, A.; FILIPAK, S. Avaliação da educação superior: limites e possibilidades do Núcleo Docente Estruturante. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 15, n. 44, p. 61-87, 2015. Disponível em: bit.ly/3zuBy4h Acesso em: 04 jul. 2024.

WEBER, P. **Metodologia para o ensino da modelagem de vestuário com uso das tecnologias de informação e comunicação**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Centro de Artes, Design e Moda, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis 2020. Disponível em: bit.ly/41UuVRy Acesso em: 04 jul. 2024.

ZICHERMANN, G.; CUNNINGHAM, C. **Gamification by Design**: Implementing game mechanics in web and mobile apps. California: O'Reilly Media Inc. 2011

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE
ESTRUTURANTE DA UDESC**

Pergunta 1 - Como ocorreu o processo de reforma curricular? Qual foi o caminho percorrido?

Pergunta 2 - Qual foi o objetivo desta reforma?

Pergunta 3 - Quais foram as dificuldades encontradas neste processo?

Pergunta 4 - Houve participação discente nesta reforma?

Pergunta 5 - Qual foram os critérios adotados para a seleção das disciplinas que se tornaram disciplinas mistas de extensão?

Pergunta 6 - Como são articuladas às ações (projetos e programas) extensionistas já existentes no curso nesta reforma? Quais suas relações com a nova matriz curricular?

Pergunta 7 - Quais estratégias se pretende usar para integrar a comunidade ao ensino dentro das disciplinas mistas?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DOCENTE DE DISCIPLINA MISTA DE
HISTÓRIA DA ARTE DA UDESC**

Pergunta 1 - Como está sendo o processo de construção das atividades extensionistas dentro da disciplina de História da Arte?

Pergunta 2 - Qual foi o direcionamento e o apoio da Udesc quanto a demanda extensionista desta disciplina? Qual o grau de liberdade que você teve como docente nesse processo?

Pergunta 3 - Como foi o processo de busca, comunicação e formalização com a comunidade trabalhada?

Pergunta 4 - Quais estratégias de integração do ensino de conteúdos com a atividade extensionista proposta?

Pergunta 5 - Como vai ser a integração da História da Arte com a disciplina de Processos Criativos?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE MULHERES DO JARDIM, PARCEIRA DO PROJETO DE EXTENSÃO ECOMODA DA UDESC.

Pergunta 1 - Eu queria que você falasse um pouco do projeto, como surgiu? O que vocês fazem? Onde vocês trabalham? Quem está por trás desse projeto?

Pergunta 2 - Como vocês começaram a parceria com o Ecomoda? Como e quando foi esse primeiro contato?

Pergunta 3 - Como vocês constroem as ações junto com o Ecomoda? Como acontecem as conversas entre vocês?

Pergunta 4 - Existe algum contrato ou acordo formal entre vocês? Se tem, eles falam algo sobre prazos, até quando está prevista essa parceria?

Pergunta 5 - Vocês acham que tem algo nessa troca que poderia melhorar? Uma ferramenta de conversa? Mais ou menos frequência nos encontros? Mais gente ajudando?

Pergunta 6 - Como vocês vêem os alunos participando dessas ações? Qual o impacto deles dentro do Ecomoda, e dentro do Mulheres do Jardim?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA BOLSISTAS DE EXTENSÃO DO DEPARTAMENTO DE MODA DA UDESC

Pergunta 1 - Todo e qualquer dado coletado neste questionário é sigiloso e será usado somente para fins acadêmicos. É uma pesquisa voluntária, mas sua participação é muito importante, você concorda em participar desta pesquisa?
Concordo/ Não concordo

Pergunta 2 - Em que ano você entrou no curso de Moda da Udesc?
Pergunta aberta

Pergunta 3 - Você é bolsista de extensão em qual programa/projeto do Departamento de Moda? *Ecomoda/ Moda e Economia Criativa/ Modateca/ Mostra Moda Udesc/ NUMMA - Núcleo de Moda, Mídia e Arte/ Saberes Sensíveis: Formação continuada e interação social/ Teciteca/ Outros*

Pergunta 4 - Quais atividades você realiza no seu período de trabalho como bolsista? *Organização de eventos/ Planejamento de cursos/ Criação de peças de comunicação diversas/ Atendimento e comunicação com o público externo/ Prestação de serviços/ Outros*

A inserção de atividades extensionistas nos currículos do cursos de Moda se tornou obrigatória para todos os cursos de graduação e pode ocorrer de 2 formas distintas:

- Unidades curriculares de Atividades Extensionistas: Semelhante as Atividades Complementares, são ações em programas e projetos de extensão que envolvam a parceria com a comunidade externa, podendo ser realizada no Departamento de Moda ou em outros departamentos ou instituições
- Disciplinas Mistas: São disciplinas em que parte é conteúdo ministrado de forma convencional em sala de aula e parte é composta de atividades junto a comunidade externa.

Pergunta 5 - Com base nesta descrição, você se sente mais confortável em fazer extensão dentro de uma Disciplina Mista ou como Atividade Extensionista? *Disciplina Mista obrigatória/ disciplina mista optativa/ atividades extensionistas pré-estabelecidas pelo currículo/ atividades extensionistas, que eu possa escolher livremente quais participa/ Um equilíbrio de ambas, de forma pré-definida pelo currículo/ Um equilíbrio de ambas, que eu tenha a liberdade para escolher*

Pergunta 6 - Quais tipos de disciplinas do curso de Moda da Udesc você acha que têm o potencial de se tornarem Disciplinas Mistadas? *Disciplinas de História/Disciplinas de Desenvolvimento de Produto (Modelagem e Confecção) Disciplinas de Desenho de Moda/ Disciplinas de Comunicação de Moda/ Disciplinas de Textil/ Outras*

Pergunta 7 - Quais disciplinas de Modelagem de vestuário você já completou? *Modelagem de vestuário Infantil e Masculino/ Modelagem Básica de Vestuário Feminino/ Modelagem Avançada de Vestuário Feminino/ Modelagem Tridimensional - Moulage/ Nenhuma*

Pergunta 8 - Você considera essas disciplinas de Modelagem de Vestuário: *Menos desafiadoras que as demais disciplinas do curso/ Tão desafiadoras quanto às demais disciplinas do curso/ Mais desafiadoras que as demais disciplinas do curso*

Pergunta 9 - Se você as considera tão ou mais desafiadoras que as demais disciplinas do curso, quais desafios elas apresentam? *Conteúdo denso/ Poucos créditos na disciplina/ Muito trabalho extra sala de aula/ Muitas avaliações/ Pouca orientação docente/ Outros*

Pergunta 10 - Em relação a conexão das disciplinas de Modelagem de Vestuário com as disciplinas de Confecção de Vestuário, você considera que: *Essa dinâmica permite colocar em prática meus conhecimentos de Modelagem/ Auxilia a ter uma noção ampla do processo de desenvolvimento de produto/ Ter*

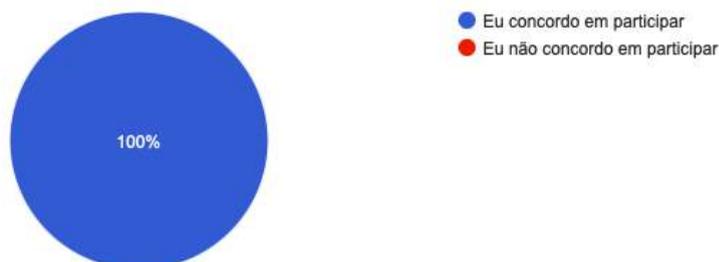
*um calendário compartilhado gera prazos de avaliação mais apertados/
Dificuldades em uma disciplina refletem em dificuldades na outra/ Ter avaliações articuladas torna suas entregas mais leves/ Ter avaliações conjuntas dão maior peso a elas/ Outras*

APÊNDICE E - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO PARA BOLSISTAS DE EXTENSÃO DO DEPARTAMENTO DE MODA DA UDESC

Todo e qualquer dado coletado neste questionário é sigiloso e será usado somente para fins acadêmicos. É uma pesquisa voluntária, mas sua participação é muito importante, você concorda em participar desta pesquisa?

[Copiar](#)

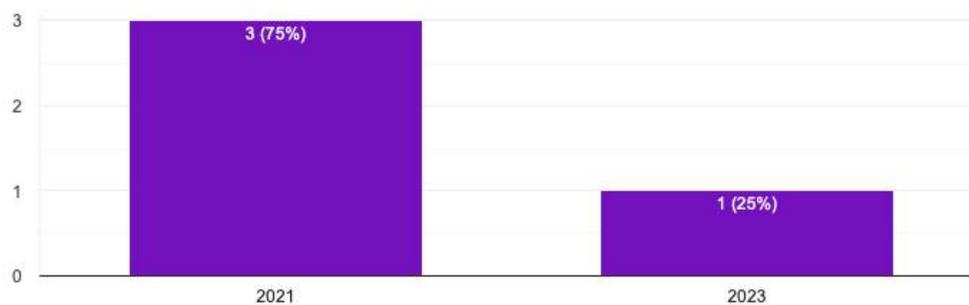
4 respostas



Em que ano você entrou no curso de Moda da Udesc?

[Copiar](#)

4 respostas



Você é bolsista de extensão em qual programa/projeto do Departamento de Moda?

[Copiar](#)

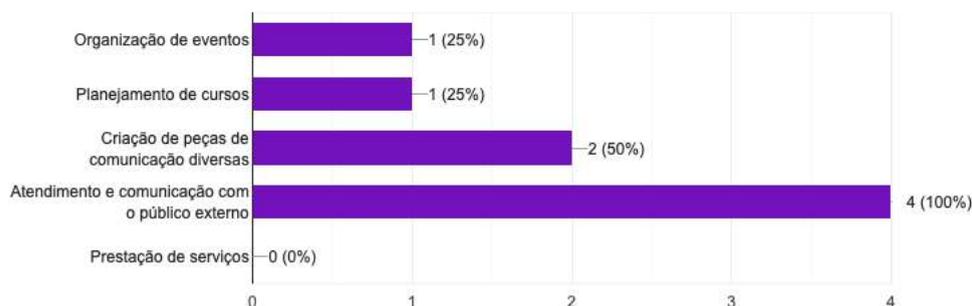
4 respostas



Quais atividades você realiza no seu período de trabalho como bolsista?

[Copiar](#)

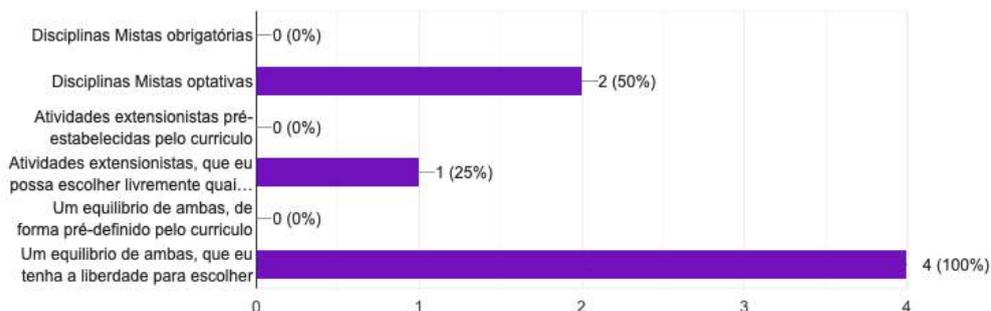
4 respostas



Com base nesta descrição, você se sente mais confortável em fazer extensão dentro de uma Disciplina Mista ou como Atividade Extensionista?

[Copiar](#)

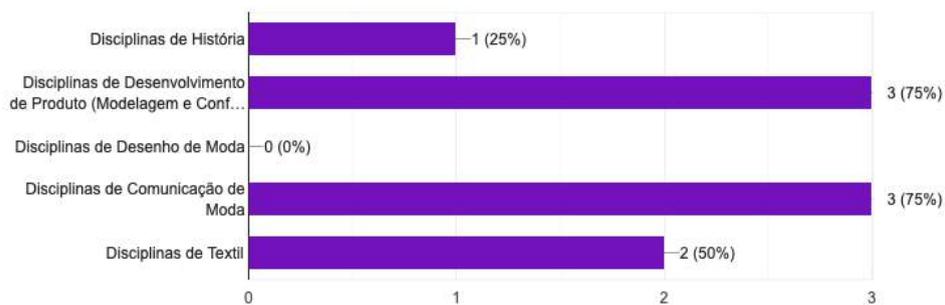
4 respostas



Quais tipos de disciplinas do curso de Moda da Udesc você acha que têm o potencial de se tornarem Disciplinas Mistas?

[Copiar](#)

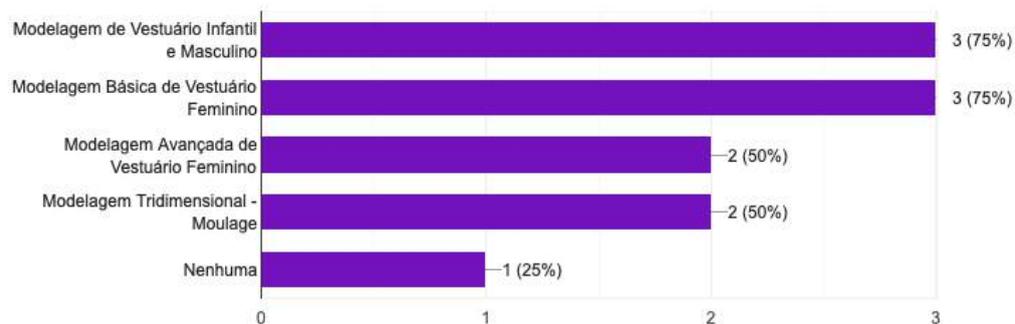
4 respostas



Quais disciplinas de Modelagem de Vestuário você já completou?

[Copiar](#)

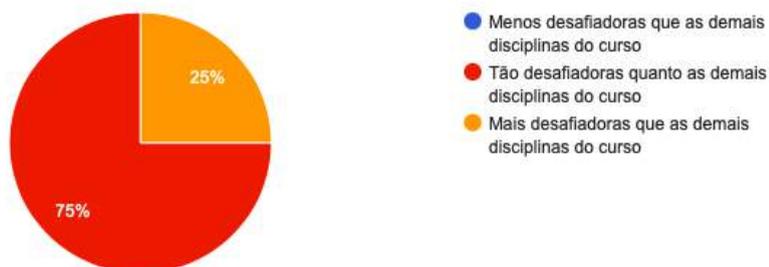
4 respostas



Você considera essas disciplinas de Modelagem de Vestuário:

[Copiar](#)

4 respostas



Se você as considera tão ou mais desafiadoras que as demais disciplinas do curso, quais desafios elas apresentam?

[Copiar](#)

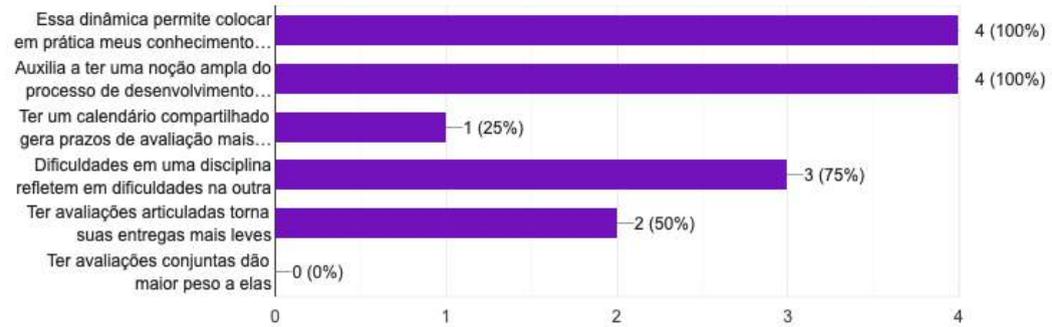
4 respostas



Em relação a conexão das disciplinas de Modelagem de Vestuário com as disciplinas de Confeccção de Vestuário, você considera que:



4 respostas



APÊNDICE F - MATRIZ DOS DADOS CATEGORIZADOS APÓS A EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Após a codificação e a categorização dos dados coletados nas pesquisas de campo, documental e bibliográfica, desenvolveu-se uma matriz detalhada que organiza e sintetiza essas informações. Esta matriz é fundamental para a análise e interpretação dos resultados e, devido ao seu tamanho e grande quantidade de informações, está acessível através de um *QR Code* a seguir.



ANEXO A - PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE MODELAGEM DE VESTUÁRIO INFANTIL E MASCULINA DA UDESC



PLANO DE ENSINO

DEPARTAMENTO:	Moda	ANO/SEMESTRE:	2023/1
CURSO:	Bacharelado em Moda	FASE:	3ª
DISCIPLINA:	Modelagem de Vestuário Infantil e Masculino	TURNO:	Vespertino e Noturno
CARGA HORÁRIA:	72 h/a	CRÉDITOS:	04
PROFESSOR:		TURMAS:	X, Y, A
DATA DA APROVAÇÃO NO DEPARTAMENTO:			23/02/23

1 EMENTA

Conceitos Básicos da Modelagem do Vestuário Infantil e Masculino Adulto. Estudo da Antropometria. Medidas Referenciais do Corpo Humano. Estudo Anatômico do Corpo Humano Planificado. Tabela de Medidas do Corpo Humano. Estudo de Bases Industriais do Vestuário Infantil e Masculino. Identificação dos Moldes. Ficha Técnica da Modelagem do Vestuário. Interpretação de Modelos do Vestuário Infantil e Masculino.

2 HORÁRIO DAS AULAS

TURMAS	DIA DA SEMANA	PROFESSOR	HORÁRIO	CRÉDITOS
X	Segunda-feira	Luciana	14h20min às 17h50min	04
A	Terça-feira	Ana Cláudia	18h10min às 21h40min	
Y	Quarta-feira	Luciana	13h30min às 17h00min	

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Aplicar técnicas que habilitem o desenvolvimento da modelagem plana básica do vestuário infantil e masculino.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 3.2.1 Conhecer os conceitos básicos da Tecnologia do Vestuário;
- 3.2.2 Executar o traçado dos diagramas básicos do corpo infantil e masculino;
- 3.2.3 Interpretar modelos básicos do vestuário infantil e masculino;
- 3.2.4 Elaborar a Ficha Técnica da Modelagem dos modelos.

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 4.1 Apresentação do Plano de Ensino;
- 4.2 Conhecimentos teóricos:
 - Histórico da Modelagem; Conceitos Básicos;
 - Conhecimentos sobre o Corpo humano;
 - Antropometria;
 - Diagramas Básicos do Corpo Humano
 - Procedimentos Técnicos para Modelagem Industrial;

-	Bases e suas Variações;
-	Tipos de Moldes e Marcações;
-	Cronograma do Setor de Modelagem;
-	Uso das régua – Posicionamentos/Ângulos/Figuras geométricas.
4.3	Execução de diagramas para o desenvolvimento Modelagem Plana Infantil
-	Traçado Básico do Corpo;
-	Base da Manga Industrial I e II;
-	Base Ampla I e II;
-	Base do Vestido;
-	Base da Calça.
4.4	Interpretação de Modelos do Vestuário Infantil
-	Camisa Infantil
-	Jaqueta Dupla face
-	Vestido Infantil – Modelo Clássico (franzido na cintura, gola bebê)
4.5	Execução de diagramas para o desenvolvimento da Modelagem Masculina
-	Base da camisa (partes e aviamentos);
-	Base da Calça Justa;
4.6	Interpretação de Modelos do Vestuário Masculino
-	Camisa Social;
-	Blazer (escala reduzida 1:2);
-	Gravata.

5 METODOLOGIA

a)	Conteúdo Teórico: será analisado, discutido e refletido de forma interativa entre docente e discente.
b)	Conteúdo Prático: o professor apresentará as atividades, permitindo a execução e/ou interpretação de vestuário em escala 1:1 (com medidas padronizadas em tamanho real do corpo humano). Assim, poderão ser explicados detalhadamente aspectos anatômicos, linhas estruturais, ordem de execução, dentre outros. Os alunos (as) desenvolverão a cada aula os trabalhos em sala de aula, sendo a correção feita pela professora, também em sala de aula, bem como a atribuição da nota de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos.

6 CRONOGRAMA DAS AULAS

TURMAS X			
AULA	DATAS		Conteúdos
	X	Y	
1	27/02	01/03	Apresentação do Plano de Ensino; Material (individual) para a disciplina; Parte teórica Histórico da Modelagem; Anatomia do Corpo Humano; Antropometria; Figuras Geométricas para a Construção dos Diagramas; Diagramas Básicos do Corpo Humano.

2	06/03	08/03	<p>Parte teórica Procedimentos Técnicos para Modelagem Industrial; Bases e suas Variações; Tipos de Moldes e Marcações; Cronograma do Setor de Modelagem; Uso da Régua de Alfaiate e da Curva Francesa; Moldes, Identificação dos Moldes, Marcações nos Moldes; Ficha Técnica da Modelagem. Introdução à Modelagem Infantil; Tabelas de Medidas Referenciais do Corpo Humano: Bebê, Infantil e Juvenil; Como Tirar Medidas Transpasse para abotoamento, revel e suas aplicações Casas de abotoamento de vestuário</p>
3	20/03	22/03	<p>Traçado Básico do Corpo Infantil Manga Industrial Infantil – Modelo Nº1 Atendimento individual - Correção e avaliação.</p>
4	27/03	29/03	<p>Interpretação do modelo: Camisa Esporte Infantil Gola esporte da camisa Infantil Leitura Desenho Técnico e Modelagem</p>
5	03/04	05/04	<p>Continuação Camisa Esporte Infantil Conferência encaixe cavas e cabeça da manga com embeбimento; Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido; Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
6	10/04	12/04	<p>Continuação Camisa Esporte Infantil Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido; Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
7	17/04	19/04	<p>Base Ampla Base Ampla I e II Manga Ampla I e II – Infantil Realizar 1 cópia do Traçado Base Ampla I Atendimento individual - Correção e avaliação.</p>
8	24/04	26/04	<p>Interpretação de modelo: Jaqueta Dupla Face e Capuz Infantil Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido e Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação.</p>
9	08/05	03/05	<p>Continuação Interpretação de modelo: Jaqueta Dupla Face e Capuz Infantil Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido e Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação.</p>
10	15/05	10/05	<p>Vestidos infantis: demonstração Vestidos Inteiros e Vestido cortado na cintura O Traçado da Cintura na Base Infantil O Traçado das Pencas Vestido com Recorte Princesa</p>

			<p>Estudo das Golas Cópia das costas do corpo infantil para exercício; Diagrama auxiliar para traçado golas (assentadas, meio assentadas, em pé e meio em pé); Uso do Diagrama – execução na Gola Assentada: Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
11	22/05	17/05	<p>Estudo das Mangas Franzidas – franzida na cabeça da manga e no punho; franzida na cabeça da manga; franzida no punho. Interpretação de Modelo: Vestido Clássico Infantil – franzido na cintura com manga franzida e gola bebê (assentada) Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido, e Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
12	29/05	24/05	<p>Continuação Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido, e Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
13	05/06	31/05	<p>Introdução à Modelagem Masculina Tabelas de Medidas Referenciais do Corpo Humano Estudo da Camisa Traçado Básico Masculino – Parte Superior Atendimento individual - Correção e avaliação.</p>
14	12/06	07/06	<p>Realizar a cópia do Traçado Básico Masculino – Parte Superior Interpretação de modelo: Camisa Social Masculina Apresentação dos Aviamentos, recorte e abotoamento das camisas Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido, Marcações nos Moldes e Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação TAREFA: Modelos de colarinhos e golas para camisas sociais e esportes (1:1).</p>
15	19/06	14/06	<p>Calça Masculina: Introdução e Conceitos Básicos Traçado Básico da Calça Justa Masculina Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
16	26/06	21/06	<p>Continuação Calça Masculina: Apresentação dos tipos de bolso, recortes e aviamentos Graduação Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
17	03/07	28/06	<p>Parte teórica O Traje Social/O Terno O Blazer Paletó Masculino Traçado do Paletó Masculino Moldes, Identificação dos Moldes, fio do tecido, e Ficha Técnica da Modelagem Atendimento individual - Correção e avaliação</p>
18	03/07	05/07	<p>Gravata Atendimento individual - Correção e avaliação Avaliação dos Trabalhos em tamanho natural.</p>

7 AVALIAÇÃO

ATIVIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PESO
Interpretação de Modelos do Vestuário Infantil		
1. Camisa Esporte Infantil Interpretação da Modelagem em Tamanho Real (Escala 1:1) do vestuário Infantil - Modelo do <i>e-Book</i> ;	Avaliação dos moldes e Ficha Técnica da Modelagem: • Precisão/Organização/Limpeza - 0 a 3 pontos • Identificação dos Moldes – 0 a 2 pontos • Desenho Técnico – 0 a 2 pontos • Ficha Técnica da Modelagem – 0 a 3 pontos	20%
2. Jaqueta Dupla Face (Base Ampla) Interpretação da Modelagem em Tamanho Real (Escala 1:1) do vestuário Infantil – Modelo do <i>e-book</i> .	Avaliação dos moldes e Ficha Técnica da Modelagem: • Precisão/Organização/Limpeza - 0 a 3 pontos • Identificação dos Moldes – 0 a 2 pontos • Desenho Técnico – 0 a 2 pontos • Ficha Técnica da Modelagem – 0 a 3 pontos	15%
3. Vestido Franzido Interpretação da Modelagem em Tamanho Real (Escala 1:1) do vestuário Infantil – Modelo do <i>e-book</i> .	Avaliação dos moldes e Ficha Técnica da Modelagem: • Precisão/Organização/Limpeza - 0 a 3 pontos • Identificação dos Moldes – 0 a 2 pontos • Desenho Técnico – 0 a 2 pontos • Ficha Técnica da Modelagem – 0 a 3 pontos	15%
4. Trabalho final - em dupla - Interpretação de modelo do Vestuário Infantil feminino.	Avaliação dos moldes e Ficha Técnica da Modelagem: • Precisão/Organização/Limpeza - 0 a 3 pontos • Identificação dos Moldes – 0 a 2 pontos • Desenho Técnico – 0 a 2 pontos • Ficha Técnica da Modelagem – 0 a 3 pontos	15%
Interpretação de Modelos do Vestuário Masculino		
5 Camisa Social Masculina Interpretação do modelo sobre o traçado básico masculino - modelo do <i>e-Book</i>	Avaliação dos moldes e Ficha Técnica da Modelagem: • Precisão/Organização/Limpeza - 0 a 3 pontos • Identificação dos Moldes – 0 a 2 pontos • Desenho Técnico – 0 a 2 pontos • Ficha Técnica da Modelagem – 0 a 3 pontos	15%
6 Base da Calça Masculina	Avaliação do Diagrama e Ficha Técnica da Modelagem: • Precisão/Organização/Limpeza - 0 a 3 pontos • Identificação dos Moldes – 0 a 2 pontos • Desenho Técnico – 0 a 2 pontos • Ficha Técnica da Modelagem – 0 a 3 pontos	10%
7 Gravata	Avaliação dos moldes e Ficha Técnica da Modelagem: • Precisão/Organização/Limpeza - 0 a 3 pontos • Identificação dos Moldes – 0 a 2 pontos • Desenho Técnico – 0 a 2 pontos • Ficha Técnica da Modelagem – 0 a 3 pontos	10%
TOTAL		100%

OBSERVAÇÃO:

- 1) É expressamente proibido o uso de fones de ouvido, sons eletroeletrônicos em geral, navegação na Internet etc., salvo para consulta ao material didático da disciplina ou por orientação das professoras para atividades didático-pedagógicas.

- 2) Cada semana de atraso nas datas de entregas das avaliações haverá desconto de dois (02) pontos.

8 REFERÊNCIAS

BÁSICA

GOULARTI FILHO, Alcides; JENOVEVA NETO, Roseli. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia**. [S.l.]: Letras Contemporâneas: UNESC, 1997.

LEITE, Adriana; VELLOSO, Marta Delgado. **Desenho técnico de roupa feminina**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2006.

COMPLEMENTAR

SILVEIRA, Icléia, ROSA, Lucas; LOPES, D. **E-BOOK DE MODELAGEM DE VESTUÁRIO INFANTIL E MASCULINO**. UDESC/CEART, 2017.

PETROSKI, Edio Luiz (org). **Antropometria: técnicas e padronizações**. Editora Pallotti, RS, 1999.

ROSA, Stefania. **Alfaiataria: Modelagem Plana Masculina**. Editora SENAC-DF, Brasília, 2008.

AMADEN-CRAWFORD, Connie. **Costura de moda: técnicas avançadas** – Editora Bookman, 2015.

SIMILI, Ivana Guilherme & VASQUES, Ronaldo Salvador – **Indumentária e moda: Caminhos investigativos** – Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2014.

**ANEXO B e C - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UDESC E RESOLUÇÃO N
015/2019-CONSUNI - POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC**

Devido ao extenso volume dos documentos “Plano de Desenvolvimento Institucional da Udesc”, com 180 páginas e “Resolução nº 015/2019 - Política de Extensão universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC”, com 21 páginas, optou-se por não anexá-los diretamente a esta dissertação, em vez disso, foi criado um *link* no formato de *QR Code* para acessá-los.



Nesta dissertação, os trechos citados do Plano de Desenvolvimento Institucional da Udesc são: "Diretrizes para o ensino de graduação" a partir da página 65, "Diretrizes para a extensão universitária" a partir da página 71, e "Projetos estratégicos - Excelência em ensino, pesquisa e extensão" a partir da página 153.

Já na Resolução nº 015/2019 - Política de Extensão universitária os dados coletados estão distribuídos ao longo de suas 21 páginas, tornando inviável indicar claramente os trechos citados no corpo da dissertação.

ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 007/2022 - CEG



RESOLUÇÃO Nº 007/2022 - CEG

Estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

A Presidente da Câmara de Ensino de Graduação - CEG da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, no uso de suas atribuições, considerando a deliberação do Plenário relativa ao Processo nº 28867/2022, tomada em sessão de 26 de julho de 2022, e considerando:

- o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988;
- o Plano Nacional de Extensão Universitária, instituído pelo FORPROEX, datado de maio de 1998;
- a Política Nacional de Extensão Universitária, instituída pelo FORPROEX, datada de maio de 2012;
- a Resolução nº 015/2019 - CONSUNI, de 23 de abril de 2019, que institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da UDESC;
- a definição da extensão no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES como dimensão pedagógica essencial à formação superior, ao exercício e aprimoramento profissional, ao qual balizará a Avaliação Institucional e de cursos, em que as políticas de extensão devem ser coerentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), nos quais as atividades extensionistas vinculadas ao processo de formação discente devem ter relevância acadêmica, científica e social, estando presentes na matriz curricular.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para a curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 2º A curricularização da extensão universitária consiste no processo de inclusão de créditos como atividades de extensão no currículo dos Cursos de graduação, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º A realização de atividades curriculares de extensão é componente curricular obrigatório para todos os discentes dos cursos de graduação nas modalidades presencial e em EaD, da UDESC, devendo estar previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso.

§ 1º Entende-se por carga horária total do curso a soma das horas de todos os componentes curriculares, incluindo-se, quando houver, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC), práticas pedagógicas (licenciaturas), curricularização da extensão, estágio obrigatório e outros estágios previstos no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 2º As atividades curriculares de extensão deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular do discente, como componentes curriculares.

§ 3º A inclusão da carga horária de creditação da extensão universitária deverá respeitar a autonomia e as particularidades dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's).

§ 4º O discente poderá realizar e/ou validar as atividades previstas nas modalidades de extensão desenvolvidas em outros centros da UDESC, bem como, em outras instituições de ensino superior, respeitados os preceitos do artigo 4º e seus incisos.

Art. 4º As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo deverão:



- I - envolver diretamente comunidades externas à universidade;
- II - garantir o protagonismo dos discentes em sua execução;
- III - atender as demandas sociais e abranger áreas temáticas da extensão universitária, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho;
- IV - atentar para atuação transformadora e de impacto sobre questões comunitárias, locais e regionais prioritárias;
- V – possuir caráter interdisciplinar e, preferencialmente, inter-departamental, inter-centros e/ou inter-institucional.

Art. 5º A creditação da extensão dar-se-á por meio de:

- I - Unidade Curricular de Extensão vinculada – UCE (V) - vinculadas às ações de extensão institucionalizadas na UDESC;
- II - Unidade Curricular de Extensão não vinculadas – UCE (NV) - não vinculadas às ações de extensão institucionalizadas na UDESC;
- III - Disciplinas mistas.

Art. 6º As Unidades Curriculares de Extensão – UCE (V) e UCE (NV) possuem naturezas diversas nos seguintes aspectos:

I - entende-se por Unidade Curricular de Extensão vinculada - UCE (V) – as atividades que correspondem às ações de extensão institucionalizadas na UDESC, no âmbito da formação acadêmica atrelada à matriz curricular dos cursos, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo.

II - entende-se por Unidade Curricular de Extensão não vinculadas - UCE (NV) - aquelas atividades não vinculadas às ações de extensão institucionalizadas na UDESC, caracterizadas como atividades extensionistas realizadas na UDESC ou em outras instituições, a exemplo de cursos ministrados, organização de eventos, prestação de serviços, oficinas ministradas, destacando o protagonismo do discente na realização das mesmas, constantes do Anexo I desta Resolução, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo.

Art. 7º As Unidades Curriculares de Extensão – UCE (V) e UCE (NV) possuem naturezas comuns nos seguintes aspectos:

I - a definição das UCE's é de natureza flexível e renovável, podendo a oferta das modalidades ocorrer de forma simultânea para cada uma das UCE's da matriz curricular, independente da natureza e área do curso;

II - as UCEs são de caráter obrigatório e o (a) discente deve cumprir as atividades ao longo do curso, observando que esse cumprimento ocorra em conjunto com a integralização da carga horária dos componentes curriculares disciplinares;

III - as UCEs não possuem pré – requisitos;

IV - cada Unidade Curricular de Extensão (UCEs) constante na matriz curricular, poderá apresentar as modalidades da área de extensão universitária da UDESC, a saber: Programas, Projetos, Cursos e Oficinas, Eventos e Prestação de Serviços, entre outros (Anexo I desta Resolução);

V - as modalidades de creditação da extensão em forma de UCEs que integram o PPC serão definidas em créditos que atendam as especificidades dos Cursos de Graduação, constantes no Anexo I desta Resolução;

VI - cada UCE, deverá constar na matriz curricular do curso como um componente curricular, podendo apresentar caracterização indicando área temática e/ou área de conhecimento das atividades de extensão a serem desenvolvidas e quantidade de créditos correspondentes.

Art. 8º. As Unidades Curriculares de Extensão – UCE (V) e UCE (NV) possuem naturezas diversas das atividades complementares nos seguintes aspectos:



I - Unidades Curriculares de Extensão vinculadas - UCE (V) diferem das atividades complementares justamente pela relação com as ações de extensão institucionalizadas na UDESC, o que não ocorre com as atividades complementares, de escolha do discente;

II - as Unidades Curriculares de Extensão não vinculadas - UCE (NV) diferem das atividades complementares pelo caráter de protagonismo da ação do discente em relação às atividades complementares, que ficam à critério da escolha do discente, sem protagonismo na execução.

Art. 9º As disciplinas mistas são aquelas em que parte do conteúdo é oferecido como ensino e outra parte ocorre por meio de atividades em que ocorre interação com a comunidade e com os preceitos da Extensão, conforme o Art. 4º e seus incisos.

§ 1º A oferta de disciplina(s) mistas, podem ser obrigatória(s), optativa(s), e/ou eletiva(s), envolvendo o ensino com a extensão, devendo a carga horária e a ementa estar explicitadas no PPC.

§ 2º Na disciplina mista, o discente terá a atribuição de créditos de extensão e de ensino conforme indicados no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º Os créditos de extensão de uma disciplina mista optativa ou eletiva, serão computadas conforme indicados no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 10. O processo de creditação da extensão poderá permear o currículo não necessariamente em ordem sequencial da matriz curricular, podendo ser oblíqua ao currículo ou se inserir em semestres específicos, com suas respectivas cargas horárias e créditos.

Art. 11. O discente deverá fazer o acompanhamento da integralização da carga horária de creditação da extensão, observando que esse cumprimento ocorra em conjunto com a integralização da carga horária.

Parágrafo Único. Como os créditos são indivisíveis em fração, pode-se computar, em cada disciplina mista o número de créditos em creditação da extensão para o discente, conforme o quadro abaixo:

Total de Créditos da Disciplina	Máximo de Créditos de Extensão
2 e 3 créditos	Até 1 crédito de extensão
4,5 e 6 créditos	Até 2 créditos de extensão
7, 8 ou mais créditos	Até 3 créditos de extensão

Art. 12. O total de créditos de extensão de um curso é a soma dos créditos de UCEs e do número total de créditos de extensão especificados nas disciplinas mistas.

Art. 13. A carga horária de creditação da extensão em disciplina mista será computada em ensino para efeitos de ocupação docente.

Art. 14. A carga horária da creditação de extensão em Unidade Curricular de Extensão vinculada – UCE (V) será computada em atividade de extensão para efeitos de ocupação docente, como já ocorre, pois trata-se de ação institucionalizada na UDESC, com a devida carga horária concedida e registrada no Plano de Trabalho individual (PTI).

Art. 15. A inclusão dos 10% (dez por cento) da carga horária em extensão não deverá aumentar a carga horária total do curso de graduação estabelecida pela UDESC.

Art. 16. No PPC não há necessidade de contemplar todas as modalidades de creditação de extensão, ficando a definição da inserção na matriz curricular e percurso discente à critério do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Art. 17. A creditação da extensão terá validade para os cursos a partir da implantação da reforma do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no semestre em que ocorrer essa implantação e que contemple essa componente curricular, após aprovação nas devidas instâncias e inclusão no Sistema Acadêmico.



Art.18. Os processos de reforma ou ajuste curricular que tiveram início até a data de entrada em vigor desta Resolução, poderão seguir as normas da Resolução 006/2021- CEG.

Art. 19. Revoga-se a Resolução nº 006/2021 – CEG.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Florianópolis, 26 de julho de 2022.

Professora Sandra Makowiecky
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação - CEG



ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO 007/2022 – CEG

ANEXO 1 – TIPOS DE UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO VINCULADAS (V) OU NÃO VINCULADAS (NV)

	Créditos ¹	Mínimo de créditos em atividade de extensão para o discente ²	Máximo de Créditos em atividades de extensão para o Discente ²
1 – Programa de Extensão	Cada programa de extensão equivale 04 créditos em Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 12 créditos)	04 créditos	12 Créditos
2- Projeto de Extensão	Cada projeto de extensão equivale a 04 créditos em Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 08 créditos)	04 créditos	08 Créditos
3 – Cursos e Oficinas	Cada curso ou oficina de 08 horas de participação equivale a 01 crédito de Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 03 créditos)	01 créditos	03 créditos
4 - Eventos	Cada evento de 08 horas equivale a 01 crédito de Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 03 créditos)	01 créditos	03 créditos
5 – Prestação de Serviços	Cada 08 horas de prestação de serviço equivale a 01 crédito em Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo 04 créditos).	01 créditos	04 créditos
6 – Programa Permanente de Extensão	Cada programa permanente de extensão equivale a 04 créditos em Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 12 créditos)	04 créditos	12 créditos
7.1 – Projeto Rondon			
7.1.1. Curso Preparatório	Cada 08 horas de curso preparatório equivale a 01 crédito em Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 02 créditos)	01 Créditos	02 Créditos
7.1.2 Imersão (10 dias)	A imersão no projeto Rondon equivale a 01 crédito/dia de Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 10 créditos)	01 créditos/dia	10 créditos
7.1.3 Rondon em Casa	As atividades do Projeto Rondon em casa equivalem a 01 crédito/dia em Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 02 créditos)	01 créditos por atividade	02 créditos



8 – Grupo Coordenado de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento em Gestão de Riscos para Emergências e Desastres (CEPED)	Cada atividade do CEPED equivale a 01 créditos em Unidade Curricular de Extensão – ECE (máximo de 02 créditos)	01 créditos por atividade	02 créditos
9 – Outros programas institucionalizados no âmbito da UDESC (PET, PIBID, RP entre outros)	Cada programa permanente de extensão equivale a 04 créditos em Unidade Curricular de Extensão – UCE (máximo de 12 créditos)	04 créditos	12 créditos

¹A creditação da extensão pode ser decorrente ou não de projetos institucionais vinculados à UDESC– UCE (V) e UCE (NV).

² O mínimo e o máximo de créditos em atividades de extensão definido neste anexo, servem para melhor visualização do total de créditos no currículo, podendo ser utilizado como um parâmetro para orientação no planejamento da estrutura curricular do curso.